

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA CECÍLIA EDUARDO

MAIS PRESENÇA FEMININA FAZ A DIFERENÇA? ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DAS
COMISSÕES EXECUTIVAS PARTIDÁRIAS NA DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS
PÚBLICOS PARA MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2018

CURITIBA

2022

MARIA CECÍLIA EDUARDO

MAIS PRESENÇA FEMININA FAZ A DIFERENÇA? ANÁLISE DA
COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS PARTIDÁRIAS E DA
DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS PÚBLICOS PARA MULHERES NAS ELEIÇÕES
DE 2018

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutora em Ciência Política,
no Curso de Pós-graduação em Ciência Política,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Eduardo, Maria Cecília

Mais presença feminina faz a diferença? Análise da composição das comissões executivas partidárias e da distribuição dos fundos públicos para mulheres nas eleições de 2018. / Maria Cecília Eduardo. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

1. Mulheres na política. 2. Deputadas Federais - Eleições - Brasil.
3. Fundos para campanhas eleitorais. I. Horochovski, Rodrigo Rossi, 1970-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MARIA CECÍLIA EDUARDO** intitulada: **MAIS PRESENÇA FEMININA FAZ A DIFERENÇA? ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS PARTIDÁRIAS E DA DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS PÚBLICOS PARA MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2018**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica
31/08/2022 14:49:56.0
RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
06/09/2022 23:19:03.0
TERESA SACCHET
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Assinatura Eletrônica
01/09/2022 17:21:52.0
WAGNER PRALON MANCUSO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
31/08/2022 14:27:49.0
SILVANA KRAUSE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

A todas as pessoas guerreiras
que se dedicam à pesquisa
científica brasileira,
especialmente na área de
Humanidades.

AGRADECIMENTOS

Ao sentar para escrever esses agradecimentos, é com muita alegria que relembro a caminhada até aqui e todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte dela. Agradeço por todas as palavras de incentivo de amigos, amigas e familiares, que torceram para que eu vencesse mais essa etapa. O apoio e a compreensão de cada um/a de vocês foram muito importantes!

Agradeço à CAPES por ter provido os meios financeiros para que esta pesquisa acontecesse. A todas as pessoas do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Em especial, aos professores Adriano Nervo Codato e Bruno Bolognesi por terem me auxiliado em vários momentos nessa trajetória. A todos e todas as colegas dos laboratórios de pesquisa LAPeS e LaCC pela partilha durante esses anos.

Ao meu orientador e amigo professor Rodrigo Rossi Horochovski, por me oferecer a oportunidade de desenvolver esta pesquisa, por confiar no meu trabalho e por toda a compreensão, empatia e parceria desde a época do mestrado.

À banca avaliadora desta tese: professoras Teresa Sacchet e Silvana Krause e professor Wagner P. Mancuso, pela disponibilidade de tempo para avaliar este material e por toda a produção acadêmica já feita por vocês, que serviu de base e exemplo para esta investigação. Menciono especialmente o professor Wagner, a quem já torturei com a leitura da minha dissertação de mestrado (espero que isso não venha a se repetir, risos) e a professora Teresa, por terem participado da minha banca de qualificação. Seus comentários e sugestões foram cruciais para a finalização desta pesquisa.

A Débora Thomé e Pedro dos Santos, pessoas maravilhosas que tive a oportunidade de conhecer durante esse processo, pela troca de ideias e pela ajuda que me deram mesmo à distância.

Aos colegas Rafael A. Perich e Diogo T. M. Ferreira pelas informações partidárias que ajudaram muito no processo de investigação. À amiga Karolina M. Roeder por todas as conversas e incentivo, principalmente nos períodos de grande turbulência pessoal. À professora e amiga Karla L. Gobo por sempre estar disposta a ajudar e a colocar uma pitada de humor em todas as situações, independentemente de quão caóticas sejam. Ao amigo Bruno Fernando da Silva, pela paciência incansável que teve ao me ensinar a trabalhar com o R e por ter repetido incontáveis vezes: “Pra fazer isso que você quer tem que usar o *mutate*, lembra como faz?!”, sempre de forma serena.

Preciso mencionar que o término desta tese não teria acontecido sem a parceria de duas pessoas mais que especiais na minha vida, a amiga Juliana Inez Luiz de Souza e o amigo Ricardo Dantas Gonçalves. A presença e a ajuda de vocês me trouxeram até aqui! Nossas reuniões semanais foram o incentivo nos momentos de desânimo, a luz nos momentos de dúvida, o alento nos momentos de dor e, mais importante, a certeza de que independente da situação, tudo fica mais leve quando temos com quem contar.

Por fim, à minha mãe Anézia Almeida Eduardo e à memória de meu pai Antônio Pereira Eduardo, professora e professor estaduais que, para além do dom da vida, ofereceram todas as condições para que eu pudesse estudar. Pelo amor incondicional, pelo suporte constante e pelo exemplo de vida, a minha eterna gratidão!

*“toda pesquisa científica é, de
certa forma, um ato político”*

**Daniela L. Rezende e
Maria Ligia G. G. R. Elias,
2021, p. 390.**

RESUMO

A temática da participação política feminina tem sido alvo de várias investigações científicas nas últimas décadas. Dentre os fatores apontados como determinantes nesse processo, o financiamento eleitoral é mostrado como uma das principais barreiras enfrentadas na entrada feminina no grupo das elites políticas. Dada a centralidade que os partidos políticos ocupam na distribuição de recurso, em especial os provenientes dos fundos públicos para campanhas, esta pesquisa analisa os espaços internos de decisão partidária. Observa-se a relação entre a presença feminina nas executivas nacionais e estaduais dos partidos e o valor de recursos públicos destinado para as candidatas que concorreram ao cargo de deputada federal. As hipóteses apresentadas são: (i) nos estados em que mais mulheres ocuparam esses cargos o direcionamento de recursos públicos para as candidatas terá sido maior; (ii) a maior presença feminina nos núcleos decisórios partidários pode levar a uma melhor arrecadação das mulheres que participaram das disputas eleitorais; (iii) partidos de esquerda apresentarão mais mulheres em suas comissões executivas (nacional e estaduais). Por meio da utilização de estatísticas descritivas, testes de média e regressões lineares foi possível notar que a presença de mulheres nos “núcleos duros” estaduais pode estar relacionada de maneira positiva com o total arrecadado pelas candidatas.

Palavras-chave: Participação política feminina. Financiamento eleitoral. Comissões executivas partidárias. Deputadas federais. Eleições 2018.

ABSTRACT

The issue of female political participation has been the subject of several scientific investigations in recent decades. Among the factors identified as determinants in this process, electoral financing is shown as one of the main barriers faced in the entry of women into the group of political elites. Given the centrality that political parties occupy in the distribution of resources, especially those from public funds for campaigns, this research analyzes the internal position of party decision. The relationship between the female presence in the national and regional executives of the parties and the value of public resources destined to the candidates who ran for the position of federal deputy is observed. The hypotheses presented are: (i) in the states where more women have held these positions, the directing of public resources to female candidates will have been greater; (ii) the greater presence of women in party decision-making center can lead to a better access of women who participated in electoral disputes; (iii) left-wing parties will present more women in their executive committees (national and regional). Using descriptive statistics, mean tests and linear regressions, it was possible to notice that the presence of women in the regional high instances can be positively related to the total amount collected by the female candidates.

Keywords: Female political participation. Electoral financing. Party executive committees. Female federal deputies. Elections 2018.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Artigos publicados por ano e por tipo de autoria	26
Gráfico 2 – Tipo de produção por gênero	27
Gráfico 3 – Número de produções por gênero e ano.....	28
Gráfico 4 – Número de artigos por países das instituições de pesquisa.....	29
Gráfico 5 – Número de publicações por periódico.....	30
Gráfico 6 – Países analisados nas pesquisas	31
Gráfico 7 – Técnicas mais encontradas na RE	33
Gráfico 8 – Artigos por nível de competição analisado	34
Gráfico 9 – Variáveis utilizadas nas pesquisas	35
Gráfico 10 – Percentual de candidaturas aptas nas eleições de 2010, 2014 e 2018...	62
Gráfico 11 – Total declarado de receita por fonte (%) – candidaturas aptas nas eleições de 2018	79
Gráfico 12 – Total declarado por gênero e fonte (%) – candidaturas aptas nas eleições de 2018	80
Gráfico 13 – Cargos ocupados por mulheres das CEN partidárias	88
Gráfico 14 – Divisão ideológica dos cargos ocupados por mulheres nas CEN	89
Gráfico 15 – Número de órgãos estaduais definitivos e provisórios por ideologia ...	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de revisões	24
Tabela 2 – Relações entre as variáveis	36
Tabela 3 – Resíduo padronizado das candidaturas de 2014 e 2018	63
Tabela 4 – Percentual de candidaturas por partido e por gênero para o cargo de deputado/a federal.....	64
Tabela 5 – Número de deputadas federais eleitas por partido nas eleições de 2010, 2014 e 2018	69
Tabela 6 – Total de recursos públicos declarados por UF e percentual direcionado às candidatas nas eleições de 2018	82
Tabela 7 – Percentual de recursos públicos direcionados às candidatas por partido nas eleições de 2018.....	83
Tabela 8 – Cargo de presidente, secretária geral e tesoureira (nível nacional)	89
Tabela 9 – O impacto da presença feminina nos cargos das executivas nacionais no direcionamento de recursos públicos para as candidatas.....	90
Tabela 10 – Número de mulheres por cargo nas comissões estaduais	91
Tabela 11 – Número de mulheres por cargo, partidos e ideologia.....	93
Tabela 12 – Cargo de presidente, secretária geral e tesoureira (nível estadual)	98
Tabela 13 – O impacto da presença feminina nos cargos das executivas estaduais no direcionamento de recursos públicos para as candidatas.....	99

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapas do percentual de mulheres em cargos da comissão executiva e percentual de recursos públicos direcionados às candidatas	95
Mapa 2 – Mapa com a junção dos percentuais de mulheres em cargos da comissão executiva e de recursos públicos direcionados às candidatas.....	96

LISTA DE SIGLAS

CEN	– Comissão Executiva Nacional
DC	– Democracia Cristã
DEM	– Democratas (atualmente fundido com o PSL para formar o União Brasil)
FEFC	– Fundo Especial de Financiamento de Campanha
FP	– Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
Novo	– Partido Novo
PATRI	– Patriota
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	– Partido Comunista do Brasil
PCO	– Partido da Causa Operária
PDT	– Partido Democrático Trabalhista
PHS	– Partido Humanista da Solidariedade (atualmente incorporado ao Podemos)
PMB	– Partido da Mulher Brasileira
PMN	– Partido da Mobilização Nacional
PODE	– Podemos
PP	– Progressistas
PPL	– Partido Pátria Livre (atualmente incorporado ao PCdoB)
PPS	– Partido Popular Socialista (atual Cidadania)
PR	– Partido da República (atual Partido Liberal)
PRB	– Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos)
PROS	– Partido Republicano da Ordem Social
PRP	– Partido Republicano Progressista (atualmente incorporado ao Patriota)
PRTB	– Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSC	– Partido Social Cristão
PSD	– Partido Social Democrático
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	– Partido Social Liberal (atualmente fundido com o DEM para formar o União Brasil)
PSOL	– Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	– Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	– Partido Trabalhista Cristão (atual Agir)
PV	– Partido Verde
Rede	– Rede Sustentabilidade
RN	– Revisão Narrativa
RS	– Revisão Sistemática
RE	– Revisão de Escopo
SciELO	– <i>Scientific Electronic Library Online</i>
SGIP	– Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias
STF	– Supremo Tribunal Federal
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
WoS	– <i>Web of Science</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 O LEVANTAMENTO DA LITERATURA	22
2.1 REVISAR É PRECISO	22
2.2 A ESCOLHA DE SISTEMATIZAÇÃO.....	23
2.3 A REVISÃO DE ESCOPO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	25
2.3.1 Quando acontecem as publicações sobre financiamento e gênero e quem as escreve?	26
2.3.2 Onde essa agenda de pesquisa tem se mostrado mais ativa?	28
2.3.3 Quais revistas científicas publicam sobre essa temática?	30
2.3.4 Os casos estudados abordam as dinâmicas do financiamento em quais países?.....	31
2.3.5 Qual tipo de pesquisa é feita?.....	32
2.3.6 Qual o nível de competição eleitoral analisado?	33
2.3.7 Quais as variáveis elencadas no processo de financiamento para mulheres e quais são as relações entre elas?	34
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
3 O GÊNERO NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO.....	41
3.1 O MITO DA NEUTRALIDADE DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	41
3.2 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PELAS LENTES FEMINISTAS	43
3.3 A PRESENÇA FEMININA NOS ESPAÇOS DE TOMADA DE DECISÃO	46
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
4 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA E AS DINÂMICAS INSTITUCIONAIS E PARTIDÁRIAS	50
4.1 AS RELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA	50
4.2 PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS DINÂMICAS.....	52
4.2.1 Sistemas partidários e participação política feminina	53

4.2.2 Dentro dos partidos, o que pode facilitar ou dificultar a participação feminina?	54
4.2.3 O recrutamento partidário	56
4.2.4 Mulheres dentro das instâncias partidárias.....	58
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
5 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DISPUTA PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS – UMA PERSPECTIVA COMPARADA	61
5.1 NOMEAÇÕES QUE NÃO COMPETEM – SOBRE AS CANDIDATURAS INAPTAS	62
5.2 QUEM CONCORRE E QUEM GANHA?	65
5.3 DESEMPENHO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO ACESSO FEMININO À CÂMARA DOS DEPUTADOS	68
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
6 FINANCIAMENTO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA.....	72
6.1 DO POVO PARA OS PARTIDOS: O USO DOS RECURSOS PÚBLICOS NO FINANCIAMENTO ELEITORAL	72
6.2 MATERIAIS E MÉTODOS	74
6.3 DE ONDE VEIO O DINHEIRO? – AS PRINCIPAIS FONTES DE DOAÇÃO DECLARADAS NAS CAMPANHAS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2018	78
6.4 O QUINHÃO FEMININO NOS ESTADOS E NOS PARTIDOS.....	81
6.5 O PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA AS CANDIDATAS	85
6.6 A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS PARTIDÁRIAS E A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DE CAMPANHA.....	87
6.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE 1 – A REVISÃO DE ESCOPO (RE) COMO UM INSTRUMENTO DA ELABORAÇÃO DO ESTADO DA ARTE	125

APÊNDICE 2 – ASPECTOS FORMAIS DOS ARTIGOS ANALISADOS	130
APÊNDICE 3 – LEVANTAMENTO DO OBJETIVO E PRINCIPAIS ACHADOS DAS PESQUISAS.....	137
APÊNDICE 4 – PERFIL DAS CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES DE 2010, 2014 E 2018	148
APÊNDICE 5 – PERFIL DAS PESSOAS ELEITAS NAS ELEIÇÕES DE 2010, 2014 E 2018	150
APÊNDICE 6 – CARGOS OCUPADOS POR MULHERES NAS COMISSÕES ESTADUAIS	152

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2009, a Lei dos Partidos Políticos passou a estipular que no mínimo cinco por cento do total do Fundo Partidário deveria ser destinado para a “criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres” (BRASIL, 1995). Dez anos depois, no dia 20 de maio de 2019, foi sancionada a lei que anistiou os partidos políticos que deixaram de investir esse percentual mínimo em medidas que fomentassem a participação feminina, entre os anos de 2010 e 2018. No total, em torno de 80 milhões de dinheiro público não foram empregados na formação política de mulheres (LIMA, 2019).

Em 2022, a novela se repete com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 18/21), que concedeu anistia aos partidos políticos que não cumpriram com a cota mínima de direcionamento de recursos públicos para as candidaturas femininas. Tal medida, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), exige que as siglas concedam no mínimo 30% do total recebido do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) às candidatas. O texto isentou os partidos de quaisquer penalidades, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão de repasses do Fundo Partidário, anistiando, inclusive, partidos que tiveram condenação por candidaturas laranjas nas eleições de 2018 (BITTAR, 2021; PIOVESAN, 2022).

Esses dois casos mencionados apresentam um panorama do quão difícil é o processo da entrada feminina nos espaços de poder. Ao mesmo tempo em que medidas em prol da participação política de mulheres¹ são implementadas, elas são minadas de maneiras formais ou informais. Isso, por sua vez, resulta na persistência do quadro de baixa representação política feminina.

Essa temática tem sido alvo de várias investigações científicas nas últimas décadas, as quais buscam entender basicamente o porquê dessa sub-representação e quais maneiras de alterá-la (KROOK, 2010). Dentre os fatores apontados como determinantes nesse processo, o financiamento de campanha é mostrado como uma das principais barreiras enfrentadas na entrada feminina no grupo das elites políticas (SACCHET; SPECK, 2012a; SPECK; MANCUSO, 2014; FRAGA; HASSELL, 2020; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021).

Na análise da dificuldade de acesso aos recursos financeiros de campanha por grande parte das mulheres, os partidos políticos têm se mostrado como uma peça-chave dessa dinâmica

¹ Os termos participação política e representação política, apesar de não serem sinônimos, foram usados como tal para evitar a repetição durante o texto. Porém, no contexto desta pesquisa dirão respeito à presença de mulheres em cargos políticos.

(SACCHET, 2018, 2020; FERREIRA, 2021). Isso porque, além de recrutarem e selecionarem as candidaturas, eles comandam as campanhas, podendo facilitar o acesso aos recursos financeiros, seja de doadores ou do próprio partido (SACCHET; SPECK, 2012b; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021). E, nesse sentido, a literatura aponta indícios de existir uma preferência das lideranças partidárias por homens na alocação desses recursos (SACCHET; SPECK, 2012a; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021).

Pode-se então afirmar que a análise dos partidos políticos e da maneira como atuam são pontos centrais no entendimento do processo da representação política feminina. Dessa forma, quanto mais abordadas as dinâmicas partidárias, melhor será a compreensão dos mecanismos de incentivo e de exclusão da participação política de mulheres. Muitos trabalhos têm tratado dessa questão pela análise do recrutamento partidário (CHAPPELL, 2006; SACCHET, 2011; BJARNEGÅRD, 2013; BJARNEGÅRD; KENNY, 2016; VERGE, 2012). Já as análises sobre os efeitos da organização partidária na participação política feminina ainda têm sido pouco exploradas (BOLOGNESI; COSTA, 2015; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016; REZENDE; SILVA, 2018).

Nesse sentido, a observação da participação feminina dentro das instâncias partidárias tem mostrado que a ênfase em mulheres em posição de liderança dentro dos partidos pode resultar no aumento do número de candidatas e eleitas (CAUL, 1997, 2001; KUNOVICH; PAXTON, 2005; CHENG; TAVITS, 2011; REZENDE; SILVA, 2018). Bem como na probabilidade de que a sigla tenha um programa que enfatize temas relacionados à justiça social e à adoção de medidas afirmativas como as cotas (KITILSON, 2006, 2011).

Desse modo, esta pesquisa procura contribuir com o debate, observando como a presença feminina nessas dinâmicas intrapartidárias pode funcionar como um catalisador da participação política das mulheres. Com esse propósito, proponho a utilização das informações sobre a composição das comissões executivas nacionais e estaduais dos partidos, com o intuito de observar a relação entre a presença feminina nas altas instâncias partidárias e o valor de recursos públicos destinado para as candidatas que concorreram ao cargo de deputada federal.

Isso porque, com a já mencionada adoção do FEFC e a obrigatoriedade do direcionamento de um percentual mínimo (30%) às candidaturas femininas, a distribuição de grande parte do dinheiro mobilizado nas campanhas de 2018 ficou a cargo das lideranças partidárias. Sendo assim, dependendo da maneira como essas lideranças gerem esse recurso, a medida possui maior ou menor potencial para atenuar as disparidades entre homens e mulheres nas disputas eleitorais. E, nesse sentido, a pergunta que busco responder com esta investigação é: em que medida a presença de mulheres em cargos-chave partidários pode ter contribuído para

um melhor acesso feminino aos recursos financeiros públicos de campanha? Em outras palavras: mais mulheres nessas posições significou uma melhor arrecadação das candidatas que participaram da disputa em 2018?

Para isso, inicio pela observação de como foi o acesso feminino aos recursos públicos de campanha, abordando o peso que essa fonte de dinheiro teve para as mulheres que disputaram o cargo de deputada federal. E analiso também os números dessa distribuição por estado e por partido.

Em seguida, desenvolvo o trabalho com seis variáveis que uso como medidoras da presença de mulheres nas comissões partidárias, nacionais e estaduais, mais especificamente as posições consideradas como o “núcleo duro” dos partidos (PINHO, 2016) que consistem nos cargos de: (i) presidente, (ii) secretária geral e (iii) tesoureira. Com esses dados foram desenvolvidas estatísticas descritivas e realizados testes *t* de diferenças de médias e regressões lineares, para um melhor entendimento das possíveis relações entre as variáveis.

As hipóteses apresentadas nesta investigação são três: dado o fato de que as mulheres, por serem mais conscientes da marginalização política que sofrem, quando ocupantes de um cargo executivo, tendem a amenizar essa situação sendo mais inclusivas (KROOK; O'BRIEN, 2012), é esperado que (i) nos estados em que mais mulheres ocuparam esses cargos o direcionamento de recursos públicos para as candidatas terá sido maior. E, no geral, (ii) a maior presença feminina nos núcleos decisórios partidários pode levar a uma melhor arrecadação das mulheres que participaram das disputas eleitorais. Por fim, visto que a participação política feminina tem sido historicamente mais incentivada pelos partidos de esquerda (JONES; ALLES; TCHINTIAN, 2012; ALLES, 2014), (iii) essas siglas apresentarão mais mulheres em suas comissões executivas (nacional e estaduais).

Dito isso, as demais seções estão organizadas da seguinte forma: no segundo capítulo, apresento um apanhado geral dos trabalhos que se debruçaram sobre a temática do financiamento de campanha e a participação política feminina. Para isso, utilizo um método sistemático de revisão que possibilitou a identificação de pontos ainda pouco explorados dentro desse tema, o que serviu de base para a elaboração desta investigação.

Na sequência, discorro sobre alguns dos principais debates e críticas feministas sobre a representação política e como ela é baseada em relações estruturais assimétricas de poder entre homens e mulheres. A partir dessas ideias, proponho uma análise dos possíveis resultados do exercício da autoridade política feminina dentro dos partidos, o qual chamo de empoderamento feminino. Sendo assim, olho menos para a representação política em si, porque

não observo as arenas eletivas de decisão política, mas sim os espaços de tomada de decisão intrapartidários.

No quarto capítulo, debato sobre os principais aspectos institucionais e partidários envolvidos no processo da participação política feminina, com o objetivo de entender quais características do sistema eleitoral e dos partidos políticos podem ser mais favoráveis para a representação das mulheres nos cargos eletivos. Em especial, aquelas que dizem respeito às dinâmicas internas partidárias.

Já no quinto capítulo, apresento uma perspectiva comparada dos perfis de candidaturas e de pessoas eleitas nas últimas três disputas para a Câmara dos Deputados, buscando identificar mudanças, tendências e pontos de estagnação nesse processo.

No sexto capítulo trago a análise do processo de acesso feminino aos recursos públicos de campanha, constatando o peso que essa fonte de doação teve nas campanhas das concorrentes. Ademais, observo os números dessa distribuição por estado e por partido, e finalizo com a proposta da inclusão de variáveis que medem a presença de mulheres nas comissões partidárias, nacionais e estaduais, como possíveis indicativos do direcionamento desses recursos às candidatas.

Por fim, na última seção, mostro um apanhado dos achados desta investigação, bem como sugestões para a sua sequência.

2 O LEVANTAMENTO DA LITERATURA

Neste capítulo, apresento um apanhado da literatura que aborda duas temáticas da área da Ciência Política: o financiamento de campanha e a participação política feminina. Ambas, objetos de diversos estudos e de alta relevância tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a sociedade em geral.

Com esta análise da produção nacional e internacional busco, num primeiro momento, mostrar um panorama da publicação encontrada nas principais bases de artigos científicos e elenco aspectos que considero formais dessas produções, como ano de publicação, gênero da autoria, instituição de ensino dos/as pesquisadores/as, entre outros. Na sequência, discorro sobre pontos relevantes levantados pelas investigações, buscando mostrar o que elas apresentam sobre a relação desses dois temas. Nesse segundo momento, incluo três trabalhos que entendo como importantes para o debate.

Antes, porém, explico de qual maneira esse levantamento foi realizado, uma vez que a proposta é a utilização de uma técnica de revisão ainda pouco comum na Ciência Política. Os achados serviram como base para a pesquisa que foi desenvolvida nesta tese.

2.1 REVISAR É PRECISO

Parte crucial de qualquer investigação científica, a revisão de literatura é o que possibilita a relação entre a pesquisa proposta e o conhecimento já existente na área, oferecendo uma base sólida sobre a qual se coloca uma nova contribuição. Devido à grande e acelerada produção nos diversos campos de conhecimento (FERRARI, 2015), o que dificulta não só a atualização no debate, assim como a assimilação e a avaliação do que está sendo divulgado, a revisão de literatura passa a ser mobilizada também como um método de pesquisa. Sua utilização pode oferecer um exame mais acurado sobre o estado da arte de um determinado tópico ou problema de investigação (SNYDER, 2019).

No geral, pode-se dizer que existem dois tipos padrões de revisões: as sistemáticas (RS) e as narrativas (RN). Estas, mais comumente utilizadas nas Ciências Sociais, respondem a uma ou mais questões de pesquisa, circunscrevendo as linhas gerais ou os grandes debates sobre uma dada temática. Em sua maioria, as RN não possuem critérios explícitos da escolha da literatura utilizada e essa subjetividade na inclusão pode levar a um viés de seleção, além de impossibilitar a replicabilidade do trabalho (FERRARI, 2015).

Por sua vez, a RS busca responder a uma (ou mais) questão de pesquisa específica, utilizando para isso critérios de seleção claros e pré-definidos dos materiais que serão estudados e aplicando um método padronizado de leitura e análise desses (MUNN *et al.*, 2018). O uso de métodos sistemáticos e transparentes é especialmente valorizado e esperado na produção acadêmica, já que ele torna possível a replicabilidade dos estudos (KING, 1995; BABBIE, 2003).

Colocada essa sucinta diferenciação entre a RS e a RN, cabe ressaltar que não existe uma hierarquia de importância entre elas, pois serão a questão a ser respondida e o propósito específico de cada pesquisa que irão mostrar qual das abordagens é a mais apropriada (SNYDER, 2019). Ambas possuem seus benefícios e suas limitações, porém o primordial é que, feita a escolha, o conjunto de ferramentas oferecido por cada uma delas seja empregado de forma adequada (ARKSEY; O'MALLEY, 2005).

Neste trabalho, opto por um caminho diferente da tradicional RN da literatura. A escolha de um modelo sistemático se deu, basicamente, por dois motivos: (i) busco contribuir com a aplicação de uma técnica promissora, porém ainda pouco empregada na Ciência Política e (ii) por entender que um levantamento imparcial das publicações nos principais periódicos da área, feito com uma estratégia de busca explícita, transparente e replicável, pode oferecer um panorama mais preciso das divulgações consideradas de maior relevância sobre o tema pesquisado.

Para isso, volto o meu olhar aos periódicos científicos, principais veículos de disseminação da pesquisa científica e fontes privilegiadas para a avaliação do desenvolvimento de temas dentro de uma disciplina (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011; NICOLAU; OLIVEIRA, 2017). Como comentado acima, faço uso de um método sistemático de análise desses meios de divulgação, o qual será explicado na próxima seção.

2.2 A ESCOLHA DE SISTEMATIZAÇÃO

Método de pesquisa largamente utilizado pelas ciências da saúde, a RS vem ganhando espaço nas investigações relacionadas às áreas da educação, serviço social, políticas públicas e criminologia (DACOMBE, 2018). Como busca responder a uma questão muito específica sobre determinado tema, pesquisas sobre o uso da RS sugerem que outros procedimentos sistemáticos a antecedam (ARKSEY; O'MALLEY, 2005; MUNN *et al.*, 2018), sendo a Revisão de Escopo (RE) um deles.

Essa técnica, como o nome já anuncia, busca determinar o escopo ou a cobertura de um corpo de literatura sobre um determinado tópico, fornecendo uma indicação clara do volume de produção e estudos disponíveis, bem como uma visão geral (ampla ou detalhada) dele (MUNN *et al.*, 2018).

Além do alto grau de definição da pergunta de pesquisa, basicamente, a RS e a RE se diferenciam pelo fato de a primeira utilizar estudos com desenhos de pesquisa apropriados e identificados com antecedência. Já a RE tende a abordar tópicos mais amplos, podendo lidar com uma amostra que possua diferentes desenhos de pesquisa. Ademais, a qualidade dos trabalhos analisados na RS é um ponto central da técnica, o mesmo não ocorre na RE (ARKSEY; O'MALLEY, 2005). A Tabela 1 ilustra as principais diferenças entre os três tipos de revisão mencionados até aqui.

Tabela 1 – Tipos de revisões

	<i>Revisão Narrativa (RN)</i>	<i>Revisão Sistemática (RS)</i>	<i>Revisão de Escopo (RE)</i>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever e avaliar artigos publicados sobre uma determinada temática, porém sem especificar quais critérios guiaram a seleção dos trabalhos analisados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descobrir evidências a respeito de um determinado tópico; - Confirmar prática adotada no presente ou de suas variações; identificar novas práticas; - Identificar e informar áreas para pesquisas futuras; - Identificar e investigar resultados conflitantes sobre o mesmo problema; - Produzir evidências que orientem as tomadas de decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os tipos de evidências disponíveis em um determinado campo; - Esclarecer os principais conceitos/definições na literatura; - Examinar como a pesquisa é conduzida em um determinado tópico ou campo; - Identificar as principais características ou fatores relacionados a um conceito; - Determinar se uma revisão sistemática é possível; - Identificar e analisar lacunas de conhecimento.
Limitações	<ul style="list-style-type: none"> - A seleção dos textos abordados, bem como o planejamento do trabalho, na maioria das vezes, não é especificada; - Pode haver um viés de seleção do material analisado; - Não é possível a replicabilidade da seleção de referências. 	<ul style="list-style-type: none"> - A utilização de termos de pesquisa e critérios de seleção, limita a seleção do escopo; - Normalmente o/a leitor/a precisa reformular questões alternativas que não foram respondidas pela investigação principal. 	<ul style="list-style-type: none"> - A utilização de termos de pesquisa e critérios de seleção, limita a seleção do escopo; - Não avaliam a qualidade da evidência dos trabalhos primários.

Fonte: A autora (2022) com base em Duquesne University (2021) e Ferrari (2015).

Visto o alto grau de especificidade da RS e o fato de ela ainda ser pouco utilizada nas investigações da área da Ciência Política, a RE surge como escolha apropriada para responder à questão proposta neste capítulo: até agora, o que a literatura sobre financiamento de campanha e a participação política das mulheres tem mostrado? Com essa varredura do estado da arte,

busco oferecer um mapeamento do perfil do tipo de produção nesse tema, nacionalidade das instituições de pesquisa, ano, países, eleições estudadas e principais variáveis utilizadas, explorando nuances e especificidades dessa discussão. Na seção seguinte, apresento o apanhado literário feito por meio dessa técnica, que tem seu passo a passo descrito no Apêndice 1.

2.3 A REVISÃO DE ESCOPO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Dada a importância das publicações para a ciência (ZIMAN, 1979), por meio de seu exame é possível atingir a melhor compreensão de uma certa área de pesquisa. Isso porque, como produtos da ciência, as publicações podem ser consideradas instâncias privilegiadas para a análise do comportamento de dada disciplina ou campo científico – como já mencionado (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011; NICOLAU; OLIVEIRA, 2017).

Por meio da RE, intenciono produzir um mapeamento do estado da arte divulgado nas seguintes bases de dados: *Scopus* e *Web of Science (WoS)* - a Coleção Principal e a *SciELO Citation Index (Scientific Electronic Library Online)*. Essas escolhas se justificam pelo fato de essas plataformas serem consideradas os principais bancos de dados de citações frequentemente usados para classificar periódicos de uma dada disciplina². No caso das duas primeiras, as informações por elas geradas indicam os periódicos que são ativos na cobertura de pesquisas relevantes e atuais, bem como influentes na formação de futuros campos de pesquisa (ABRIZAH *et al.*, 2013).

Já a escolha do SciELO se deve pela razão dessa biblioteca eletrônica ser considerada a responsável pela crescente visibilidade e qualidade dos artigos na América Latina. Atualmente, estão reunidas as publicações nacionais de 13 países da região. Seu desenvolvimento surge justamente para responder às necessidades da comunicação científica nos países do Sul global, contando com publicações de instituições da África do Sul, de Portugal e da Espanha (SCIELO, 2019; PACKER *et al.*, 1998).

A aplicação do protocolo de busca nas bases bibliográficas mencionadas teve um resultado final de 51 artigos publicados³. A seguir, apresento as primeiras informações que considero relevantes sobre esses trabalhos⁴.

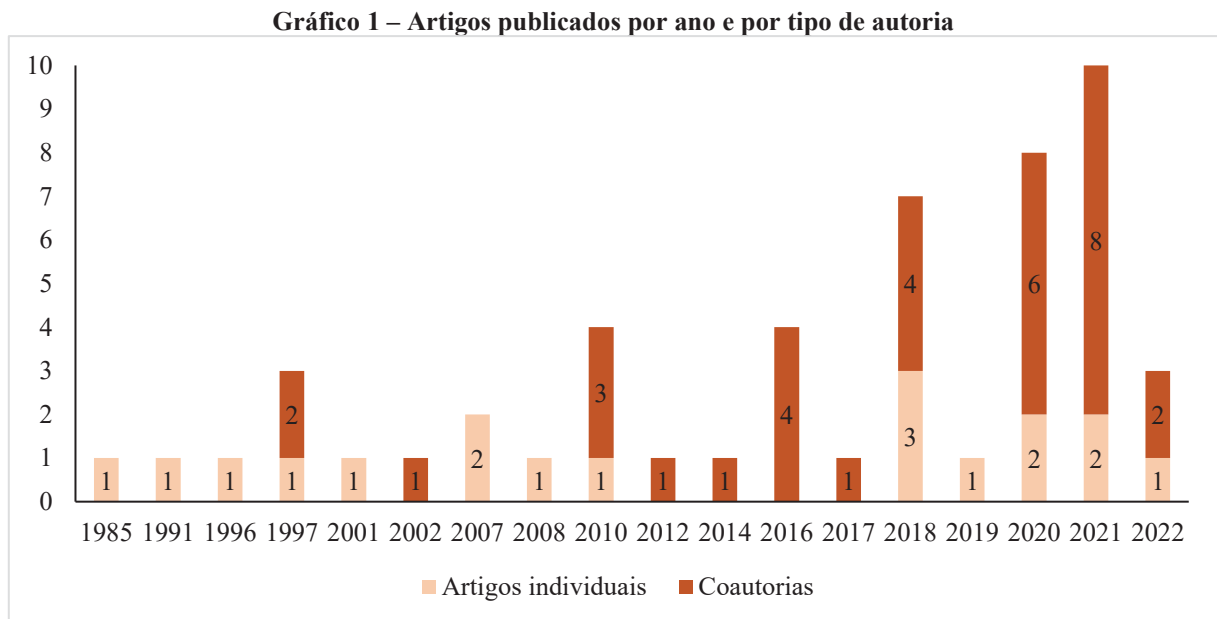
² Essa classificação é feita com base nos termos de produtividade, bem como do total citações recebidas, de forma a indicar o impacto, a influência ou o prestígio da revista (ABRIZAH *et al.*, 2013).

³ Lembro que os termos utilizados para a busca, bem como os resultados brutos, critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos estão especificados no Apêndice 1.

⁴ No levantamento dos trabalhos que cumpriram com os critérios de inclusão de seleção, encontrei um editorial para um volume especial da *International Political Science Review*, intitulado *Gender and Political Financing*,

2.3.1 Quando acontecem as publicações sobre financiamento e gênero e quem as escreve?

A primeira publicação data de 1985, não sendo apresentada uma constância anual. Seguindo a tendência das produções científicas em geral, nota-se que há um crescimento no número de artigos que abordam a temática em questão (Gráfico 1), sendo o ano de 2021 o de maior divulgação do debate, até o momento. Além disso, é possível perceber que com o passar do tempo, existem mais trabalhos realizados em coautorias, o que vai ao encontro da ideia do aumento da cooperação acadêmica, já mencionada em outras pesquisas (CODATO; HOROCHOVSKI; MASSIMO, 2017; SAMPAIO; FIGUEIREDO FILHO, 2019; GOLÇALVES, 2021).

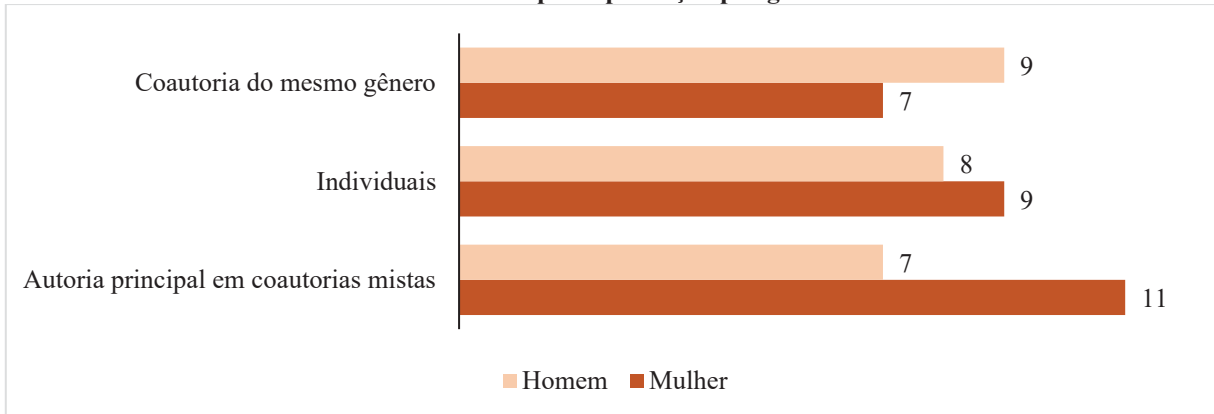


Fonte: A autora (2022).

Em relação ao gênero das autorias⁵, alguns destaques merecem ser dados. Em primeiro lugar, observa-se que existe uma diferença entre o número de produções encabeçadas por homens e mulheres, 24 e 27, respectivamente. Elas são a autoria principal na maior parte das investigações de coautorias mistas e têm uma pequena vantagem nas autorias individuais (Gráfico 2).

que, de modo geral, introduz os trabalhos presentes no volume. Das seis publicações, três já constavam no corpus, por isso optei por excluí-lo da análise e incluir os três artigos restantes. Mais informações no Apêndice 1.

⁵ Essas informações podem ser encontradas no Apêndice 1. Ressalto que, na grande maioria dos casos essa informação foi coletada apenas pela leitura dos nomes. Nos casos em que houve dúvida, o perfil do/a pesquisador/a foi procurado em redes sociais acadêmicas ou nos sites das instituições de ensino/pesquisa.

Gráfico 2 – Tipo de produção por gênero

Fonte: A autora (2022).

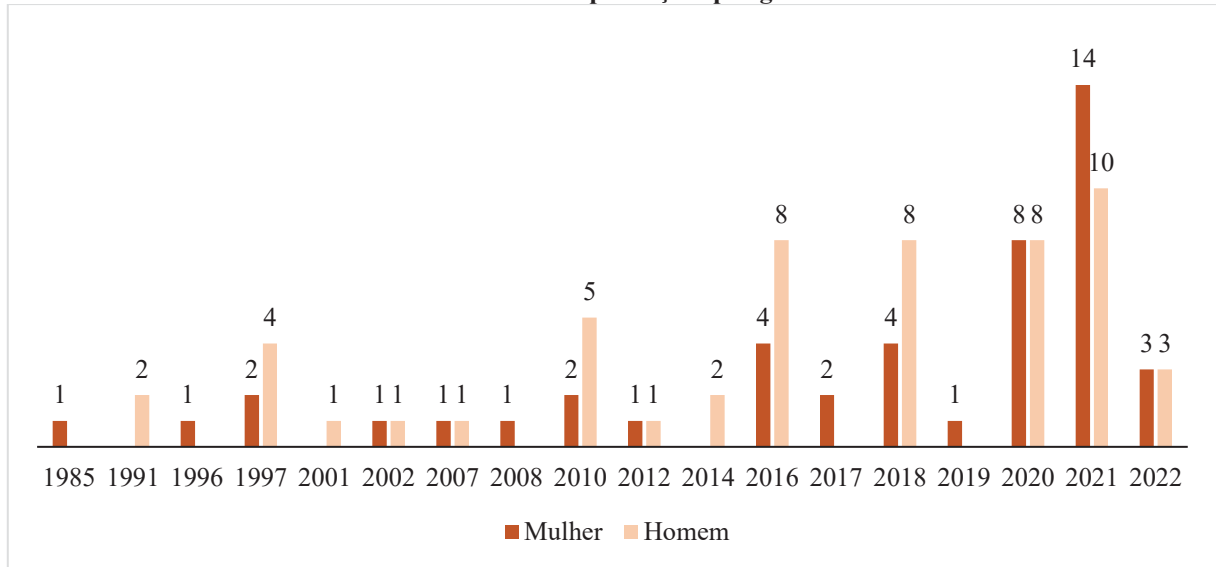
Apesar do predomínio feminino comentado acima, na contagem total dos nomes os homens ainda formam um grupo maior (Gráfico 3). O total de artigos analisados contou com 54 nomes de pesquisadores, contra 46 de pesquisadoras. Isto vai ao encontro dos achados de trabalhos anteriores que, abordando a área de publicação da Ciência Política como um todo, constataram uma presença menor de mulheres nas publicações, seja em periódicos internacionais de língua inglesa ou em periódicos latino-americanos e brasileiros (MÖRSCHBÄCHER, 2018; LIMA; MÖRSCHBÄCHER; PERES, 2018).

A gráfico abaixo mostra a distribuição das produções totais por gênero no decorrer do período analisado. Pode-se notar que as mulheres inauguram essa agenda de pesquisa e permanecem presentes em quase todos os anos, com apenas três exceções (1991, 2001 e 2014). No ano de 2020, existe um aumento da participação feminina e em 2021 o número de autoras quase dobra (de oito, sobe para 14). Devo ressaltar, porém, que a presença masculina se mantém maior em praticamente todos os anos, com exceção de 2021.

Não se pode negar, contudo, que as mulheres aparecem mais ativas nesse debate, por serem a autora principal na maioria das pesquisas. Neste ponto, é interessante mencionar o que foi observado por Enzo Lenine e Melina Mörschbacher (2020), em seu levantamento bibliográfico. As autoras notaram que, não fosse pelas pesquisadoras, as discussões sobre questões de gênero não seriam trazidas para os espaços de divulgação da Ciência Política.

Arrisco-me a dizer que a significativa participação masculina nessas publicações pode ser explicada pelo fato de o financiamento político ser considerado um dos temas mais importantes da agenda política mundial (ZOVATTO, 2005). Ou seja, a motivação maior dos pesquisadores estaria mais ligada à dinâmica do financiamento, do que às relações de gênero *per se*.

Gráfico 3 – Número de produções por gênero e ano



Fonte: A autora (2022).

Por fim, apesar dos números apresentados, cabe frisar que a Ciência Política ainda permanece predominantemente masculina⁶ e as investigações sobre gênero seguem com um caráter de produção de nicho. Mesmo este levantamento mostrando um retrato que difere um pouco disso, com um cenário mais equilibrado entre os gêneros, isso não muda o fato de as mulheres permanecerem como minoria nas posições consideradas estratégicas em relação à educação e à pesquisa nessa área.

2.3.2 Onde essa agenda de pesquisa tem se mostrado mais ativa?

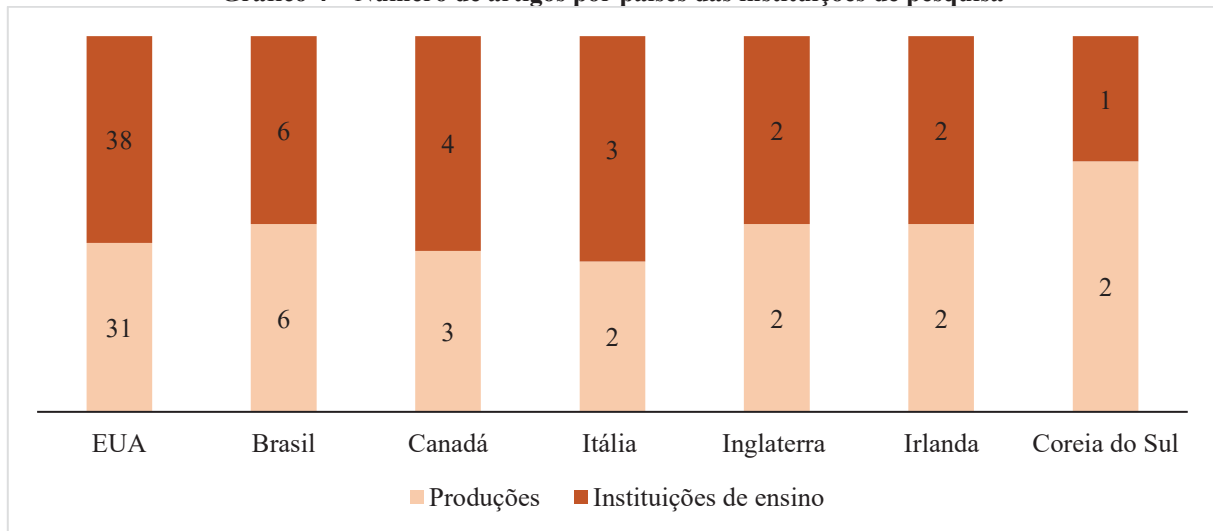
Em sua totalidade, os artigos desse *corpus* foram desenvolvidos em 70 instituições de ensino⁷ distribuídas por 14 países. No Gráfico 4, estão apresentados os países que tiveram um mínimo de dois artigos publicados, sendo omitidos os seguintes nomes: Alemanha, Austrália, Bélgica, Chile, Israel, Japão e Noruega, que possuem apenas uma publicação.

⁶ No Brasil, de 2.338 dissertações de mestrado catalogadas entre 2006 e 2016, 1.247 foram escritas por homens (53,3%) e 1.091 por mulheres (46,7%). Em relação à orientação, 1.625 desses trabalhos foram orientados por homens (69,5%) e apenas 713 por mulheres (30,5%). Já das 778 teses defendidas no período, 491 tiveram a autoria de homens (63,1%) e 287 de mulheres (36,9%). Uma divergência maior do que no caso das dissertações. Além disso, 596 das teses tiveram orientadores homens (76,6%) e apenas 182 mulheres (23,4%). Dos 37 programas analisados, apenas quatro tinham mais mulheres do que homens no corpo docente (MENDES; FIGUEIRA, 2019).

⁷ Somente um dos trabalhos não teve sua instituição de pesquisa encontrada: *Financing the campaigns of women candidates and their opponents: Evidence from three states, 1982-1990*, de Brian L. Werner (1997).

Dos 51 trabalhos, 22 foram frutos de iniciativas entre instituições do mesmo país e quatro foram parcerias internacionais. Entre estas, três contam com a participação de universidades estadunidenses⁸. Sendo assim, existe uma baixa circulação internacional de autorias nesse debate, porém, uma significativa parceria entre instituições do mesmo país.

Gráfico 4 – Número de artigos por países das instituições de pesquisa



Fonte: A autora (2022).

Ainda sobre os centros de ensino, dou destaque à *Louisiana State University* que teve três publicações nessa temática, o maior número. Lembrando que dois desses trabalhos foram feitos pelo mesmo autor: Robert E. Hogan (2007, 2010). Outras instituições estadunidenses que se destacam são: *State University of New York*, *University of North Carolina*, *University of Maryland* e *Georgetown University*, com dois artigos cada. Interessante notar que não há um centro que hegemonize essa produção, visto que ela é dispersa do ponto de vista institucional.

Fica claro o predomínio dos Estados Unidos da América (EUA) e suas instituições nessa agenda de pesquisa, o que pode ser explicado por esse país ter sido o *locus* da institucionalização da Ciência Política (LIMA; MÖRSCHBÄCHER; PERES, 2018) e, consequentemente, o pioneiro na produção e divulgação de conhecimento na área. Vale colocar que o primeiro Departamento de Ciência Política na Universidade de Columbia foi criado há mais de 100 anos, em 1880 (LEITE, 2016). Devo, todavia, mencionar que esse resultado também pode ser encarado como fruto do colonialismo da produção intelectual e da dificuldade da inserção do Sul global nesses espaços de divulgação acadêmica.

⁸ A discriminação de todos os países e instituições de ensino dos artigos analisados constam no Apêndice 2.

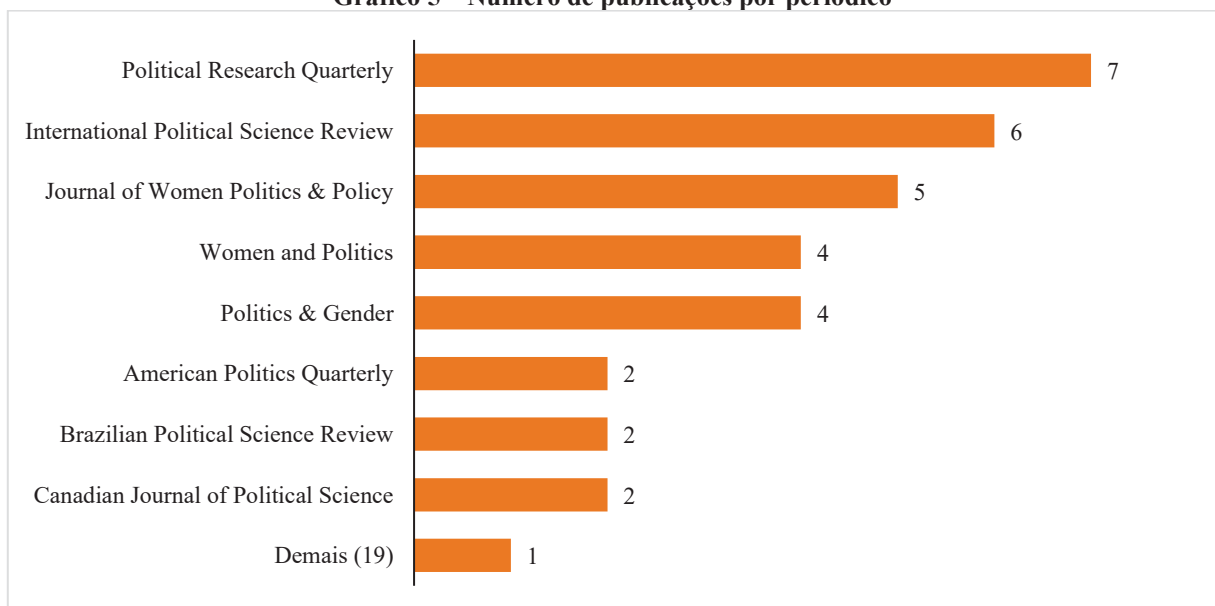
Assumem o segundo lugar, as instituições brasileiras de ensino que, apesar de apresentarem um número significativamente menor de trabalhos, em comparação com o primeiro lugar, chamam a atenção dada a tardia constituição da Ciência Política como disciplina acadêmica no país, que ocorreu somente nos anos de 1960 (OLIVIEIRA *et al.*, 2019).

Das seis universidades brasileiras, destaco a Universidade de São Paulo (USP), com três artigos publicados. O terceiro lugar fica com as universidades canadenses, sendo a Universidade de Toronto a responsável por dois dos três trabalhos sobre o país. É válido mencionar também alguns nomes que, segundo este levantamento, dedicaram-se mais na investigação dessa temática: Bruno Wilhelm Speck, Daniela R Piccio, Francesca Feo, Michele L. Swers, Robert E. Hogan, Teresa Sacchet e Wagner Pralon Mancuso. O primeiro com participação em três trabalhos e os demais nomes em dois.

2.3.3 Quais revistas científicas publicam sobre essa temática?

A análise dos periódicos levantados nesta pesquisa mostra que sete é o número máximo de publicações divulgadas no mesmo meio de comunicação. Vale destacar que a *International Political Science Review*, que ocupa o segundo lugar, conta com uma edição especial sobre a temática em questão, como já mencionado anteriormente. Os nomes de todas as revistas estão descritos no Apêndice 2.

Gráfico 5 – Número de publicações por periódico



Fonte: A autora (2022).

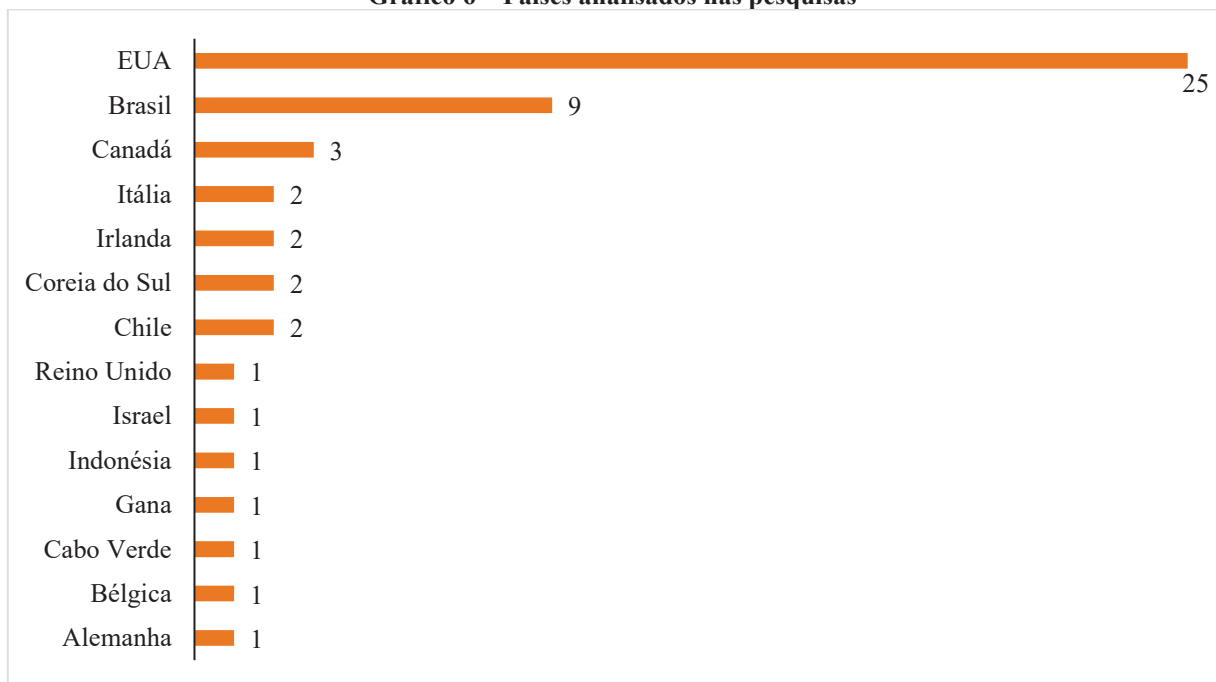
É interessante notar também que quase um terço das investigações (14) foram publicadas em periódicos voltados para a temática de gênero ou estudo de mulheres. Isso, como já apontado por Clara Araújo (1999), pode ser um indício da permanência da “característica de gueto” que os estudos feministas possuem na área da Ciência Política, no sentido da pouca abertura dessa agenda de pesquisa nos espaços de divulgação mais tradicionais da área.

Nesse sentido, menciono que a institucionalização dos estudos feministas e de gênero enfrenta muitos obstáculos na área da Ciência Política brasileira, havendo uma quase ausência desses debates nas pesquisas acadêmicas e nos periódicos de divulgação científica (MATOS, 2016). Pode ser notado um processo de inclusão marginal desses trabalhos, apesar da pluralidade temática que eles apresentam e da abordagem de questões fundamentais, não só para a área, mas também para a sociedade em geral (REZENDE; ELIAS, 2021).

2.3.4 Os casos estudados abordam as dinâmicas do financiamento em quais países?

No total, são 14 o número de países que tiveram suas dinâmicas eleitorais estudadas. Como esperado, os pleitos nos EUA são os mais abordados até o momento. Na sequência, temos nove investigações que se debruçam sobre os casos no Brasil, três referentes ao Canadá e os demais países sendo o foco em um ou dois artigos.

Gráfico 6 – Países analisados nas pesquisas



Fonte: A autora (2022).

É interessante notar que essa temática é estudada em poucos países e muitos deles encontram-se no Norte global. Tanto na América Latina quanto na África, somente dois países têm suas dinâmicas analisadas (Brasil, Chile, Cabo Verde e Gana).

Feita essa exposição de aspectos que considero formais do *corpus*, que teve como objetivo oferecer um panorama geral e imparcial da divulgação científica mundial sobre o financiamento de campanha e a participação política feminina, a análise que segue será feita com a inclusão de três trabalhos que considero pertinentes para o debate proposto. São eles:

- *Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres*, de Teresa Sacchet (2013);
- *Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010*, de Clara Araújo e Dorian Borges (2013) e
- *Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político*, de Ivan J. Junckes, Rodrigo R. Horochovski, Neilor F. Camargo, Joseli M. Silva, Edson A. Silva e Leandro B. de Almeida (2015).

Ressalto que todos esses textos são artigos publicados em revistas científicas, ou seja, seguem o padrão do *corpus* levantado pela revisão de escopo. Além disso, são investigações que abordam o contexto eleitoral brasileiro, foco desta pesquisa. Sendo assim, a abordagem passa de 51 para 54 publicações no total.

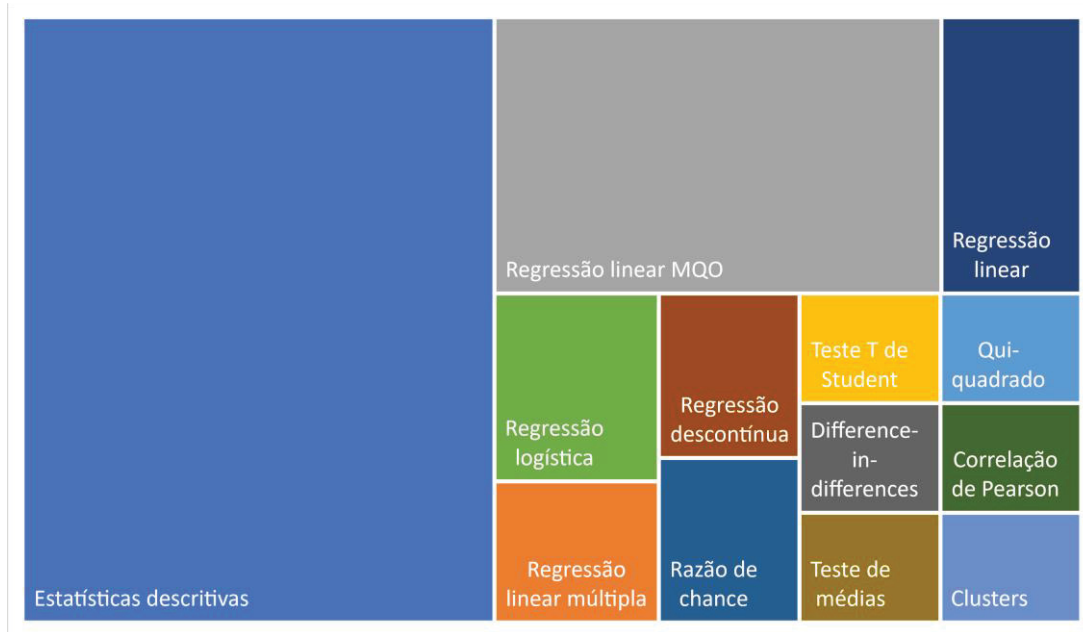
2.3.5 Qual tipo de pesquisa é feita⁹?

Em relação ao método de pesquisa empregado no *corpus*, das 54 produções analisadas, seis utilizam vias qualitativas para o debate. Apenas três artigos apresentam técnicas mistas, ambos com a utilização de entrevistas em profundidade.

Todas as demais são pesquisas quantitativas. Isso não surpreende, dado que a própria temática do financiamento eleitoral, e o tipo de dados que oferece, acaba por facilitar a opção por essas análises. O gráfico abaixo mostra as principais técnicas utilizadas nos estudos.

⁹ O Apêndice 2 apresenta a discriminação do tipo de pesquisa de cada artigo e o nível de competição analisado.

Gráfico 7 – Técnicas mais encontradas na RE



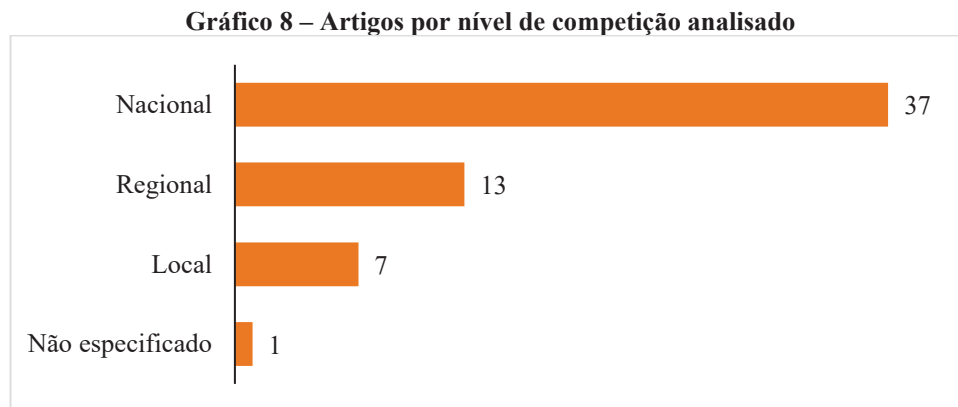
Fonte: A autora (2022).

Seguida das estatísticas descritivas, que estão presentes na grande maioria dos artigos, as regressões aparecem como o teste mais utilizado, sendo a regressão linear com o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com o maior número de casos. Achado que corrobora com a pesquisa de Krueger e Lewis-Beck (2008, *apud* FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011) que, analisando 1.756 artigos, publicados entre 1990 e 2005, nas revistas *American Political Science Review*, *American Journal of Political Science* e *Journal of Politics*, observaram que 30,8% das publicações utilizam esse mesmo tipo de regressão. Outras técnicas que aparecem nesse levantamento, porém somente em um dos trabalhos foram: Análise de Redes Sociais (ARS), Anova, Tobit model, Modelos lineares com distribuição Tweedie, Regressão em dois estágios, Teste V de Cramer, Regressão ordinal e Regressão binominal negativa.

2.3.6 Qual o nível de competição eleitoral analisado?

O levantamento mostra uma clara preferência das investigações pelas competições nacionais, acrescentando que praticamente a totalidade dessas é referente às disputas para as Câmaras Baixas Nacionais. Apenas quatro trabalhos analisam os níveis nacional e regional. É interessante colocar que o baixo número de investigações que debruçam sobre os casos

regionais e locais¹⁰ é a justificativa encontrada em todos os trabalhos que propõem esse tipo de análise. O que fica claro no gráfico abaixo.



Fonte: A autora (2022).

2.3.7 Quais as variáveis elencadas no processo de financiamento para mulheres e quais são as relações entre elas?

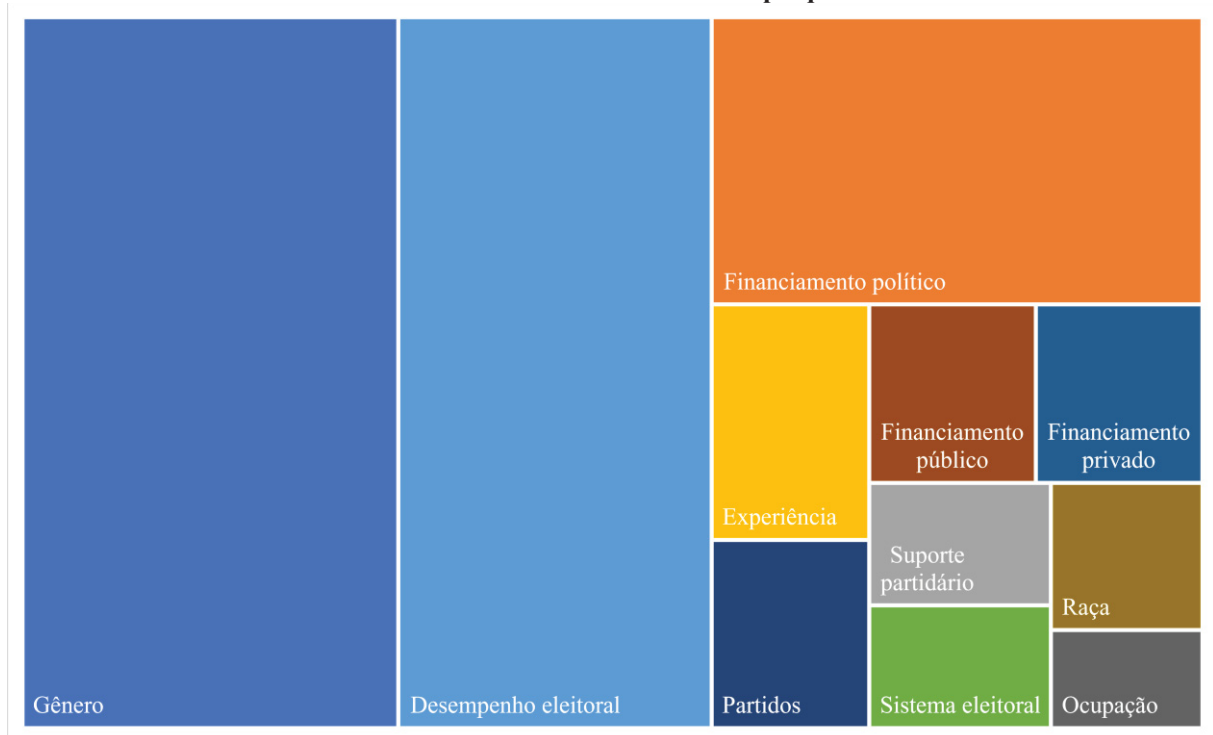
Sobre as variáveis utilizadas nas investigações, o Gráfico 9 mostra as mais frequentes¹¹. Pelo levantamento das variáveis, é possível identificar uma divisão dessas em dois grandes grupos: um que busca averiguar o efeito do gênero na arrecadação e nos gastos declarados, que deste ponto em diante são englobados na categoria “financiamento eleitoral”, e outro, que afere o efeito do financiamento eleitoral sobre o resultado eleitoral ou o total de votos recebidos ou ainda chances de eleição, que passam a ser designados como “desempenho eleitoral”. Lembrando que o número apresentado abaixo difere de o total de produções pelo fato de muitos trabalhos apresentarem mais do que um modelo.

Observando outras relações recorrentes entre as variáveis, mostradas na Tabela 2, nota-se que o gênero também é escolhido como possível causa do desempenho eleitoral e do suporte partidário recebido, totalizando sete casos. Além disso, ele foi investigado como explicação da adoção de certos formatos de campanha, de percepções sobre o financiamento eleitoral, de tipos diferentes de financiamento eleitoral, do financiamento privado, da corrupção e do gênero das pessoas que fazem parte de redes de doações para campanhas.

¹⁰ Em relação aos níveis de análise, dada a diversidade de desenhos institucionais existente entre os países, utilizo os termos: local, regional e nacional para designar competições equivalentes às disputas municipais, estaduais e federais no Brasil, respectivamente.

¹¹ Mais informações sobre o conteúdo dos artigos como objetivos principais e principais achados no Apêndice 3.

Gráfico 9 – Variáveis utilizadas nas pesquisas



Fonte: A autora (2022).

Algumas das pesquisas, que buscam averiguar qual o efeito do financiamento eleitoral no desempenho eleitoral, utilizam o gênero como uma variável de controle. Além dele, as variáveis que também se encontram nessa categoria são: *incumbency*¹², partidos políticos e suas características como força partidária e ideologia, tipo de disputa (nos casos estadunidenses: *challenger* e *open-seat*), ter ocupado um cargo político prévio, ter concorrido em eleições anteriores, idade, ocupação e escolaridade. É importante lembrar que estas variáveis utilizadas no conjunto dos trabalhos da RE apresentam relação com os diferentes sistemas eleitorais analisados que podem afetar as escolhas nos desenhos de pesquisa.

Ainda em relação a ocupação do cargo em disputa – *incumbency*/reeleição – é interessante mencionar que vários trabalhos a colocam como o fator mais importante na arrecadação, sendo a variável que mais explica a receita e as taxas de sucesso de uma campanha. A análise de homens e mulheres pertencentes a esse grupo mostra que as diferenças da dinâmica eleitoral deles e delas praticamente desaparecem. Existem evidências porém, de que, mesmo nessa situação, a distância diminui, mas não deixa de existir. Ou seja, “o fator reeleição ameniza

¹² Esse termo significa a ocupação de um cargo. Caso a pessoa que o ocupe participe da disputa eleitoral, ela é denominada *incumbent*, o que equivaleria a concorrer à reeleição nos pleitos brasileiros. A pessoa que disputa um distrito contra um/a *incumbent* é chamada *challenger*. *Open seat* são as disputas nas quais *incumbents* não concorrem.

a diferença entre mulheres e homens, mas não a anula” (SACCHET; SPECK, 2012a, p. 193), visto que em muitos casos persiste uma desvantagem feminina de arrecadação mesmo entre as candidatas que buscam a reeleição.

Tabela 2 – Relações entre as variáveis

Nº de casos	Variável independente	Variável dependente
20	Gênero	Financiamento eleitoral
16	Financiamento eleitoral	Desempenho eleitoral
4	Experiência	Desempenho eleitoral
4	Gênero	Desempenho eleitoral
3	Gênero	Suporte partidário
2	Partidos	Financiamento eleitoral
2	Competição	Desempenho eleitoral
2	Gênero doadores/as	Financiamento eleitoral
2	Financiamento público	Decisão de candidatura
2	Força partidária	Desempenho eleitoral
2	Raça	Financiamento eleitoral
2	Sistema eleitoral	Desempenho eleitoral

Fonte: A autora (2022).

Para além disso, a vantagem que a ocupação do cargo em disputa traz, juntamente com o fato de ela ser majoritariamente uma vantagem masculina, ressalta como a *incumbency*/reeleição é em si uma variável determinada pelo gênero. Ao mesmo tempo em que poucas mulheres podem usufruir dos benefícios dessa preferência partidária, aquelas que buscam a vitória pela primeira vez podem ser vistas como duplamente oneradas, por serem mulheres e por serem novatas. Uma última menção nesse sentido, é o uso, nessas análises sobre financiamento eleitoral e participação política feminina, da variável *seniority* somente em um dos 54 trabalhos, o que reforça como as mulheres, além de uma minoria nos cargos eletivos, são ainda mais raras nos casos de permeância nessas posições.

Passando para as investigações que analisam o efeito do gênero no financiamento eleitoral, das 20, 10 mostram que não há uma diferença entre homens e mulheres nesse processo, concluindo que não parece ser essa questão a responsável pela baixa representação feminina nos cargos eletivos. Alguns deles alertam, porém, que para chegarem a esse resultado, as mulheres necessitam trabalhar muito mais que seus pares masculinos. É necessário ressaltar que nove desses trabalhos abordam as dinâmicas eleitorais dos EUA, e um, a dinâmica irlandesa.

Já as demais pesquisas mostram que existe sim uma desvantagem feminina no acesso ao financiamento eleitoral. Delas, duas são sobre as eleições estadunidenses e as demais sobre os pleitos brasileiros, chileno e italiano. Sendo assim, neste levantamento, fica inconclusivo o efeito que o gênero pode ou não ter na arrecadação de recursos de campanha. Lembrando que, a maioria das investigações que aponta para a ausência de diferença entre homens e mulheres, aborda um tipo de competição na qual, uma vez nomeada, a mulher passa a representar o partido naquele distrito. Ou seja, é de se esperar que ela receba o apoio partidário. Sendo assim, nota-se que o maior gargalo enfrentado pelas mulheres antecede a competição eleitoral, e esses estágios anteriores ainda são pouco investigados.

Outra variável importante, e também pouco explorada, é a raça. Somente cinco dos trabalhos a trazem para o debate central. E é interessante pontuar que ao observar o financiamento eleitoral abordando questões raciais e de gênero, fica evidente que o acesso igualitário aos recursos tem sido conquistado por *algumas* mulheres, não por todas. Quando a raça é desconsiderada, o panorama do financiamento eleitoral parece mais equilibrado, principalmente no caso dos EUA. Vale mencionar que a vantagem de arrecadação trazida pela *incumbency*/reeleição às candidatas, se restringe às mulheres brancas, ou seja, mais uma mostra de como o grupo “mulheres” possui uma grande diversidade que pode ser facilmente mascarada. Sendo assim, fica evidente o quanto ainda é preciso aprofundar a investigação de caráter interseccional, em vista da importância dessa análise no debate da representação, não só feminina, mas de diferentes grupos minoritários no poder.

A respeito da ideologia partidária, foi apurado que, com poucas exceções, essa variável é discutida majoritariamente nos casos estadunidenses. Neles, grande parte dos estudos mostra que o partido com a ideologia liberal, ou seja, o partido Democrata, tem se desempenhado e sucedido mais na promoção da participação política feminina, em comparação com o partido Republicano, ideologicamente conservador.

É colocado que pode ser identificado, além do *gap* entre homens e mulheres, o *gap* entre mulheres Democratas e mulheres Republicanas na Casa Baixa. Vale alertar, entretanto que a participação dos PACs (*political action committee*) como agentes direcionadores de doações para campanhas, em especial aqueles voltados às candidatas, como o *EMILY's List*, aparecem como peças-chave nesse processo, no caso Democrata. Além disso, é identificado também que quanto mais liberais as pautas das competidoras, maiores as chances de receberem doações. Por fim, o aumento do acesso feminino aos recursos de campanha ainda está concentrado em mulheres Democratas brancas. Quando se observa a situação das mulheres “não brancas”, nota-se que ela é ainda menos favorável no partido Republicano.

É válido ressaltar que é feita a leitura do liberalismo como uma ideologia política atual no Estados Unidos, fortemente vinculada com a esquerda do espectro político e que possui raízes em movimentos progressistas e populistas nesse país. Por sua vez, o conservadorismo, como ideologia, nasce como reação ao liberalismo (VIDAL, 2021), podendo ser comparado aos partidos de direita, no sentido de possuir uma postura social mais conservadora que busca manter valores tradicionais.

Nos casos brasileiros, existem dois trabalhos que discutiram mais sobre ideologia. Um deles voltado diretamente à participação política de mulheres, mostrou que a ideologia partidária não impactou de maneira significativa nos números de mulheres selecionadas e eleitas, nas eleições municipais de 2012. Já o segundo, analisando a dependência de doações corporativas por parte dos/as deputados/as, apontou que aqueles/as pertencentes a partidos de direita têm maior necessidade dessa fonte.

Quatro artigos investigaram em que medida o financiamento público de campanha pode servir como um incentivo à maior participação política feminina. Os achados mostram que os impactos dessa medida ainda são limitados, mas há indícios de que a possibilidade de acesso ao dinheiro público em suas campanhas faça com que as mulheres estejam mais inclinadas a se candidatarem, principalmente se o recurso for diretamente distribuído a elas. É alertado, todavia, que a adoção dessa medida pode ter um significado mais simbólico do que prático, caso seja projetada sem se levar em consideração outras estruturas institucionais que podem diminuir ou até mesmo anular os seus efeitos.

Em relação aos partidos políticos - e atributos relacionados a eles como: força partidária, suporte partidário, recrutamento, estratégias partidárias e ideologia - além de aparecerem como uma das variáveis mais frequentes nas pesquisas, a grande maioria delas os cita como centrais no debate da participação política feminina como um todo. Eles podem funcionar como verdadeiros catalizadores dessa participação ou como barreiras de difícil superação. Sendo assim, o entendimento das dinâmicas partidárias é crucial na explicação dos diferentes cenários de representação feminina que são encontrados.

De maneira resumida, o financiamento eleitoral é abordado tanto como uma variável independente, que pode explicar o desempenho eleitoral de homens e mulheres, quanto como uma variável dependente, que pode ser explicada pelo gênero das candidaturas, por exemplo. Sobre a primeira relação, com base nas pesquisas analisadas, fica claro que ela existe e que pessoas com maior acesso a recursos nas campanhas, tendem a ter um melhor desempenho eleitoral. Já no que diz respeito à segunda, os achados são contraditórios, com 50% dos casos mostrando que gênero não importa na arrecadação e 50% mostrando que sim. Lembrando que

esse resultado pode estar enviesado devido ao grande número de casos que abordam a mesma dinâmica eleitoral.

Com base nesta RE, percebo que há vários pontos para serem explorados nessa agenda de pesquisa, como raça e recrutamento partidário, por exemplo. Sendo que até mesmo aqueles que já foram muitas vezes abordados necessitam de novas contribuições, que ajudem a responder impasses como o que mencionei no parágrafo acima.

Além disso, notei que somente uma das investigações oferece um olhar mais apurado para as dinâmicas intrapartidárias, na qual é averiguado o possível efeito do número de mulheres responsáveis pelo processo de recrutamento político, ou *gatekeepers*, e o número de candidatas eleitas nos partidos alemães (RUF, 2021). Com exceção dela, as demais trazem os partidos para o debate, porém não se debruçam nos processos que ocorrem dentro deles. Isso sendo pontuado e reforçando que esta pesquisa aborda a relação entre o financiamento de campanha e a participação política feminina, proponho-me a contribuir nessa discussão, investigando características intrapartidárias e suas possíveis interações com o acesso feminino aos recursos de campanha.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado neste capítulo mostrou que, seguindo a tendência da produção científica geral, as publicações sobre a temática analisada aumentaram no decorrer do tempo e têm sido realizadas cada vez mais em cooperação. As mulheres são a maioria como a principal autoria desses trabalhos, porém, no geral, os homens seguem em maior número na análise do grupo como um todo, e apresentam uma presença mais constante quando se analisa as publicações por ano. Os Estados Unidos da América, e suas instituições de ensino, aparecem como os polos mais produtivos nessa agenda e também como o caso mais estudado nas investigações. O Brasil assume o segundo lugar em ambos os aspectos. No geral, os casos de disputas mais analisados dizem respeito às dinâmicas nas Casas Baixas Nacionais. E em relação ao meio de divulgação, os periódicos voltados às discussões sobre gênero ou estudo de mulheres são os maiores publicadores sobre a temática.

Observando os tipos de pesquisas e as técnicas mais encontradas, notou-se que as produções são majoritariamente quantitativas e utilizam principalmente estatísticas descritivas e testes de regressões, especialmente a regressão linear com o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Já sobre as variáveis que aparecem nas investigações, gênero e desempenho eleitoral são as mais mobilizadas, sendo possível a identificação de uma divisão de dois grandes

grupos: um que busca averiguar o efeito do gênero no financiamento eleitoral, e outro, que afere o efeito do financiamento eleitoral sobre o desempenho eleitoral. Sobre a primeira relação, não foi possível identificar um consenso se existe ou não desvantagem feminina no acesso ao financiamento eleitoral. Já sobre a segunda, fica claro que ela existe e que pessoas com maior acesso a recursos nas campanhas tendem a ter um melhor desempenho eleitoral.

Outras variáveis que tiveram destaque nas investigações foram: *incumbency*/reeleição e ideologia partidária. Já a variável raça foi pouco explorada nos trabalhos. Da mesma maneira que as dinâmicas internas partidárias que são abordadas somente em um artigo.

Resumidos os achados e identificadas as lacunas, ressalto que esta tese procura investigar como os partidos políticos, mais especificamente suas características internas, interagem com o acesso feminino aos recursos de campanha. Nesse sentido, com base na discussão feminista sobre a representação, que será apresentada no próximo capítulo, busco entender em que medida a maior presença feminina nos espaços de tomada de decisão dentro dos partidos pode resultar em um melhor acesso desse grupo ao dinheiro público direcionado para as disputas eleitorais.

3 O GÊNERO NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO

Esta é uma tese feminista. Como o termo feminismo enquanto movimento social, cultural, intelectual e político não possui uma definição simples ou universal, sua correta menção seria feminismos. Desse modo, esclareço que esta pesquisa entende como feministas as pessoas ou os projetos que procuram a redução das desigualdades de gênero (WALBY, 2011).

Neste capítulo, não pretendo apresentar a história dos feminismos nem discorrer sobre as discussões em torno dos movimentos que deles sucederam. Meu objetivo aqui é apontar alguns dos principais debates feministas sobre a representação e propor a sua utilização na análise da presença feminina dentro das instâncias partidárias.

De saída, ressalto que não ignoro que a categoria “mulher” está longe de ser monolítica e que ir além dessa distinção binária seria importante por alargar a análise da participação política. Porém, para isso, seria necessário o acesso a um conjunto de informações que poderia ser obtido por meio de *surveys* e de instrumentos qualitativos, que vão além da abordagem metodológica pensada para esta pesquisa, que se concentra numa perspectiva quantitativa.

Sendo assim, as desigualdades de gênero serão entendidas como relações estruturais assimétricas de poder entre homens e mulheres, que incluem as arenas políticas formais (WALBY, 1997), principal objeto desta investigação.

Dito isso, esta discussão será iniciada com uma breve explicação sobre as bases em que é formada a democracia moderna e suas dinâmicas políticas, e qual o lugar designado para as mulheres nesse processo.

3.1 O MITO DA NEUTRALIDADE DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Este debate tem seu ponto de partida no fato que a construção das democracias modernas está baseada na diferenciação entre as esferas pública e privada. Esta considerada um espaço feminino (natural) e aquela um espaço masculino (civil). Ambas são contrárias e adquirem significado somente a partir da outra, sendo que “o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado” (PATEMAN, 1993, p. 23).

Sendo assim, as noções de indivíduo e universalidade são constituídas pelo direito moderno dos homens, que por sua vez estruturam a compreensão liberal da esfera pública. Utilizando novamente as palavras de Carole Pateman (1993, p. 17) “A liberdade civil não é

universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal”. Com isso, o elo que estabelece as relações entre as duas esferas seria a subordinação das mulheres aos homens, tanto na vida privada quanto na pública, fazendo com que a submissão feminina e a liberdade e autonomia dos cidadãos sejam inseparáveis (BIROLI, 2009).

Dessa forma, a perspectiva liberal é tomada como neutra e universal, premissa que será criticada por teóricas feministas (FRASER, 1992; PATEMAN, 1993; MANSBRIDGE, 1999) que apontam o caráter excludente das normas políticas liberais, as quais são fundadas em padrões culturais específicos que favorecem alguns grupos sobre outros. Pois, mesmo que a maneira de agir nos espaços políticos seja regida por regras consideradas neutras, “como as características sociais são fundadas em diferenças de gênero, o que passa como neutralidade resulta como sendo tratamento preferencial para os homens” (PHILLIPS, 1999 *apud* SACCHET, 2012, p. 404).

Existe na perspectiva liberal uma prioridade dos direitos gerais e abstratos dos indivíduos sobre os direitos particulares e concretos, que funcionaria como um meio de garantia da neutralidade e a objetividade de processos políticos. Essa universalidade levaria à contemplação das necessidades e interesses de todos os cidadãos, sem se levar em conta características particulares dos indivíduos, que seriam tratados de maneira igualitária (PHILLIPS, 1995).

Apesar das mudanças ocorridas no modelo de organização do estado liberal, suas instituições seguem sem serem neutras no que diz respeito a valores e perspectivas de gênero, e é sobre tais estruturas que são edificadas as relações desiguais entre homens e mulheres. Sendo assim, a opressão e a dominação devem ser entendidas no contexto estrutural, a partir do momento que situa as relações entre os grupos, limitando o desenvolvimento pleno das capacidades dos sujeitos, bem como a sua autodeterminação (YOUNG, 1990).

É visto que mulheres de todas as classes e etnias foram por muito tempo excluídas da participação política formal e, mesmo com a conquista do sufrágio, os impedimentos informais para a paridade de participação continuam (FRASER, 1992). E esse é o ponto ressaltado pelas teóricas feministas, que as desigualdades materiais e culturais geradas pela dominação masculina constituem barreiras para uma representação política democrática (SANCHEZ, 2017). Nesse sentido, o projeto feminista vem como contraponto a esse modelo universal de cidadania, mostrando “a necessidade da construção de um modelo alternativo, para que seja possível a inclusão das mulheres como cidadãs” (SACCHET, 2012, p. 405).

Em suma, quando um grupo é socialmente dominante e se torna a norma, estabelecendo expectativas e estruturando instituições para que aqueles que “não se encaixam”

nessa norma sejam percebidos como desviantes, ou inferiores, esses irão se perceber como tais e tenderão a não funcionar tão bem em estruturas projetadas para os membros do grupo dominante (MANSBRIDGE, 1999). Ou seja, a partir do momento que se tira o véu da suposta neutralidade de gênero das instituições políticas e da maneira como funcionam, fica evidente que essas são as bases sobre as quais estão construídas as desequilibradas relações entre homens e mulheres.

Sendo assim, qualquer observação sobre a participação feminina em instâncias político-institucionais deve levar em conta que o campo político possui regras que foram estabelecidas e estruturadas segundo critérios, dinâmicas, valores e referenciais masculinos (ARAÚJO, 2009). Tal fato impossibilita uma competição equilibrada entre os gêneros, o que, por sua vez, demanda a utilização de medidas que visem diminuir as desvantagens femininas no que diz respeito a representação política. Discussão que será abordada na próxima seção.

3.2 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PELAS LENTES FEMINISTAS

A literatura que aborda a representação política das mulheres é rica e diversa e tem como base a categorização proposta por Hanna Pitkin (1967). A autora apresenta formas pelas quais a representação política pode ser entendida: (i) por meio dos aspectos do caráter legal que dão o direito de representação à pessoas que representa (representação formalística); (ii) focando nas características do perfil dos representantes (representação descritiva); (iii) através da ideia de uma relação intrínseca entre representante e representado, a qual não é definida por um critério racional (representação simbólica)¹³; e, por fim, (iv) levando em consideração o conteúdo das propostas representadas (representação substantiva).

Na contribuição para esse debate, Anne Phillips (1995) acredita que, somente por meio da maior inclusão feminina em processos político-decisórios, as mulheres teriam acesso a mais cidadania. Chamada de “política de presença”, essa visão é usada na defesa da reivindicação por maior participação feminina nas instituições e a adoção de medidas que visem esse objetivo, como as cotas de gênero. Ela foi construída em contraponto à “política de ideias”, na qual entende-se uma representação política de qualidade como aquela baseada em programas e ideias compartilhadas entre representantes e representados/as.

Phillips (1995) enxerga o parlamento, majoritariamente masculino, como incapaz de

¹³ Teóricas feministas têm usado essa categoria para ressaltar o possível efeito que a presença de mulheres nos cargos eletivos pode surtir nas demais, servindo como inspiração para que outras busquem esse mesmo objetivo (KROOK, 2009).

representar as mulheres de maneira adequada. E afirma que a reivindicação por maior presença política dos membros de um grupo não seria uma reivindicação pela representação dos interesses desse grupo, mas por uma distribuição mais equânime de posições representativas entre os diferentes grupos sociais que trazem uma maior variedade de perspectivas. Entretanto, lembra que os dois tipos de representação não são excludentes e, uma vez compreendidas as limitações que cada um apresenta, eles devem ser combinados e funcionarem de maneira complementar.

Porém, a ideia de que membros de um mesmo grupo social articulariam e defenderiam melhor seus interesses é criticada por ser essencialista, visto que toma por homogênea a pluralidade da composição de grupos sociais. Isso porque, pensar que mulheres terão os mesmos interesses e apoiarão as mesmas causas, pelo simples fato de serem mulheres, é desconsiderar que existem outras características, além do gênero, que definem as posições sociais e preferências, como raça, idade, orientação sexual, classe, entre outras. Sendo assim, a ideia de que existe uma coincidência de interesses entre pessoas que integram um mesmo grupo, pode ser equivocada, não havendo garantia que as ações das representantes necessariamente expressarão as demandas das representadas (VARIKAS, 1995).

A resposta de Phillips (1993) a essas colocações é que a proposta não é a substituição de um tipo de representação por outra, mas sim, a correção dos vieses da representação política por meio do uso de mecanismos descritivos. E nesse sentido, é necessária uma diferenciação entre interesses e perspectivas sociais. Os primeiros podem ser representados por qualquer indivíduo, porém, as perspectivas sociais somente por iguais. Iris M. Young (2000) é quem desenvolve esse conceito, afirmando que ele pode assimilar experiências vividas por meio da posição de grupo, sem que seja associado a ela um conteúdo único, como seria no caso dos interesses. Estes seriam decorrentes da perceptiva social que está relacionada à posição que uma pessoa ocupa na estrutura social.

Young (2000) não ignora que pessoas que são consideradas pertencentes a um mesmo grupo social específico tendem a ter interesses e opiniões diversas, uma vez que raciocinam de forma diferente sobre suas condições e possuem objetivos diferentes, mas afirma que as suas perspectivas tenderiam a se assemelhar. Ou seja, a perspectiva social de uma pessoa pode ser entendida como o produto da combinação de alguns fatores como gênero, raça e classe. Sendo assim, é necessário ter em mente o caráter interseccional dessa questão (CRENSHAW, 1994), levando em consideração que as formas de opressão e exclusão não atingem os sujeitos de maneira isolada, mas sim atuam conjuntamente e estão diretamente ligadas às múltiplas fontes de identidade.

De qualquer forma, o conceito de perspectiva proposto por Young (2000) permite a defesa de ações afirmativas sem incidir no problema da naturalização das identidades, uma vez que não as enxerga como estanques. Sendo assim, mesmo que a presença de mulheres no parlamento não leve necessariamente à aprovação de pautas feministas, ao menos revelaria a importância de se incluir temas dessa agenda no debate político. Ou seja, a perspectiva seria a “posição a partir de onde questões são levantadas e não a partir de onde conclusões são extraídas” (SACCHET, 2012, p. 408).

A partir disso, a representação feminina não estaria necessariamente vinculada à definição de quais objetivos perseguir ou quais decisões tomar, mas sim à apresentação de pautas específicas no debate político. Isso, por sua vez, levaria à ampliação do leque de interesses, com a introdução de novos temas na agenda política, aumentando as chances de que as decisões que incorporem a perspectiva de diferentes atores sejam tomadas (REZENDE, 2015).

Colaborando com esse debate, Jane Mansbridge (1999) acredita ser necessário a diferenciação entre dois modelos de representação descritiva: o microcômico e o seletivo. No primeiro, a composição dos espaços representativos seria uma amostra da composição da população. Já no segundo, busca-se implementar mecanismos institucionais que deem aos grupos selecionados uma representação descritiva maior do que alcançariam nos sistemas eleitorais existentes, com a finalidade de aproximar as proporções que esses grupos representam na população e nas casas legislativas. Essa medida seletiva de representação descritiva é necessária apenas quando alguma forma adversa de seleção opera dentro de um sistema, reduzindo as proporções de representantes de certos grupos. Fato que poderia ser considerado um indício de que “certas vozes estão sendo silenciadas ou suprimidas¹⁴” (PHILLIPS, 1992 *apud* MANSBRIDGE, 1999, p. 639, tradução da autora).

Em relação à ausência de conexão entre representação descritiva e representação substantiva, Mansbridge (1999) acredita que a representação descritiva deve ser primeiramente julgada pelos critérios funcionais da representação: funções de deliberação e de agregação. Em sua função deliberativa, um órgão representativo deve idealmente incluir pelo menos um representante que possa falar em nome de cada grupo, podendo assim apresentar informações, perspectivas e interesses. Já a função agregativa da democracia visa produzir alguma forma de decisão relativamente legítima em contextos de conflito de interesses. Para a autora, a

¹⁴ No original: “certain voices are being silenced or suppressed” (PHILLIPS, 1992 *apud* MANSBRIDGE, 1999, p. 639).

representação descritiva seria de melhor serventia em ambos os processos, isso porque “as pessoas tendem a conhecer melhor sobre seus próprios interesses e, portanto, seriam mais indicadas para reconhecê-los, articulá-los e proporem soluções” (função deliberativa) e “porque elas tendem a dar mais ênfase aos seus próprios interesses, defendendo-os, assim, com mais veemência” (SACCHET, 2012, p. 415).

Partindo do fato que durante um longo período as mulheres foram consideradas como “cidadãs de segunda classe” o caráter atributivo de pertencimento a esse grupo carrega o estigma de que “pessoas com essas características não governam¹⁵” (MANSBRIDGE, 1999, p. 649, tradução da autora). Sendo assim, dificilmente mudanças culturais internas e de agendas nos espaços decisórios acontecerão sem a presença física desse grupo. Ou seja, na ausência da representação descritiva, as chances de uma representação substantiva acontecer são baixas. Além disso, uma vez que as barreiras sistêmicas à participação forem eliminadas, a necessidade de medidas afirmativas para assegurar a representação descritiva desaparecerá. Na próxima seção, abordo os argumentos feministas em defesa da adoção de uma dessas medidas, as cotas eleitorais para mulheres.

3.3 A PRESENÇA FEMININA NOS ESPAÇOS DE TOMADA DE DECISÃO

Apesar de em regimes democráticos não existirem barreiras formais, em princípio todas as pessoas cidadãs são potenciais eleitoras e elegíveis, outras dimensões informais podem funcionar como obstáculos à entrada feminina nos espaços de tomada de decisão. Como mencionado na seção anterior, as desigualdades de gênero derivam de uma distribuição desequilibrada de poder entre homens e mulheres e nesse sentido, algumas medidas surgem como meios para a atenuação dessa diferença. A mais famosa delas, as cotas eleitorais de gênero, aplicada em 132 países (IDEA, 2021), é utilizada como medida compensatória de desajuste social (PHILLIPS, 2004; DAHLERUP, 2006).

Argumentos utilizados para a defesa do uso das cotas têm se pautado na necessidade da participação de uma variedade de diferentes atores sociais, com diferentes experiências e diferentes perspectivas sociais no processo decisório (PHILLIPS, 1995). Também são apontados os diferenciais que as mulheres poderiam trazer para esses espaços políticos, os quais estariam ligados ao papel feminino voltado ao cuidado, como a delicadeza, a capacidade de conciliação, a resiliência e o altruísmo. Porém, essa concepção acaba por reforçar estereótipos

¹⁵ No original: “Persons with these characteristics do not rule” (MANSBRIDGE, 1999, p. 649).

hierárquicos, perpetuando a inserção política das mulheres de forma subordinada (MIGUEL, 2014).

Além disso, espera-se que a implementação dessas medidas resulte num perfil mais diversificado de mulheres eleitas, no aumento da produção legislativa sobre direitos femininos e no incentivo de maior interesse político das mulheres. Em relação a esses pontos, Phillips (1999) acredita que as cotas podem aumentar o número de representantes feminina sem que haja um aumento da diversificação de perfis. Além disso, a autora argumenta que mais mulheres nesses espaços não é uma garantia de que certos resultados serão atingidos, como uma maior produção a respeito assuntos considerados de interesse feminino.

Todavia, como coloca Teresa Sacchet (2012, p. 426), mesmo que as cotas não tenham atingido resultados satisfatórios, como no caso brasileiro, mulheres em instituições, organizações políticas e movimentos sociais consideram sua implementação positiva por impulsionar mudanças em relação aos direitos e à ação política feminina, abrindo espaço para o desenvolvimento de novas demandas. Além disso, um levantamento sobre os estudos que abordam essa temática, apurando qual avaliação é feita sobre a utilização das cotas eleitorais para mulheres, mostra que a medida tem sido, no geral, efetiva em se tratando do aumento da presença feminina na política. É ressaltado, porém, que fatores de ordem institucional, social e cultural influenciam diretamente nesse resultado (EDUARDO; SOUZA; ANGELI, 2019).

Porém, a maneira como as medidas inclusivas serão executadas está diretamente condicionada à atuação dos partidos políticos. Isso porque eles se constituem como os principais *gatekeepers* do sistema político (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; KUNOVICH; PAXTON, 2005; LAWLESS; FOX, 2010; KENNY; VERGE, 2016) e têm, por isso, uma considerável influência na configuração do recrutamento das candidaturas, selecionando e apoiando as escolhidas (LOVENDUSKI; NORRIS, 1993; CAUL, 1999; SANBONMATSU, 2002; KUNOVICH; PAXTON, 2005). Nesse sentido, um importante indicador da abertura partidária às mulheres seria a composição das lideranças nos partidos.

Seguindo esse raciocínio, a presença feminina nesses espaços poderia ajudar a facilitar o empoderamento político das mulheres, o qual é entendido como “o processo de aperfeiçoamento dos recursos, competências e realizações das mulheres na busca por equidade com os homens na influência e no exercício da autoridade política (ALEXANDER; BOLZENDAHL; JALALZAI, 2018 *apud* SANTOS; JALALZAI, 2021, p. 4). No caso desta investigação, mais especificamente, no acesso feminino à posições que exercem a autoridade política dentro dos partidos. Visto que, aquelas que ocupam cargos executivos tendem a ser mais conscientes da marginalização política feminina e tentam corrigir esse problema sendo

mais inclusivas (KROOK; O'BRIEN, 2012). Além disso, elas são mais propensas a se envolverem em redes femininas, aumentando sua probabilidade de conhecer potenciais candidatas (FRANCESCHET, 2016; KROOK; O'BRIEN, 2012; REYES-HOUSHOLDER, 2016).

Entendo que minha observação está voltada para cargos que não são eletivos e que numa primeira aproximação não conversariam diretamente com as teorias aqui apresentadas. Porém, considero os postos-chave no processo de entrada das mulheres nos espaços de poder, justamente pelos resultados que podem trazer tanto para a representação, quanto para o empoderamento feminino.

Existem evidências de que mulheres candidatas à presidência, quando eleitas, podem estar mais inclinadas a comprometer-se com a seleção de um número mais equilibrado de mulheres e homens para cargos nomeados (SANTOS; JALALZAI, 2021). Sendo assim, pode-se esperar uma atitude similar de mulheres que assumam cargos com poder de decisão dentro das executivas partidárias, no sentido de promoverem um cenário mais equilibrado entre os gêneros. Com isso, é esperado que (hipótese 1) nos estados em que mais mulheres ocuparam cargos nas comissões executivas o direcionamento de recursos públicos para as candidatas será maior. E, no geral, (hipótese 2) a maior presença feminina nos núcleos decisórios partidários pode levar a uma melhor arrecadação das mulheres que participaram das disputas eleitorais.

Devo ressaltar que algumas pesquisas têm apontado que mais mulheres nas elites partidárias podem promover o aumento do número de mulheres nas listas eleitorais, juntamente com um maior apoio a suas candidaturas (CAUL, 1999; KUNOVICH; PAXTON, 2005). Entretanto, pouca atenção tem sido dada para os possíveis desdobramentos dessa presença feminina em relação à distribuição de recursos financeiros de campanha. Neste sentido, meu objetivo nesta investigação é analisar em que medida a maior presença de mulheres nos cargos-chave das instâncias partidárias pode estar relacionada com o total de recursos públicos recebidos pelas candidatas.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, desenvolvi uma análise sobre alguns elementos trazidos pela teoria feminista em relação à representação política, levando em conta a variável gênero na observação dos arranjos das instituições democráticas.

De saída, fica claro que a dinâmica política atual é baseada em normas que não são neutras, mas sim possuem critérios ditos subjetivos de julgamento do mérito que normalmente

favorecem um determinado grupo. Sendo assim, qualquer análise nesse sentido precisa levar em conta a falta de neutralidade dos arranjos institucionais.

E é justamente contrapondo essa premissa que as teóricas feministas desenvolvem os debates sobre a representação política. Com isso, elas apontam a necessidade de mudanças e da contemplação de agendas voltadas a certos grupos nos espaços decisórios, por meio da adoção de medidas que de alguma maneira facilitem esse processo. Tais medidas seriam direcionadas a grupos que em algum momento foram proibidos de participar dos processos “democráticos”, como é o caso das mulheres.

Por fim, com base nessa discussão, é proposta a utilização das premissas feministas a respeito da representação na análise da presença de mulheres nos ambientes intrapartidários de tomada de decisão, entendendo a presença como requisito base para o empoderamento feminino, que por sua vez, pode resultar em ganhos para as mulheres.

Contudo, antes de abordar essa relação mais específica, para uma melhor contextualização do processo de entrada das mulheres nos ambientes decisórios, no próximo capítulo, exponho sobre os principais fatores institucionais e partidários atuantes nessa dinâmica e o que a literatura tem apontado sobre eles.

4 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA E AS DINÂMICAS INSTITUCIONAIS E PARTIDÁRIAS

O entendimento da persistente sub-representação política feminina envolve aspectos culturais, socioeconômicos e institucionais (SCHWINDT-BAYER, 2009). Apesar de algumas combinações entre esses aspectos, principalmente relacionada aos desenhos institucionais, promoverem um aumento no número de mulheres legisladoras, elas continuam como um grupo minoritário no percentual dos cargos eletivos na maioria dos países (IPU, 2022).

Visto que esta tese analisa o financiamento público feminino (especificamente voltado para campanhas), neste capítulo, apresento outros elementos de cunho institucional também apontados como de grande importância na participação política das mulheres. Além disso, abordo os principais aspectos partidários que também exercem influência nesse processo.

Contudo, devo lembrar que essa separação por variáveis institucionais e partidárias ocorre somente a título de organização do texto. Isso porque, dada a complexidade desse fenômeno, nenhuma das relações que ele envolve estão isoladas, nem podem ser entendidas como automáticas de causa e efeito.

De forma resumida, o objetivo aqui é entender quais características do sistema eleitoral e dos partidos políticos podem ser mais favoráveis para a participação das mulheres nos cargos eletivos. Em especial, aquelas que dizem respeito às dinâmicas partidárias internas.

4.1 AS RELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Pode-se dizer que existe um consenso entre as pesquisas na área de participação feminina de que sistemas com representação proporcional são mais favoráveis ao aumento no número de mulheres eleitas, do que os sistemas misto e majoritário (ZIMMERMAN, 1994; MATLAND, 2002; NORRIS, 1993; NORRIS; INGLEHART, 2003; ARAÚJO, 2005; SACCHET, 2018). Isso devido ao fato de que no sistema proporcional, os partidos políticos dão mais espaços para candidaturas minoritárias, em razão do número de cargos em disputa ser maior e pelo fato que todos os votos recebidos são contabilizados para a sigla. Já no caso majoritário, o partido nomeia somente uma pessoa para a disputa e a tendência é que sejam escolhidas candidaturas que maximizem as chances e minimizem os riscos eleitoras que, na grande maioria das vezes, acaba sendo a de uma figura masculina (ARAÚJO, 2005).

Dentro dos sistemas proporcionais, aqueles que funcionam com lista aberta tendem a desfavorecer a eleição de mulheres (RULE, 1994; MATLAND, 2005; TRIPP; KANG, 2008). Isso porque esse modelo estimula a competição intrapartidária e também campanhas mais personalistas, o que encarece os custos da competição e conseqüentemente, coloca as mulheres em desvantagem (SACCHET, 2013). Porém, é mencionado que sistemas com lista fechada também podem ser prejudiciais às chances de eleição feminina, caso não haja cotas de gênero e um ordenamento com mandato de posição, ou dispositivo de ordenação dos nomes na lista. Devido à preferência das elites partidárias por candidaturas masculinas, sem certos dispositivos, as mulheres podem ocupar as últimas posições das listas, as quais têm chances quase nulas de eleição (SMULDERS; PUT; MADDENS, 2018). Ou seja, para que a lista fechada seja favorável às mulheres, os partidos devem apresentá-la de forma que os nomes de homens e de mulheres apareçam alternados nas posições (HTUN; JONES, 2002; SPOHR *et al.* 2016).

A magnitude distrital é outro fator que influencia a maior ou menor inclusão das candidatas. Porém, este ponto não é tão consensual quanto o primeiro. Apesar de muitos estudos afirmarem o benefício que mais cargos em disputa trariam às chances de eleição das mulheres (ARAÚJO, 2005; SCHWINDT-BAYER, 2009; DOWLING; MILLER, 2015), outras pesquisas chegaram a resultados diferentes (MATLAND, 2005; SACCHET, 2013). Contudo, é de se esperar que com mais cargos a serem conquistados, os partidos tendam a ter uma lista mais equilibrada, oferecendo mais espaço a grupos políticos minoritários, como é o caso das mulheres (SCHWINDT-BAYER, 2005).

Um aspecto considerado central nessa discussão é a adoção de cotas eleitorais. Basicamente, elas são encontradas em dois tipos principais: as cotas adotadas pelos partidos políticos e as cotas obrigatórias, ou seja, asseguradas pela legislação do país. Estas últimas estão divididas em dois subtipos: as reservas de assentos legislativos, que incidem na ocupação das Casas Legislativas, e as cotas eleitorais, que atingem as candidaturas partidárias. O primeiro tipo é o mais antigo, surgiu pela primeira vez na década de 1930, concentrando-se em países da Ásia, África e Oriente Médio. Já as cotas eleitorais foram implementadas no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, sendo mais encontradas em países da América Latina, no sul da Europa, Oriente Médio e África (KROOK, 2010).

É evidente que elas têm produzido resultados que variam significativamente. Nesse sentido, a pesquisa de Pippa Norris (2006) analisando o impacto de curto prazo dessa medida aponta três grupos de resultados em relação à participação feminina: (i) países que mostram um grande crescimento no número de mulheres eleitas após a implementação da medida; (ii) países

que apresentaram um crescimento modesto e (iii) países que atingiram um crescimento mínimo na eleição de mulheres.

A autora ressalta que a eficácia da medida depende de uma série de fatores como: o sistema eleitoral, a magnitude distrital, a implementação de mecanismos que forcem o cumprimento das cotas, o tipo de lista partidária, a existência do mandato de posição, a punição aos partidos que deixam de cumprir a lei, entre outros. Tais achados são corroborados por outras pesquisas (JONES, 2004; SCHWINDT-BAYER, 2009; EDUARDO; SOUZA; ANGELI, 2019).

Por fim, deve ser lembrado que, por mais que as cotas eleitorais para mulheres sejam obrigatórias, fica a cargo dos partidos políticos a maneira como a medida é aplicada. Nesse sentido, muitas pesquisas têm mostrado a debilidade das siglas na implementação eficaz das cotas, devido, principalmente, a brechas nas leis que possibilitam que as regras sejam balizadas, sem grandes danos legais (HINOJOSA; PISCOPO, 2013; WYLIE; DOS SANTOS, 2016; BJARNEGÅRD; ZETTERBERG, 2019; GATTO; WYLIE, 2021).

Dessa forma, olhar atentamente para os partidos e suas dinâmicas é crucial no processo de análise da participação política feminina.

4.2 PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS DINÂMICAS

Atuando em uma fase anterior à competição eleitoral, os partidos políticos ocupam um lugar central no fomento da participação política feminina. Isso se dá porque são eles os responsáveis pelo processo de seleção e de nomeação das candidaturas, os quais variam consideravelmente entre os países e entre os partidos (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995). Essa dinâmica partidária é complexa e envolve, além da legislação estatutária, muitos aspectos informais peculiares a cada partido, os quais podem facilitar ou dificultar a entrada e a atuação feminina nesse espaço (ÁLVARES, 2008; BJARNEGÅRD; ZETTERBERG, 2019; GATTO; WYLIE, 2020).

Antes de discutir mais detalhadamente os processos do nível intrapartidário, deve-se lembrar que a interação entre os partidos também possui aspectos que podem influenciar na participação política feminina, como será mostrado na próxima seção.

4.2.1 Sistemas partidários e participação política feminina

Em relação às características do sistema partidário, não existe um consenso ou um conjunto mais sistemático de evidências empíricas que indiquem padrões claros de como sua natureza afetaria a eleição de mulheres. Porém, sugere-se que os sistemas pluripartidários, característicos da representação proporcional, tendem a apresentar uma proporção mais elevada de mulheres eleitas (DARCY; WELCH; CLARCK, 1994; RULE; ZIMMERMAN, 1994; DIAZ, 2002; HTUN, JONES, 2002; MATLAND, 2002; SCHMIDT, 2003; IPU, 2022).

Isso porque, o pluripartidarismo estimularia o “mercado eleitoral” possibilitando o surgimento mais constante de novos partidos que, por sua vez, absorveriam novos atores sociais (SAINSBURY, 1993; REYNOLDS, 1999). Já sistemas nos quais predominam poucos e grandes partidos, existem uma tendência à redução das oportunidades para grupos tradicionalmente excluídos dos centros decisórios da política (ARAÚJO, 2005).

Mas, caso aconteça de forma intensa, a fragmentação pode ser considerada problemática ao acesso das mulheres aos cargos eletivos. Argumenta-se que tanto a concentração partidária (que restringe a competição a poucos), quanto a excessiva fragmentação (que permite a existência de um grande número de partidos regionalizados e a eleição de parlamentares com menos de 1% dos votos válidos), acabam sendo manifestações problemáticas à expressão e incorporação de novas parcelas de atores sociais (TAVARES, 2002).

Em relação ao tamanho dos partidos, existem evidências de que partidos menores de esquerda dão mais oportunidade às mulheres, porém, elas têm mais chances de serem eleitas em partidos de grande porte desse espectro ideológico (ALVES; ARAÚJO, 2011; COSTA; BOLOGNESI; CODATO, 2013).

Com isso, a magnitude e o grau de fragmentação dos partidos são fatores que podem propiciar uma maior ou menor chance de eleição feminina, visto que sistemas com menos partidos tendem a possuir legendas grandes e mais consolidadas, as quais tendem a não ser abertas ao ingresso de novos atores. Além disso, tendem a ter um custo eleitoral da competição intrapartidária muito elevado. Já partidos muito pequenos e regionalizados, que geralmente conquistam poucas cadeiras, estão mais inclinados a dar prioridade eleitoral às candidaturas masculinas (ARAÚJO, 2005). Contudo, como já mencionado, a literatura não é consensual sobre o efeito da dessas variáveis no processo de eleição feminina.

4.2.2 Dentro dos partidos, o que pode facilitar ou dificultar a participação feminina?

A análise partidária em relação ao engajamento político feminino mostra que esse processo tem sido mais estimulado e, de certa forma, condicionado, pelos partidos de esquerda. O estudo de Richard Katz e Peter Mair (2018) aponta que foram essas siglas as primeiras a incluir algum tipo de norma interna voltada para a ampliação da participação das mulheres. Devido a sua ênfase na igualdade, essas organizações seriam mais inclusivas em comparação aos partidos de direita, que são mais conservadores a respeito do papel feminino nas atividades públicas (FUNK; HINOJOSA; PISCOPO, 2017).

Contudo, houve uma disseminação de iniciativas inclusivas desse tema nas agendas de partidos dos demais espectros ideológicos, principalmente, nas últimas décadas. Tais iniciativas refletem a legitimidade e o espaço que o tema da participação política feminina adquiriu na sociedade. Além disso, mostram a percepção partidária de que as mulheres e o tema dos seus direitos possuem apelo eleitoral e devem, portanto, ser incorporados na pauta do partido (ARAÚJO, 2005). Com isso, o potencial explicativo da ideologia partidária tem declinado na medida em que partidos diferentes da esquerda passaram a adotar discursos “pró-gênero” e cotas para mulheres em listas eleitorais (KITTLSON, 2006).

Em relação a essas iniciativas inclusivas adotadas pelos partidos, Joni Lovenduski (1993) coloca que elas podem ser caracterizadas como programáticas ou organizacionais. As primeiras estão relacionadas às ideologias partidárias, ou seja, são congruentes com programas partidários já existentes ou seguem o posicionamento da sigla na divisão esquerda-direita. Já as estratégias consideradas organizacionais dizem respeito a princípios e políticas, além de métodos de recrutamento e promoção feminina em posições estratégicas no interior dos partidos. Essas medidas foram adaptadas por Norris (2003) e podem ser classificadas em três categorias:

i) estratégia da retórica: representada pela assinatura de acordos internacionais no plano de governo, as quais implicam que dentro dos partidos as questões femininas são aceitas em plataformas de campanhas e assumidas em discursos, porém não há a implementação de políticas efetivas.

ii) estratégias de políticas de ação afirmativa (LOVENDUSKI, 1993) ou de igualdade de oportunidade (NORRIS, 2003): visam oferecer às mulheres certas condições de modo a que tenham a oportunidade de desenvolver suas carreiras políticas com as mesmas condições que seus pares masculinos. Como por exemplo: seminários, treinamentos com metas de inclusão a

serem alcançadas pelo partido; treinamentos voltados às campanhas eleitorais; políticas institucionais como creches e demais facilidades para que as mulheres possam participar das atividades políticas, entre outras ações.

iii) estratégias de discriminação positiva: elaboradas de maneira mais específica para beneficiar as mulheres durante um período de tempo. Nelas há uma intervenção mais incisiva caracterizada especialmente pela adoção das cotas para as instâncias decisórias e para a representação pública do partido.

Deve-se lembrar que os tipos não podem ser vistos como rígidos ou contrapostos entre si, podendo ser sua adoção mesclada. Além disso, apesar da forma de apresentação sugerir uma hierarquia entre os tipos, isso dependerá do contexto que está sendo analisado (LOVENDUSKI, 1993; NORRIS, 2003). Pois, no caso brasileiro por exemplo, que possui um sistema com lista aberta, definir a existência de cotas como uma iniciativa máxima pode ser uma leitura equivocada, visto que, até o presente, a adoção dessa estratégia tem mostrado muito pouco sobre o compromisso partidário com a eleição de mais mulheres (ARAÚJO, 2005; BOLOGNESI, 2012).

Ainda sobre a organização partidária, nota-se que o grau e o tipo das dinâmicas internas de cada partido são fundamentais para facilitar a inserção das mulheres e criar condições reais de competição para esse grupo. Para uma melhor observação dessas dinâmicas, Norris (1993) propõe uma tipologia que resume as quatro formas organizacionais básicas, baseadas em duas dimensões: no grau de institucionalização e no grau de centralização dos processos decisórios. Em relação ao primeiro aspecto, o sistema e as suas regras podem ser formais ou informais. Já no segundo, o sistema pode ser mais centralizado ou mais localizado, lembrando que esses padrões são aproximações de práticas mais encontradas e não existem, necessariamente, recortes nítidos e excludentes entre os quatro formatos. Partindo disso, a autora chegou nesses quatro tipos ideais: (i) o recrutamento centralizado-informal, (ii) o recrutamento informal e localizado, (iii) o recrutamento formal-localizado, (iv) o recrutamento formal-centralizado.

No geral, as dimensões organizacionais mais institucionalizadas, com regras transparentes e mais padronizadas, tendem a ser mais democráticas por permitirem maior controle de seus membros e por possuírem normas e procedimentos mais transparentes. Isso seria mais favorável ao ingresso feminino devido à possibilidade de controle sobre a condução de políticas e os critérios de recrutamento (NORRIS, 1993; MATLAND, 2002). Já em partidos nos quais predominam a informalidade e a utilização de critérios de seleção não explícitos, o

processo pode se tornar mais suscetível a práticas personalistas e a interesses externos aos definidos nos programas do partido. Isso por sua vez, desencorajaria o ingresso feminino, devido à característica desordenada e personalizada da competição (ARAÚJO, 2005).

Todavia, em relação ao grau de centralização ou descentralização, não há um consenso na literatura sobre qual seria mais favorável às mulheres. Alguns achados apontam que no sistema descentralizado, desde que formal, existem mais chances de setores fora da elite partidária influenciarem os processos (KITSCHOLT, 1994; NORRIS, 1993; MATLAND, 2002). Outros, porém, mostram que a existência de órgãos nacionais estruturados e com reconhecida direção sobre o corpo partidário, em contraposição a partidos menos centralizados, tenderia a favorecer a movimentação interna de setores que não compõem a elite partidária (GUADAGNINI, 1993).

Essas dimensões partidárias organizacionais, mensuradas pelos graus de institucionalização e centralização dos processos decisórios, estão diretamente ligadas às dinâmicas do recrutamento partidário, tópico apresentado na próxima seção.

4.2.3 O recrutamento partidário

Visto que uma das funções mais importantes dos partidos políticos é a nomeação das candidaturas que irão concorrer a um cargo político (NORRIS, 2013), essa agenda de pesquisa tem sido, de maneira geral, bem explorada na Ciência Política (RAHAT; HAZAN, 2001; FREIDENBERG, 2003; BRAGA, 2008; RAHAT, 2009; BOLOGNESI, 2013). Nas últimas décadas, nota-se que a análise dos efeitos do gênero sobre o recrutamento partidário vem ganhando mais atenção, dada a lacuna na literatura sobre os aspectos de inclusão e de exclusão de certos grupos nesse processo (BJARNEGÅRD; ZETTERBERG, 2019).

Nesse sentido, deve ser mencionado o trabalho de Pippa Norris e Joni Lovenduski (1995), que propõe um modelo de oferta e demanda (com base na teoria econômica clássica) para o melhor entendimento de quais fatores delinham o processo de recrutamento. Esse modelo é considerado dominante nas análises sobre o acesso feminino aos cargos políticos (KROOK, 2010). Muitas delas mostram que existe uma preferência partidária por pessoas dotadas de certas características sociais favoráveis à política (ARAÚJO, 2005; HINOJOSA, 2012). Tais características estão ligadas à cultura política de uma dada sociedade e ao seu contexto (BOLOGNESI; COSTA, 2009).

Além disso, a literatura mostra também que o processo de seleção é influenciado tanto por regras formais quanto por regras informais (GATTO; WYLIE, 2020), e que normas e

práticas de gênero dentro dos partidos políticos moldam as oportunidades de homens e mulheres aspirantes (BJARNEGÅRD; ZETTERBERG, 2019). Aparentemente a ênfase dada a méritos “neutros” – como o acesso do/a aspirante a redes de apoio político, possuir experiência prévia dentro do partido, *background* e qualificações, entre outros – têm gerado um padrão que resulta em uma seleção maior de perfis masculinos do que femininos (LAWLESS; FOX, 2010; SANBONMATSU, 2006). Sendo assim, mesmo que os critérios partidários de seleção não sejam diretamente sobre gênero, os requerimentos que os partidos políticos colocam às candidaturas acabam por favorecer implicitamente alguns grupos.

Nota-se que, apesar de os partidos operarem numa grande variedade de contextos políticos e constituírem um grupo heterogêneo de organizações, suas práticas de recrutamento são de maneira unânime um caso privado. Nelas, as lideranças partidárias possuem grande liberdade para designar suas normas e critérios, muitos deles de caráter informal (BJARNEGÅRD; ZETTERBERG, 2019). E nesse ponto, uma vasta gama de estudos tem apontado para uma clara preferência pela nomeação de homens, que aconteceria devido à tendência das elites partidárias, majoritariamente masculinas, de recrutarem perfis semelhantes aos seus (SANBONMATSU, 2006; LAWLESS; FOX, 2010; HINOJOSA, 2012; CROWDER-MEYER, 2013; BUTLER; PREECE, 2016).

A importância das normas e convenções informais atuantes nos processos políticos, como o recrutamento, é uma questão já levantada pelas teóricas feministas (FRASER, 1992; PATEMAN, 1993; MANSBRIDGE, 1999), como foi mostrado no capítulo anterior. Uma agenda de pesquisa que surge dessa ideia é intitulada Institucionalismo Feminista e foca especialmente nas implicações da interação entre gênero e instituições formais e informais (MACKAY; KENNY; CHAPPELL, 2010). Esses estudos buscam apresentar como o gênero, no sentido de construções de masculinidade e feminilidade, está inserido nas instituições políticas, restringindo e moldando as interações sociais nesses espaços (WAYLEN, 2007, 2011). Essa vertente do (neo)institucionalismo destaca as formas, muitas vezes tácitas, em que as relações de poder que sustentam os processos políticos são produzidas e reproduzidas através do gênero (KENNEY, 1996; KROOK; MACKAY, 2011). Muitos desses estudos empíricos têm como foco tanto a nomeação de candidaturas, quanto estágios anteriores do processo de recrutamento (CHAPPELL, 2006; VERGE, 2012; BJARNEGÅRD, 2013; BJARNEGÅRD; KENNY, 2016).

Nota-se que, no que diz respeito à relação entre as dinâmicas intrapartidárias e a participação política feminina, o recrutamento político aparece como o interesse central de investigação (WANG; MURIAAS; BAUER, 2021; VERGE, 2020). Já outros processos

posteriores a ele ainda têm recebido menos atenção, como a participação de mulheres dentro de instâncias decisórias dos partidos, tema abordado na próxima seção.

4.2.4 Mulheres dentro das instâncias partidárias

A observação da presença feminina dentro dos espaços partidários pode remeter automaticamente às secretarias ou instâncias voltadas para as mulheres. Em relação a elas, sua presença (ou não) dentro de um partido pode fazer diferença na maneira e nas condições que esse grupo poderá atuar. Secretarias femininas tendem a proporcionar iniciativas de apoio e mobilização das candidatas, além de funcionarem como instrumento de pressão política sobre as direções partidárias (ARAÚJO, 2005).

Apesar do poder de mobilização e de pressão desses órgãos junto às direções partidárias ser apontado como escasso (ARAÚJO, 2005), sua existência tem sido relacionada ao desempenho feminino nas competições (KITILSON, 1997, 2011; CAUL, 2001). Além disso, eles podem funcionar como um importante fator na cobrança de direcionamento de recursos para as candidatas, como foi o caso do PSDB Mulher, em 2018, mencionado por Teresa Sacchet (2020). Segundo a autora, as mulheres exigiram do partido que a organização fosse a responsável pela seleção e pelo repasse do percentual do Fundo Eleitoral e Partidário às candidatas. Esse fato resultou num maior acesso feminino aos recursos financeiros e, conseqüentemente, uma melhor angariação de votos desse grupo.

Mencionada a relevância dessas instâncias, resalto que o interesse desta investigação é a presença de mulheres nos cargos das comissões executivas partidárias. Isso porque, esses órgãos representam o centro do poder de decisão do partido e são centrais nas políticas que serão adotadas pelas siglas (KITILSON, 2006). Além do mais, a entrada feminina nesses espaços tem sido muito mais difícil do que a adoção de medidas “pró-gênero” nas plataformas partidárias. Uma vez que é mais fácil para os partidos absorverem essas demandas do que reorganizar a distribuição do poder internamente (ROHRSCHEIDER, 1993).

Nesse sentido, ainda que não seja possível estabelecer uma relação causal, existem indícios de que grande parte dos problemas relacionados aos déficits de participação das mulheres, tanto nas estruturas quanto nas instituições de representação política, estão relacionados com a deficitária inserção e participação desse grupo nas estruturas organizacionais dos partidos (THOMSEN, 2015; THOMSEN; SWERS, 2017; BARROS; NASCIMENTO, 2021).

Sobre essa relação, pesquisas apontam que a ênfase em mulheres em posição de liderança dentro dos partidos pode resultar no aumento do número de candidatas e eleitas (KUNOVICH; PAXTON, 2005; CHENG; TAVITS, 2011). Além disso, foi constatada uma ligação entre a presença de mulheres no órgão decisório nacional partidário e o número de mulheres parlamentares eleitas pelo partido com a probabilidade de que a sigla tenha um programa que enfatize temas relacionados à justiça social e à adoção de medidas afirmativas como as cotas (CAUL, 2001; KITTILSON, 2006, 2011). Por fim, a seleção de lideranças femininas pode quebrar o limite feminino dentre desses espaços (*glass ceiling*), abrindo o caminho para que outras mulheres atinjam essa posição (JALALZAI; KROOK, 2010). Fato que colabora também nas percepções do eleitorado a respeito da efetividade de mulheres em posições de liderança, diminuindo estereótipos tradicionais de gênero sobre o papel desse grupo nas esferas pública e privada (BEAMAN *et al.*, 2012; O'BRIEN, 2012).

No caso brasileiro, especificamente, a avaliação do impacto da presença feminina nas Comissões Executivas Nacionais (CEN) de sete partidos brasileiros apontou uma correlação positiva entre a ocupação desses cargos por mulheres e o número de eleitas pelas siglas (REZENDE; SILVA, 2018). Além disso, é apontado que a maior participação de mulheres em espaços de direção partidárias brasileiras pode propiciar a construção do capital político necessário para as eleições. Da mesma forma que pode dar a esse grupo maior capacidade de influência no processo de tomada de decisões (PINHO, 2016).

Exposto isso, esta pesquisa também observa esses espaços e os possíveis resultados que a presença feminina neles pode trazer. Porém, como já mencionado, o foco é a relação dessa presença com o valor de recursos públicos destinado para as candidatas. Além disso, é importante destacar que meu olhar também está voltado para as instâncias partidárias estaduais. Visto que, ainda são escassas as investigações a respeito dos efeitos da organização partidária sobre a elegibilidade feminina (BOLOGNESI; COSTA, 2015; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016; REZENDE; SILVA, 2018), e mais ainda aquelas voltadas para as instâncias estaduais (BARBOSA, 2015).

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, foi mostrado que, em relação aos sistemas eleitorais: os proporcionais, de lista fechada, com cotas e mandato de posição e reais sanções aos partidos seriam a combinação mais propícia para o aumento no número de mulheres eleitas. O tamanho do distrito possui um efeito ainda ambíguo nesse sentido.

Sobre o papel dos partidos políticos, sua importância é central na maior inclusão feminina na arena eleitoral e nos cargos eletivos. Porém, não há um consenso a respeito do efeito que o número de partidos competindo em um sistema, bem como o tamanho deles possuem nesse processo.

Em relação à ideologia partidária, as siglas de esquerda têm sido apontadas como as maiores fomentadoras da participação feminina. Mas, também tem sido observadas iniciativas inclusivas adotadas nos últimos anos pelas demais siglas.

Ainda sobre as dinâmicas internas, estas podem ser avaliadas pelo grau de institucionalização e de centralização dos processos partidários. No geral, as mulheres seriam mais beneficiadas em dinâmicas mais institucionalizadas pelo fato de possuírem procedimentos mais transparentes e pré-estabelecidos. Já em relação ao grau centralização ou descentralização, os efeitos ainda são questionáveis.

Dessa maneira, dentro dessa temática o recrutamento partidário tem sido o foco de muito interesse acadêmico. Tal processo é influenciado tanto por regras formais quanto por regras informais, as quais são permeadas pelo viés de gênero. O que, por sua vez, faz com que mesmo que os critérios partidários de seleção não sejam diretamente sobre gênero, os requerimentos que os partidos políticos colocam às candidaturas acabam por favorecer o perfil masculino em detrimento do feminino.

Por fim, ressalto que para analisar os partidos políticos, deve-se ter em mente que, em última instância, as ações e as políticas dessas organizações são orientadas pela busca de acesso ao poder. Sendo assim, juntamente com as posições ideológicas, os cálculos eleitorais influenciam a esfera organizacional e definem as estratégias partidárias, inclusive, as estratégias de recrutamento e investimentos eleitorais (ARAÚJO, 2005). Além disso, a atuação partidária é influenciada pelos contextos nos quais o partido está inserido (FUNK; HINOJOSA; PISCOPO, 2017). Ou seja, existe um cálculo pragmático da correlação de forças e dos objetivos partidários em uma determinada eleição.

De toda forma, numa análise panorâmica, a participação feminina intrapartidária tem se mostrado positiva no processo do avanço das mulheres dentro e fora desses espaços, como será discutido mais ao final deste trabalho. Para contextualizar o debate, entretanto, no próximo capítulo, apresento um levantamento dos números da participação feminina nas últimas três eleições para a Câmara dos Deputados.

5 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DISPUTA PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS – UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Durante as últimas décadas, pode-se identificar um significativo aumento da participação feminina em diversas esferas da sociedade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), atualmente, as mulheres compõem 54,5% do mercado trabalho brasileiro e apresentam grau de instrução mais elevado do que os homens¹⁶. Ainda assim, ganham em média 20,1% a menos que eles, são a maioria da população desempregada (54,5%) e em situação de risco de pobreza¹⁷, além de permanecerem como as maiores responsáveis pelos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos¹⁸. Esse breve cenário mostra como, apesar de muitas mudanças, ainda há muito o que se fazer no que diz respeito à atuação feminina dos espaços públicos e às oportunidades que (não) são oferecidas a esse grupo.

Quando se observa o campo político, mais especificamente os espaços de tomada de decisão, fica evidente a necessidade de alteração da dinâmica atual, na qual elas ainda permanecem uma minoria, apesar da adoção de muitas medidas que visam modificações desse quadro. É possível mencionar como a mais importante delas a lei de cotas eleitorais, que obriga os partidos a preencherem suas listas com um percentual mínimo e máximo de cada um dos sexos nas eleições proporcionais. Abordando diretamente o caso brasileiro, pode-se mencionar também a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nº 23.607, que impõe às siglas partidárias a destinação de no mínimo 30% do total recebido do Fundo Especial de Financiamento de Campanha¹⁹ (FEFC) às candidaturas femininas.

Nesse sentido, o presente capítulo busca averiguar em que medida se observa uma alteração na participação política das mulheres nas disputas ao cargo de deputada federal. Para isso, faço uso de um apanhado de informações referentes aos perfis dos grupos competidores e eleitos dos últimos três pleitos (2010, 2014 e 2018), com o objetivo de identificar mudanças, tendências e pontos de estagnação nesse processo.

Os dados apresentados na próxima seção, referentes às disputas de 2010 e 2014, foram coletados no ano de 2015 para a feitura da minha dissertação de mestrado (EDUARDO, 2017).

¹⁶ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C), 24,3% das brasileiras possuem ensino superior completo, contra 14,6% dos brasileiros.

¹⁷ A informação coletada no site do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (CEPAL) mostra que para cada 100 homens vivendo nessa condição, existem 112,7 mulheres. Além disso, cerca de 72% dos postos de trabalho encerrados em 2020, devido à pandemia, eram ocupados por mulheres (IBGE, 2022).

¹⁸ No Brasil, as mulheres dedicam a essas atividades quase o dobro de tempo que os homens - 21,4 horas contra 11 horas semanais (IBGE, 2022).

¹⁹ Em abril de 2022, o conteúdo dessa Resolução é promulgado como determinação constitucional, por meio da Emenda Constitucional (EC) 117.

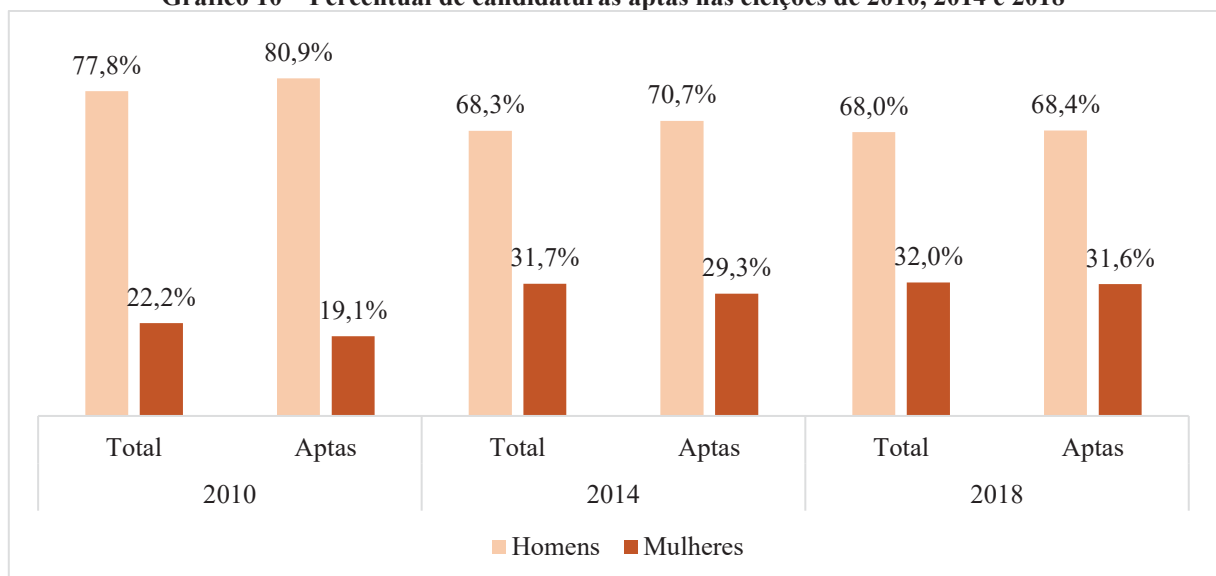
Todos provenientes das bases disponibilizadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Já os dados sobre as eleições de 2018 foram levantados no ano de 2020, da mesma base disponibilizada pelo TSE, e terão seu processo de coleta explicado em pormenores no capítulo seguinte.

5.1 NOMEAÇÕES QUE NÃO COMPETEM – SOBRE AS CANDIDATURAS INAPTAS

No ano de 2018, 9.204 brasileiras concorreram a um cargo eletivo. Dessas, apenas 290 foram eleitas (3,15%). Lembrando que o eleitorado no Brasil é composto por mais de 77 milhões de votos femininos, o que significa 52,5% do total de pessoas votantes. A desproporção é clara, porém, tivemos um avanço quando comparamos às eleições de 2014, quando somente 190 mulheres foram eleitas para uma vaga em disputa. Olhando especificamente para a composição da Câmara dos Deputados, nota-se que houve um incremento de quase 50% no número de deputadas federais eleitas, que passou de 51 em 2014, para 77 em 2018. Todavia, devo mencionar que, apesar do significativo aumento, as mulheres ainda correspondem a meros 15% da Casa Baixa.

Nesse último pleito, 2.767 mulheres (32%) e 5.821 homens (68%), foram nomeados/as a concorrerem uma vaga de deputado/a federal, totalizando 8.588 candidaturas, distribuídas em 35 partidos. Dentre elas, 7.658 foram consideradas aptas, ou seja, foram aprovadas para competirem no pleito. Sendo assim, 2.423 mulheres (31,6%) e 5.235 homens (68,4%) efetivamente participaram da disputa.

Gráfico 10 – Percentual de candidaturas aptas nas eleições de 2010, 2014 e 2018



Fonte: A autora (2022) com base nos dados do TSE (2015, 2020).

Comparando com os pleitos anteriores (Gráfico 10), percebe-se que as eleições de 2018 foram as primeiras nas quais a cota mínima de gênero foi realmente cumprida, na competição, uma vez que a lei vale apenas para o total de pedidos apresentados no registro. A análise individual das listas de cada partido mostra que algumas das siglas²⁰ ainda deixaram de cumprir a lei que desde 2009²¹ obriga o preenchimento das chapas com um percentual mínimo e máximo para cada gênero.

Mesmo que o número de candidatas aptas tenha aumentado de 2010 para cá, as mulheres ainda são a maioria dos casos de candidaturas inaptas. Isso aponta para uma persistente falta de compromisso partidário em compor suas listas com candidatas que tenham o mínimo de suporte para participar da disputa, uma vez que grande parte desses casos se dá devido à falta de entrega de documentos básicos de identificação (MENDONÇA; MARREGA; CORREA, 2021).

Do total de 930 casos de inaptidão, 688 foram julgados como indeferidos, 231 foram renúncias e os 11 restantes dizem respeito a: cancelamento (um caso), falecimento (dois casos) e não conhecimento do pedido (oito casos)²².

Para melhor ilustrar esse cenário, o cálculo dos resíduos padronizados²³ (Tabela 3) mostra um avanço entre 2014 e 2018, no sentido de as mulheres estarem mais presentes no grupo das candidaturas aptas. Porém, em comparação com os homens, ainda persiste uma real concentração de candidatas inaptas, de um pleito para o outro. Ou seja, nota-se um número maior de candidaturas femininas inaptas do que seria esperado em uma distribuição normal dos casos. Isto mostra como o gênero faz diferença quando se pensa em aptidão ou não para a disputa.

Tabela 3 – Resíduo padronizado das candidaturas de 2014 e 2018

	2014		2018	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Aptas/os	-3.374	2.17	-0.893	0.615
Inaptas/os	6.068	-5.271	2.562	-1.766

Fonte: A autora (2022) com dados do TSE (2015, 2020).

²⁰ São elas: PSD, PROS, PCB, DEM, PODE, SDD, REDE e PMN (TSE, 2019).

²¹ Lei Federal nº 12.034/2009.

²² Um caso feminino e os demais masculinos.

²³ Com os resíduos padronizados identificamos de forma individual a concentração de valores em pares de casos - acima ou abaixo - do esperado. Com um nível de confiança de 95%, temos como ponto de corte para a significância estatística de falta ou excesso de ocorrência entre as variáveis o valor de +/- 1,96. Sendo que o sinal “+” denota concentração e o “-” ausência (CERVI, 2014).

Tabela 4 – Percentual de candidaturas por partido e por gênero para o cargo de deputado/a federal

Partido	Total de candidaturas	Total inaptas/os	% total de inaptas/os	Mulheres inaptas	% inaptas	Homens inaptos	% inaptos
PSTU	38	3	7,9%	2	66,7%	1	33,3%
PPS	136	9	6,6%	5	55,6%	4	44,4%
REDE	256	13	5,1%	7	53,8%	6	46,2%
AVANTE	365	32	8,8%	17	53,1%	15	46,9%
PSC	189	15	7,9%	8	53,3%	7	46,7%
PT	403	39	9,7%	20	51,3%	19	48,7%
PROS	292	23	7,9%	11	47,8%	12	52,2%
PTB	144	15	10,4%	7	46,7%	8	53,3%
PCdoB	131	11	8,4%	5	45,5%	6	54,5%
PHS	330	33	10%	15	45,5%	18	54,5%
PRB	259	9	3,5%	4	44,4%	5	55,6%
PRTB	355	69	19,4%	30	43,5%	39	56,5%
PSDB	258	21	8,1%	9	42,9%	12	57,1%
Solidariedade	163	17	10,4%	7	41,2%	10	58,8%
DEM	184	15	8,2%	6	40%	9	60%
PODE	244	30	12,3%	12	40%	18	60%
PMB	117	21	17,9%	8	38,1%	13	61,9%
PPL	285	39	13,7%	15	38,5%	24	61,5%
PSD	208	13	6,3%	5	38,5%	8	61,5%
MDB	347	43	12,4%	16	37,2%	27	62,8%
PSL	488	52	10,7%	19	36,5%	33	63,5%
PDT	308	37	12%	13	35,1%	24	64,9%
PSOL	533	32	6%	11	34,4%	21	65,6%
PTC	249	51	20,5%	17	33,3%	34	66,7%
PCO	31	25	80,6%	8	32%	17	68%
PV	290	29	10%	9	31%	20	69%
DC	255	58	22,7%	17	29,3%	41	70,7%
PMN	195	31	15,9%	8	25,8%	23	74,2%
PSB	262	35	13,4%	9	25,7%	26	74,3%
NOVO	228	4	1,8%	1	25%	3	75%
PATRI	405	49	12,1%	12	24,5%	37	75,5%
PRP	289	33	11,4%	8	24,2%	25	75,8%
PCB	36	5	13,9%	1	20%	4	80%
PP	151	8	5,3%	1	12,5%	7	87,5%
PR/PL	164	11	6,7%	1	9,1%	10	90,9%
Total	8.588	930	10,8%	344	37%	586	63%

Fonte: A autora (2022) com base nos dados do TSE (2020).

Essa constatação reforça a ideia de como os partidos manobram a lei das cotas (BOLOGNESI, 2012; WYLIE; DOS SANTOS, 2016; SACCHET, 2020). Pois, mesmo quando ela é cumprida, o modo como é feito esvazia a medida, a ponto de seus possíveis resultados

serem drasticamente diminuídos, mantendo-se assim o *status quo* da dinâmica eleitoral. Isso sem levar em conta os processos institucionais informais dos quais os partidos também fazem uso para mitigar a efetividade da adoção das cotas (GATTO; WYLIE, 2021). Lembrando que o impacto direto delas, num primeiro momento, se dá na nomeação das mulheres, o que não necessariamente garante o mesmo efeito no número de eleitas (FUNK; HINOJOSA; PISCOPO, 2017).

Analisando a Tabela 4, que apresenta os números de candidaturas, total e não aptas por gênero, juntamente com os percentuais, chama a atenção o fato de o percentual de candidatas no geral ter sido de 32%, porém, nos casos de inaptidão, as mulheres estão em 37% das ocorrências. Saltam aos olhos, também, siglas que tiveram um percentual que considero significativo de casos inaptos, terem em sua maioria casos femininos acima dos 30% nesse grupo. Como identificado nos partidos: DC, PTC, PRTB e PMB.

No caso do PCO, das 31 candidaturas lançadas, apenas seis foram consideradas aptas, o que explica os 81% de inaptas da terceira coluna. Dos 35 partidos, 25 apresentaram um percentual de mulheres inaptas superior a 30%, o que reforça, mais uma vez, a ideia de como os partidos agem estrategicamente para evitar a implementação de medidas que fomentem a participação política feminina (CAMPOS; MACHADO, 2017; SACCHET, 2020; WYLIE, 2020).

As informações apresentadas na próxima seção mostram como essa resistência partidária tem sido bem-sucedida e vem conseguindo conter alterações mais significativas na composição dos grupos decisores.

5.2 QUEM CONCORRE E QUEM GANHA?

Nesta seção apresento um panorama do perfil das candidaturas participantes nas últimas três eleições para a Câmara dos Deputados, buscando analisar algumas características das pessoas concorrentes e daquelas que ocuparam esse espaço decisório. Isso porque a comparação desses grupos pode indicar quais filtros operam nesse processo e como eles se comportam no decorrer do tempo. O que, por sua vez, oferece um melhor entendimento do funcionamento do sistema político.

Essa análise será feita com base na observação de quatro atributos das candidaturas: o grau de instrução, a raça/cor²⁴, a faixa etária e o estado civil. Optei por não incluir a profissão

²⁴ Utilizo no texto a mesma denominação das bases de dados do TSE.

declarada devido à imprecisão que esse dado possui. Em primeiro lugar por conta do alto número de casos que correspondem a “Outros”, ou seja, não têm a ocupação identificada. Nas eleições de 2018, esse grupo representou pouco mais de 18% do total das candidaturas, quase um quinto dos casos. Para além disso, a resposta dada pelas pessoas competidoras, muitas vezes, destoa da realidade, não configurando sua real atuação. Como exemplo, cito a deputada federal Luiza Erundina de Sousa (PSOL), que ocupa o cargo desde 1999, mas se autodeclara “Assistente social”. Com isso, desenvolvo este levantamento com as quatro variáveis já citadas.

Em linhas gerais, quando se compara as disputas de 2010, 2014 e 2018, nota-se que o perfil tanto dos candidatos quanto das candidatas, praticamente, não sofreu alterações ao longo do tempo (Apêndice 4).

Em sua maioria, essas pessoas possuem ensino superior completo, sendo o segundo maior percentual nesse quesito, o ensino médio completo. Os menores números de casos estão entre aqueles/as que leem e escrevem, possuem ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto, nos três anos analisados.

A mesma similaridade entre os pleitos, de 2014 e 2018²⁵, pode ser observada no critério de raça e cor. Ambos os grupos (de homens e de mulheres) são compostos majoritariamente por pessoas brancas, seguidas de pessoas pardas, negras, amarelas e indígenas, destacando que esses três últimos mostraram um pequeno aumento de casos entre um pleito e outro²⁶. Devo mencionar que existe um efeito negativo de ser “não branco” na determinação do nível de competitividade de uma candidatura (WYLIE, 2020). E esse mesmo efeito foi identificado em relação ao sexo (BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016). Sendo assim, uma pessoa na competição que soma essas duas características, possui chances duplamente menores de sucesso eleitoral.

Sobre a faixa etária dos/as concorrentes, tanto homens quanto mulheres se concentraram entre 45 e 59 anos, com quase 50% dos casos nessa categoria. A exceção acontece nos anos de 2014 e 2018, quando o percentual de candidatas nessa faixa fica em torno de 42%, uma diminuição de 6% em comparação com 2010. Ao mesmo tempo, nota-se que mais mulheres jovens têm se candidatado. Entre 25 e 44 anos, o percentual feminino aumentou, de 2010 para 2018, enquanto o masculino manteve-se praticamente o mesmo.

Por fim, o perfil do estado civil das candidaturas de 2018 segue o mesmo padrão das duas disputas anteriores. Ele mostra que homens casados são a maioria entre os candidatos, já

²⁵ As eleições de 2014 foram as primeiras com estatísticas sobre raça e cor das candidaturas.

²⁶ O percentual total de candidaturas não brancas em 2014 foi de 40,5% e de 42% em 2018.

no caso das mulheres, as casadas representam em torno de 40% do grupo. Ou seja, quase 60% das candidatas são mulheres que não possuem um/a cônjuge, ao menos legalmente declarado. Nesse sentido, o estado civil feminino pode ser entendido como uma configuração da divisão sexual do trabalho, que acaba por reproduzir condições desiguais no processo de construção da carreira política (BIROLI, 2016; MARQUES; CELINI; SANTOS, 2021). Para as mulheres, ser casada pode indicar um ônus, uma vez que, como já observado por muitas pesquisadoras (SACCHET, 2009; FEITOSA, 2012; WYLIE, 2020), a competição eleitoral e a ocupação de cargos eletivos implicam uma terceira jornada de trabalho, não havendo, na grande maioria dos casos, apoio do companheiro. Seguindo essa mesma linha, na pesquisa realizada por Clara Araújo e Doriam Borges (2013), candidatas apontam o esposo como a fonte de maior resistência à sua participação política, além disso, afirmam que a perda de tempo para a família é um dos grandes empecilhos nas suas trajetórias políticas.

Sendo assim, a conciliação entre vida política e familiar é uma realidade para a maioria dos homens, enquanto para grande parte das mulheres se escolhe uma em detrimento da outra. Como é ressaltado por Pateman (1989), a negligência com a família é geralmente desculpada quando o homem busca construir uma trajetória de sucesso, seja em que área for, já as mulheres seguem sendo penalizadas se buscam o mesmo. Apesar de antiga, essa colocação continua contemporânea.

Passando agora para o perfil das pessoas eleitas nessas três disputas, nota-se que ele permanece o mesmo nos quatro quesitos citados acima (Apêndice 5). O grande percentual das pessoas que assumem o cargo possui ensino superior completo (seguido de ensino superior incompleto e ensino médio completo), é branca²⁷ (pleitos de 2014 e 2018), está na faixa etária de 35 e 69 anos, com maior concentração entre 45 e 59 anos, e é casada. Sobre este ponto, é interessante destacar que temos mais mulheres eleitas que se declaram divorciadas e solteiras, do que homens na mesma condição, reforçando o “fardo” que o casamento pode representar para as mulheres que almejam uma carreira política, como foi comentado anteriormente. Já em relação à faixa etária, o achado corrobora com a ideia de que candidatos/as mais velhos são vistos/as como mais maduros/as e capazes para a execução do cargo (JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021).

Com base nessas informações pode-se colocar que (i) existe uma permanência do perfil das candidaturas, durante esses três pleitos. Da mesma forma, (ii) o grupo eleito se mantém

²⁷ Vale mencionar que em 2018, tivemos a eleição da primeira mulher indígena para a Câmara dos Deputados, a advogada Joênia Wapixana (REDE-RR).

igual e segue pouco aberto à entrada de novos elementos. Apesar dessa manutenção de grande parte das características, vemos que (iii) mais mulheres jovens têm se candidatado, porém as eleitas permanecem numa faixa etária mais elevada, assim como os homens. Por fim, nota-se uma “blindagem” do grupo eleito a elementos externos a ele, mesmo com a aplicação de medidas que visem o contrário.

Para finalizar o panorama dessas últimas competições, no que diz respeito a participação das mulheres, na próxima seção trago dados que ilustram como os partidos atuaram nesse processo.

5.3 DESEMPENHO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO ACESSO FEMININO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pode-se considerar a centralidade dos partidos políticos na dinâmica eleitoral como algo inquestionável, uma vez que, em grande parte dos países, são eles que detém o monopólio das candidaturas, recrutam e selecionam os nomes de quem irá competir e, conseqüentemente, moldam a composição do grupo de eleitos (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021). Ou seja, são os partidos que controlam o acesso às posições de poder dentro do Estado.

Quando é feita a análise da atuação das siglas no ato de eleger (ou não) mulheres, nota-se que existe uma diferença nos resultados alcançados. Nesse sentido, a literatura mostra que o engajamento político feminino tem sido mais estimulado e, de certa forma, condicionado, pelos partidos de esquerda. O estudo de Katz e Mair (2018), por exemplo, aponta que esses foram os primeiros a incluir algum tipo de norma interna voltada para a ampliação da participação das mulheres. Uma vez que a ênfase na igualdade levaria a uma maior inclusão feminina, quando comparados aos partidos de direita, que tendem a ser mais conservadores a respeito do papel feminino nas atividades públicas. Na América Latina muitos trabalhos encontram uma relação positiva entre partidos de esquerda e a eleição de mulheres (JONES; ALLES; TCHINTIAN, 2012; ALLES, 2014; FUNK; HINOJOSA; PISCOPO, 2017).

Focando no caso brasileiro, pode-se dizer que a relação mencionada esteve presente nos pleitos de 2010 e de 2014, como mostra a Tabela 5.

Nas duas primeiras eleições, nas quais as bancadas femininas foram compostas por 45 e 51 deputas federais, as siglas de esquerda foram as responsáveis pelo maior número de eleitas 20 e 21 (43% e 42%, respectivamente), contra 14 e 17 (31% e 33%) das de direita. Já no ano de 2018, com a bancada composta por 77 mulheres, os partidos de direita ocuparam 35 cadeiras

(45%), enquanto os de esquerda 28 lugares (36%). Com isso, contabilizando o total de candidatas eleitas nos três pleitos (173), o resultado é que 38 delas foram eleitas por partidos de centro, 66 por partidos de direita e 69 por siglas de esquerda.

Tabela 5 – Número de deputadas federais eleitas por partido nas eleições de 2010, 2014 e 2018

Partido	Total de eleitas	2010	2014	2018	Ideologia
PT	26	7	9	10	Esquerda
PCdoB	14	6	4	4	Esquerda
PSB	13	5	5	3	Esquerda
PDT	6	2	1	3	Esquerda
PSOL	5	0	0	5	Esquerda
PPS	4	0	2	2	Esquerda
PROS	1	0	0	1	Esquerda
PMDB/MDB	18	7	7	4	Centro
PSDB	16	3	5	8	Centro
PV	3	1	1	1	Centro
REDE	1	0	0	1	Centro
PP	12	5	2	5	Direita
PR	12	2	4	6	Direita
PSL	9	0	0	9	Direita
DEM	6	2	1	3	Direita
PRB	5	0	2	3	Direita
PSC	4	2	2	0	Direita
PTB	4	1	2	1	Direita
PTdoB/AVANTE	3	1	0	2	Direita
PTN/PODE	3	0	2	1	Direita
PMN	2	1	1	0	Direita
PTC	2	0	1	1	Direita
NOVO	1	0	0	1	Direita
PRP	1	0	0	1	Direita
PSD	1	0	0	1	Direita
Solidariedade	1	0	0	1	Direita
Total	173	45	51	77	

Fonte: A autora (2022) com base nos dados do TSE (2015, 2020).

Nota: Na coluna Ideologia, Esquerda se refere a Esquerda do centro e Direita a Direita do centro de acordo com a classificação de Barbieri e Ramos (2019), com base nos trabalhos de Power e Zucco Jr. (2011) e Power e Rodrigues-Silveira (2019).

Esse aumento de deputadas eleitas por partidos de direita pode ser interpretado pelo “efeito contágio” que age de maneira dupla – pela pressão exercida pelas organizações de mulheres, reivindicando apoio a suas demandas, e pela força eleitoral significativa que o voto feminino possui e deve ser levada em consideração por todos os partidos, como já mencionado (ARAÚJO, 2005). Além disso, esse “deslocamento ideológico” da eleição de mulheres acompanha o crescimento geral da direita no último pleito, esse aumento pode ser interpretado

mais como um reflexo do crescimento desse espectro no número total de assentos legislativos, do que necessariamente uma incorporação da pauta feminina por parte dessas siglas.

Outra observação pertinente é que dos 26 partidos analisados, apenas 11 elegeram ao menos uma mulher em todas as disputas, lembrando que o universo partidário brasileiro conta com mais de 30 siglas. Tal achado pode ser encarado como um indício da falta de consistência partidária na promoção eleitoral desse grupo. Olhando para as siglas que mais tiveram deputadas federais nas três legislaturas, nota-se que dois partidos de centro (PMDB/MDB e PSDB) e dois de esquerda (PT e PCdoB) apresentam um melhor desempenho, o que reforça a diferença já destacada da desenvoltura mais recente da direita nesse quesito.

Dado o melhor desempenho dos partidos de esquerda na promoção e na eleição de mulheres durante anos, coloco como terceira hipótese de pesquisa que essas siglas terão mais mulheres ocupando cargos dentro de suas comissões executivas. Isso porque eles foram os primeiros a adotar medidas de equidade de gênero dentro de suas instâncias (ARAÚJO, 2005).

Ainda sobre as eleições de 2018, devo lembrar que nelas houve um recorde de mulheres eleitas (77), o que significou um aumento de 50% no número de parlamentares da Casa Baixa. Além disso, foram as primeiras disputas com a garantia de reserva de 30% dos recursos financeiros públicos e de propaganda partidária para as candidatas, uma modificação que não pode ser ignorada.

De qualquer forma, em relação ao perfil das pessoas, mesmo com a implementação dessas medidas, ainda houve poucas mudanças no grupo eleito para a Câmara dos Deputados, de 2010 até 2018. Ou seja, a composição dessa arena decisória permanece a mesma. Fato que reforça os apontamentos já mencionados de como o campo político permanece dificultando abertura para grupos externos a ele (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009), “mantendo uma lógica de recrutamento e desenvolvimento das carreiras políticas que obedece a um padrão de circulação de elites bastante homogêneo” (MARQUES, 2021, p. 2), uma vez que, o predomínio esmagador é de homens, brancos, casados e altamente escolarizados, o que está longe de representar a realidade do eleitorado brasileiro²⁸.

Nesse sentido, pode-se dizer que o desempenho dos partidos políticos na promoção do maior acesso feminino aos cargos eletivos, em especial, para a Câmara de Deputados, permanece insatisfatório. Embora tenha ocorrido um avanço no número de eleitas, a maioria

²⁸ Apesar da circulação interna das elites ser uma agenda de pesquisa antiga na Ciência Política (PARETO, 1984; MOSCA, 1966), assim como pesquisas que abordam a distância entre o grupo dirigente e o grupo dirigido (SANTOS 1997; BLONDEL; MÜLLER-ROMMEL, 2007; MURRAY, 2021), acredito ser importante utilizar os dados dos últimos pleitos brasileiros que comprovam esse “caráter fechado, exclusivo e reativo do regime concorrencial” (MARQUES, 2021, p. 15).

das siglas mostrou pouco comprometimento com essa causa (SACCHET, 2020, p. 101). Isso, por sua vez, faz com que as mulheres sejam menos propensas a investir recursos escassos a elas, como tempo e dinheiro, em uma campanha (WYLIE, 2020). Estas questões, associadas aos recortes de raça e etnia, criam um ciclo vicioso que resulta em elites partidárias majoritariamente masculinas e brancas.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De saída este levantamento mostrou que, somente em 2018 houve 30% de mulheres efetivamente participando da disputa eleitoral e mesmo assim, o número de candidatas inaptas permanece muito acima em comparação com os casos masculinos.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o perfil feminino que é ofertado é o mesmo que é demandado quando se analisa certos atributos. Mais de 50% de mulheres candidatas possuem ensino superior completo (com exceção do ano de 2010, quando esse percentual foi de 46,3%, contra 45% dos casos masculinos), encontram-se na grande maioria dentro da faixa etária dos 35 a 59 anos e declaram-se de raça/cor branca. O único ponto em que as candidaturas femininas “destoam” do grupo eleito é no quesito estado civil, visto que existem mais mulheres “não casadas” competindo (aproximadamente 60% dos casos nas três eleições), mas há uma prevalência das casadas no grupo de eleitas, representando mais de 50% nas eleições de 2014 e 2018, sendo de 46,8% em 2010.

Apesar da manutenção no perfil de composição do grupo eleito, é possível apontarmos algumas mudanças no decorrer do período analisado. A primeira é que de 2010 para 2018 houve um aumento no número de mulheres jovens se candidatando ao cargo. Além disso, as candidaturas em geral passaram a ser “menos brancas” durante esses três pleitos, todavia essas ainda predominam. Uma outra mudança muito importante é no número de mulheres eleitas, que teve um significativo aumento, o qual foi acompanhado por um crescimento de deputadas das siglas da direita.

Como já mencionado, as alterações “de lá para cá” foram poucas e algumas pedem o uso de lentes otimistas para enxergá-las. A entrada das mulheres no campo político segue enfrentando muitos obstáculos e contando com pouco apoio. Neste breve levantamento, nota-se que existem candidatas que possuem “o que é preciso” para o ingresso nessa arena. É de conhecimento, entretanto, que o potencial das candidaturas envolve outros atributos, que vão muito além desses quatro mencionados, sendo um dos principais a arrecadação de recursos financeiros para campanhas políticas, tema debatido no próximo capítulo.

6 FINANCIAMENTO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Dada a importância que o dinheiro tem assumido nas disputas eleitorais, uma distribuição mais equilibrada desse recurso entre os gêneros pode mitigar esse cenário no qual as mulheres se encontram em desvantagem.

Neste capítulo, analiso o processo de acesso feminino aos recursos públicos de campanha nas eleições de 2018, para a Câmara dos Deputados. Para isso, busco averiguar o peso que essa fonte de doação teve nas campanhas das concorrentes. Ademais, observo os números dessa distribuição por estado e por partido, finalizando com a proposta da inclusão de variáveis que medem a presença de mulheres nas comissões partidárias, nacional e estaduais, como possíveis indicativos do direcionamento desses recursos às candidatas.

O objetivo principal aqui é entender em que medida a ocupação de mulheres em cargos-chave partidários pode contribuir para um melhor acesso feminino aos recursos financeiros públicos de campanha. Em outras palavras: mais mulheres nessas posições significou uma melhor arrecadação de seus pares que participaram da disputa em 2018? Em linhas gerais, é isso que busco responder ao final deste capítulo, que é iniciado com a explanação da utilização dos recursos públicos nas dinâmicas eleitorais.

6.1 DO POVO PARA OS PARTIDOS: O USO DOS RECURSOS PÚBLICOS NO FINANCIAMENTO ELEITORAL

O financiamento público, segundo dados do *IDEA International* (2021), é largamente utilizado pelos Estados contemporâneos. Atualmente, de 173 países pesquisados pelo instituto, apenas 49 não oferecem nenhum tipo de recurso público aos partidos políticos. Todos os demais destinam alguma quantia de dinheiro estatal para suas siglas, seja de maneira regular, para a manutenção da estrutura partidária, seja de maneira pontual, em períodos eleitorais.

Essa fonte surge como uma solução para evitar ou diminuir a incidência de interesses particulares, principalmente das elites econômicas, nas dinâmicas partidárias (MANCUSO, 2015a). Além disso, traz a possibilidade de uma maior transparência do processo, mitigando os atos políticos ilícitos, uma vez que, por utilizar dinheiro dos/as contribuintes, as operações financeiras partidárias devem correr por vias transparentes, acessíveis e sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle responsáveis (BALLINGTON, 2003).

Um outro ponto favorável à introdução desse tipo de financiamento diz respeito ao entendimento da função desempenhada pelos partidos como central nos sistemas democráticos

representativos. Sendo assim, caberia ao Estado assegurar que essas organizações tenham acesso aos recursos necessários para a sua atuação.

Por fim, a utilização de recursos públicos poderia proporcionar condições mais equitativas dos atores nas disputas eleitorais (NASSMACHER, 2003; KATZ; MAIR, 2018), oferecendo melhores chances de competição a grupos minoritários no poder. Nesse sentido, é necessária a seguinte ressalva, em competições nas quais as regras de distribuição são inexistentes, dificilmente o uso desse recurso levará a um campo de disputa mais equilibrado. O que tem se notado, no caso brasileiro por exemplo, é uma concentração desse dinheiro em candidaturas entendidas como mais promissoras.

Já os argumentos contrários ao financiamento público apontam para a existência do risco de uma aproximação excessiva entre partidos e Estado, o que Katz e Mair (2018) chamam, nos casos europeus, de cartelização dos partidos políticos. Nessa relação as siglas são altamente dependentes dos recursos estatais, o que pode levar a um enfraquecimento da conexão entre elas e a sociedade (ZOVATTO, 2005).

Além disso, a adoção desse tipo de financiamento não garante o fim das práticas ilícitas como o “caixa 2”, mas somente transfere o custo de manutenção dos partidos e das campanhas às pessoas contribuintes (BOURDOUKAN, 2009). Este é um ponto muito delicado, pois, dada a baixa legitimidade das instituições políticas, o direcionamento do dinheiro público para esse setor pode ser encarado como um mau emprego desse recurso, visto que, no caso brasileiro, outras áreas como a da saúde e da educação, deveriam ser beneficiadas (SILVA, 2021).

Por sua vez, a proibição do financiamento privado é apontada como sendo prejudicial, pelo fato dessa fonte de doação ser encarada como um componente de liberdade de expressão. Ou seja, como uma forma legítima da sociedade, seja representada pelos/as cidadãos/ãs seja pelas empresas, expressar suas preferências. Nesse sentido, Horochovski, Mancuso e Junkes (2021) citam como um caso emblemático desse argumento, a decisão da Suprema Corte Americana, no ano de 2010, que coloca a permissão de doações empresariais e sindicais como um direito dessas organizações. Sendo assim, o financiamento privado funcionaria como uma prova do enraizamento saudável dos partidos na sociedade e o contato que proporciona entre esses dois lados, poderia servir como um poderoso incentivo no recrutamento de novos/as filiados/as (ZOVATTO, 2005).

No caso brasileiro, o financiamento público existe desde 1965, porém, ganhou protagonismo nas campanhas eleitorais de 2018, quando os recursos financeiros públicos significaram mais de três quartos do total mobilizado. Esse aumento do dinheiro estatal, para os partidos e suas campanhas, pode ser interpretado como uma resposta da classe política à

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI²⁹) nº 4.650, do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional o recebimento de recursos provenientes de pessoas jurídicas por partidos e candidatos. É interessante mencionar que, se no passado, a escolha para remediar os esquemas de corrupção em casos como esses foi a legalização, no ano de 2015, foi decidido que a melhor maneira seria a proibição desse tipo de recurso.

Com isso, o Congresso Nacional, no mesmo ano da ADI, aumentou o valor do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), que passou de R\$ 382,6 milhões, em 2014, para R\$ 896,2 milhões (BRASIL, 2015). Além dessa ação, o parlamento aprovou em 2017, a Lei nº 13.487 que cria o Fundo Especial para o Financiamento de Campanha (FEFC), no valor de 1,7 bilhão de reais³⁰ (BRASIL, 2017) e a alocação desses recursos ficou a cargo das lideranças partidárias. Com isso, foram elas que escolheram em quais campanhas o dinheiro seria empregado, com apenas uma exigência – o direcionamento de um percentual mínimo de 30% dos fundos públicos para as candidaturas femininas (TSE, 2019).

Sendo assim, a observação de como essa distribuição foi realizada trará alguns indícios do comprometimento partidária com um acesso financeiro mais equilibrado entre os gêneros. Para isso, a próxima seção apresenta o detalhamento da coleta dos dados que foram utilizados nessa averiguação.

6.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados mobilizados nesta pesquisa foram retirados do Repositório de Dados Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2020³¹), mais especificamente das bases de candidaturas e de prestação de contas final dos/as candidatos/as. Após a coleta, eles foram tratados por meio do software R que, graças ao número de identificação dos/as candidatos/as (SQ_CANDIDATO), possibilitou a união das diferentes bases, sendo selecionadas para isso somente as candidaturas ao cargo de deputado/a federal, o que resultou num banco com 8.588 casos.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo TSE, algumas variáveis foram criadas. A primeira delas foi chamada de “Total de receita”, que consistiu na soma de todas as

²⁹ Essa ocorre após a exposição de um grande esquema de corrupção, envolvendo funcionários públicos, empreiteiras e políticos. A investigação da Política Federal, que ficou conhecida como Operação Lava Jato, identificou o uso de dinheiro via caixa dois, para o financiamento de campanhas eleitorais.

³⁰ Atualmente, esses fundos equivalem a R\$ 939 milhões e 4,9 bilhões, respectivamente (TSE, 2022).

³¹ A coleta dessas informações ocorreu no dia 15/03/2020, sendo assim, possíveis atualizações nas prestações de contas feitas posteriormente a essa data, não estão sendo consideradas nesta análise.

receitas declaradas por todos os nomes no banco. Os recursos provenientes da fonte de receita “Fundo Especial” foram somados e criada uma variável específica para eles. O mesmo procedimento foi feito com a fonte de receita “Fundo Partidário”. Na sequência, essas duas variáveis foram unidas, resultando em uma terceira chamada “Recursos Públicos”. Esse processo inicial de soma foi repetido com os recursos provenientes de outras fontes, da mesma forma com aqueles discriminados segundo suas origens, como os “Recursos Próprios”, por exemplo.

Ainda sobre os valores declarados, o montante que chamei de “Recursos Públicos” foi somado segundo a unidade federativa onde foi mobilizado, sendo nomeado “Recurso Público por UF”. Com base nessas duas variáveis, criei uma terceira que dá o percentual de recurso público utilizado em cada estado por cada partido (“Percentual de Recursos Públicos por UF”), o que possibilita uma análise comparativa entre as diferentes localidades, levando em consideração o total de dinheiro utilizado por cada sigla. Não ignoro que essa medida possui limitações, visto que o montante dos valores mobilizados por partido e por estado sofre grandes variações, as quais podem ser “mascaradas” pelo uso da porcentagem. Isso porque, o fato de uma candidatura receber 50% de uma receita partidária estadual de R\$ 500.000,00 resulta num montante bem diferente de quanto o mesmo percentual é aplicado em uma receita de R\$ 5.000.000,00, por exemplo. Porém, ao mesmo tempo em que a quantia de dinheiro difere com o uso da porcentagem, a importância que o partido dá à candidatura, por meio do direcionamento de recursos, continua a ser observada. Sendo esse um dos pontos de interesse desta observação, que olha mais para a distribuição dos recursos financeiros públicos dentro de cada partido, e menos para o valor real desse montante.

Devo ressaltar também que, sendo a variável dependente de interesse desta pesquisa o montante de dinheiro público direcionado às candidatas na disputa de 2018, foco a análise nas candidaturas que foram consideradas aptas, pela Justiça Eleitoral, ou seja, aquelas que efetivamente puderam participar da competição (7.658). Pelo mesmo motivo, optei por excluir do banco os casos nos quais não houve prestação de contas³² (737) e não houve declaração do uso de recursos públicos³³ (1.415), totalizando assim em 5.506 candidaturas, 1.931 femininas e 3.575 masculinas.

Outras informações que são válidas para a discussão aqui apresentada foram acrescentadas nesse banco. A primeira delas é referente à ideologia dos partidos políticos. Para

³² A título de curiosidade, dentre esses, tivemos 236 mulheres e 501 homens. O teste de residuo padronizado não acusou nenhuma prevalência ou ausência dos dois gêneros na distribuição desses casos.

³³ Nesse grupo, o total de mulheres foi de 256 e de homens de 1.159.

isso, utilizei a classificação ideológica proposta por Barbieri e Ramos (2019), com base nos trabalhos de Power e Zucco Jr. (2011) e Power e Rodrigues-Silveira (2019). Nela as siglas brasileiras são agrupadas em: esquerda do centro, centro e direita do centro.

Aqui é importante destacar que seis novas variáveis binárias, coletadas no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias³⁴ (SGIP3), do TSE, foram criadas. Estas são referentes ao chamado “núcleo duro” (PINHO, 2016) das comissões partidárias nacionais e estaduais e consistem na presença feminina nos cargos de (i) presidente, (ii) secretária geral e (iii) tesoureira. Apesar dos partidos terem uma estrutura organizacional que depende de seu histórico e de seu tamanho, todos possuem esses cargos em suas comissões. Além disso, pela leitura dos documentos disponíveis no SGIP3, pudemos identificar que essas posições possuem função executiva em todas as siglas. Ou seja, são cargos (teoricamente) com poder de decisão e não meramente figurativos (FERREIRA, 2021).

É de conhecimento que outras lideranças podem possuir poder de decisão no processo de distribuição de recursos³⁵, como os líderes das bancadas na Câmara e no Senado (RIBEIRO, 2013), bem como parlamentares que concorrem a reeleição. Todavia, optei por não os incluir para focar a análise nos membros que são escolhidos dentro das esferas internas dos partidos.

Consta também no levantamento o tipo de órgão partidário em atuação. Nos casos nacionais, foram encontradas documentação de 30 comissões executivas e de quatro órgãos definitivos. Importante mencionar que as comissões executivas fazem parte dos órgãos definitivos, porém se diferenciam desses por possuírem uma função específica dentro do partido. Sendo assim, todas as pessoas participantes das comissões executivas são membros dos órgãos definitivos, mas não o contrário. Já nos casos estaduais, essa divisão ficou entre órgãos provisórios (416 casos), interventores³⁶ (dois) ou definitivos (478 casos).

As comissões provisórias são (*ad hoc*) representações temporárias das siglas e, na ausência de órgãos definitivos (principalmente no início da formação do partido em uma dada localidade) se encarregam das dinâmicas partidárias como convenções e escolha de candidaturas. Elas são formadas por um número menor de participantes, designados pela instância superior do partido, e não por meio de eleições intrapartidárias como nos casos das comissões definitivas (ESMERALDO, 2013). Estas possuem um prazo de vigência pré-determinado, o que não necessariamente acontece com as provisórias. Já as comissões

³⁴ O SGIP3 foi consultado no dia 10/01/2022.

³⁵ Analisando sete partidos brasileiros (PP, PFL/DEM, PMDB, PSDB, PSB, PDT e PT), a pesquisa de Pedro F. Ribeiro (2014) traz indícios de que eles seriam comandados em suas cúpulas por deputados/as federais e senadores/as, porém isso se confirmou apenas para metade deles (PMDB, PP e PFL/DEM).

³⁶ Os casos foram do PTB-BA e Solidariedade-AP.

interventoras são utilizadas quando uma comissão (geralmente) definitiva acaba antes do prazo previsto, e atuam até que um novo órgão seja estabelecido. Dado o caráter provisório das interventoras e o baixo número de ocorrências, optei por incluí-las como comissões provisórias, que passam a totalizar 418 casos.

Essa coleta foi realizada por meio da análise da composição completa das comissões, durante o período que antecede o registro das candidaturas na Justiça Eleitoral, ou seja, 15 de agosto de 2018. Essa foi a data corte tanto para as comissões em si, quanto para a validade dos cargos que a compuseram, visto que muitos dos documentos apresentam nomes com as datas de vigência dos cargos diferentes da data de vigência da comissão. Sendo assim, só foram levados em consideração os nomes que faziam parte desse grupo partidário no decorrer dos processos de autopromoção de candidaturas dentro dos partidos e das convenções partidárias³⁷. O motivo dessa escolha é pelo fato de as convenções marcarem o momento de decisão sobre as candidaturas (GUARNIERI, 2011), sendo assim o período observado é entendido como limítrofe no desenvolvimento das estratégias de campanha partidária. Ressalto que nada garante que as deliberações partidárias tenham ocorrido (somente) durante esse período, porém, essa informação apenas poderia ser confirmada por vias que vão além do caráter quantitativo desta pesquisa, que se restringe ao acesso a dados secundários.

Desses documentos foram retirados os nomes de todas as pessoas que compunham o órgão partidário, bem como seu cargo e sua validade. Todos os nomes foram checados e divididos em dois grupos: “mulheres” e “homens”. Em sua grande maioria, somente a leitura já possibilitava a colocação da pessoa em uma dessas categorias, e no caso daqueles que podem ser considerados nomes “neutros”, foi feita uma busca no Google (sites de notícias e páginas sobre candidaturas) para a identificação da pessoa. Somente cinco nomes não foram encontrados e todos esses casos foram colocados no grupo “homens”, dada a prevalência desse no levantamento.

Ainda sobre a coleta, mais especificamente a das informações estaduais, devo mencionar que nem todos os partidos tiveram órgãos em todos os estados brasileiros em 2018. Do total, cinco siglas em 14 diferentes estados³⁸ se enquadram nessa situação. Além desses, no SGIP3 consta uma comissão provisória do partido PHS em Roraima, porém o documento não está disponível no site, sendo esse caso também não utilizado na coleta.

Em relação ao levantamento do cargo de secretário/a geral, alguns partidos utilizam

³⁷ Calendário das eleições de 2018. Disponível em <https://bit.ly/3DQEG3O>.

³⁸ São elas: DC-TO; PCO (AC, AM, AP, DF, RO, RR, SE e TO); PCB (MS, MT, PB, RO e RS); PMB (AL, PB e SC) e PSTU (AC, GO, MT e TO).

uma nomenclatura diferente como secretário/a de organização ou primeiro secretário/a sendo assim, foram considerados sinônimos. O mesmo aconteceu com o cargo de tesoureiro/a, que também apareceu como secretário de finanças. Em algumas situações³⁹, constaram nos documentos dois nomes ocupando um mesmo cargo, com o período de vigência válido. Naquelas em que uma mulher era um dos nomes, ela foi contabilizada. Uma última ressalva necessária, ainda relacionada ao cargo de secretário/a geral é que 15 casos de composição do órgão partidário não especificaram essa função em seus documentos⁴⁰.

Feitas essas colocações, primeiramente, foram realizadas algumas estatísticas descritivas por meio de tabelas de frequências e gráficos. Em seguida, para estimar os efeitos das variáveis de interesse no percentual de recursos públicos arrecadados pelas candidatas, foram utilizados testes t de diferenças de médias e regressões lineares.

Isso exposto, na próxima seção, foco nos montantes empregados nas disputas, declarados por homens e mulheres. Com isso, busco comparar as fontes de doação e o que cada uma delas representou nas receitas de cada um dos gêneros.

6.3 DE ONDE VEIO O DINHEIRO? – AS PRINCIPAIS FONTES DE DOAÇÃO DECLARADAS NAS CAMPANHAS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2018

Diferentemente das eleições de 2014, nas disputas de 2018 a maior fonte de receita de todos os partidos foram os fundos públicos que somaram R\$ 2,5 bilhões. Desse valor, R\$ 1,7 bilhão foi proveniente do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), e o restante, aproximadamente R\$ 800 milhões, do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário). Como já mencionado, tal mudança ocorreu devido à ratificação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.650, por meio da Lei nº 13.165 (BRASIL, 2015), que deixou de permitir as doações de campanha de pessoas jurídicas.

Considerando todas as candidaturas que tiveram suas receitas declaradas, as campanhas para o cargo de deputado/a federal mobilizaram mais de um bilhão desses recursos públicos, os quais corresponderam a 76% das receitas declaradas nessa disputa. É válido lembrar que nesta pesquisa interessa o montante que realmente foi utilizado na disputa, ou seja, o dinheiro direcionado às pessoas que de fato puderam competir.

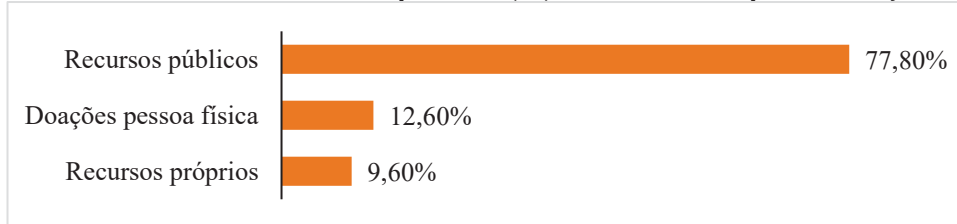
Como o objetivo desta seção é apresentar um panorama geral do total de recursos

³⁹ Foram elas: PTB-GO e REDE (AC e RR). O mesmo aconteceu na Comissão Executiva Nacional do PMN.

⁴⁰ São eles: PCO (AL, BA, ES, MA, MG, MT, PE, PI, PR, RJ e SC), PTB (AM e MT), MDB-MG e PCdoB-SE.

mobilizados nas eleições de 2018, optei por considerar as candidaturas que não declararam o uso de recursos públicos na exposição dos valores discriminados por fontes de doação, para uma melhor noção do valor real que as outras fontes de doação representaram nessa disputa. No Gráfico 11, nota-se as principais fontes e os valores declarados de cada uma delas, de todas as candidaturas consideradas aptas.

Gráfico 11 – Total declarado de receita por fonte (%) – candidaturas aptas nas eleições de 2018



Fonte: A autora (2022) com base no Repositório de dados do TSE (2020).

Os valores brutos dessas fontes foram, em ordem decrescente: R\$ 1.023.644.847,00, R\$ 165.387.177,00 e R\$ 126.488.441,00, totalizando R\$ 1.315.520.465,00. Apenas para constar, a diferença total da receita entre os grupos apto e não apto foi de R\$ 13.739.922,00. Deste valor R\$ 8.912.180,00 foram referentes aos recursos públicos⁴¹. Lembrando que esse dinheiro, se proveniente do FEFC, volta para os cofres públicos e se do Fundo Partidário, volta para a conta do partido.

Analisando agora os tipos de fonte declaradas por homens e mulheres, algumas informações saltam aos olhos. A primeira é que mesmo os recursos públicos tendo sido centrais em ambos os gêneros das candidaturas, no caso feminino eles representaram aproximadamente 90% do total arrecadado, enquanto nas declarações masculinas foram em torno de 74% (Gráfico 12).

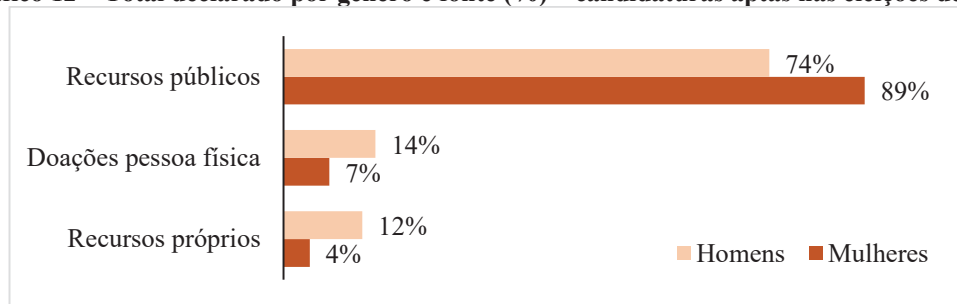
Em relação às doações de pessoa física, a diferença entre os gêneros é grande, visto que essa fonte significou 14% da receita masculina e apenas 7% da feminina. Pode-se interpretar esse fato como um menor engajamento da sociedade no apoio às candidatas, o que por sua vez, pode indicar a persistência da imagem masculina do político profissional (MATLAND, 2005; ÁLVARES, 2008; FOX; LAWLESS, 2012; BIROLI, 2018). Nesse sentido, nota-se que fatores de ordem cultural permanecem atuando na manutenção do quadro de desigualdade de gênero na política brasileira.

Outra leitura desse dado pode mostrar que apenas houve um deslocamento das

⁴¹ O valor dessa diferença nas outras duas fontes foram: R\$ 2.963.981,00 (doações pessoa física) e R\$ 1.863.761,00 (recursos próprios).

doações, que antes chegavam por meio de pessoas jurídicas e agora, devido à proibição dessas, chegam via doações individuais (REBELLO; MARTINS, 2018 *apud* KRAUSE *et al.*, 2020). Uma vez que, por serem a maioria no grupo que concorre pela reeleição, possuem mais acesso ao grupo de financiadores privados (SACCHET; SPECK, 2012b).

Gráfico 12 – Total declarado por gênero e fonte (%) – candidaturas aptas nas eleições de 2018



Fonte: A autora (2022) com base no Repositório de dados do TSE (2020).

Por fim, é clara a diferença de investimento de recursos próprios nas campanhas. No grupo feminino, esse tipo de fonte equivale a apenas 4% do valor total; já no masculino representa 12%. Com isso, pode-se entender a importância e a maior centralidade dos recursos públicos para as candidatas mulheres. Isto porque, na quase totalidade dos casos, as mulheres possuem menos bens do que os homens (DOSS; GROWN; DEERE, 2008). Além do mais, Sacchet e Speck (2012b) destacam que, “elas tendem a ser mais comedidas no uso de seus recursos para fins pessoais [...] uma vez que possuem uma visão mais coletiva ou familiar do pertencimento e uso de sua renda” (p. 449, 2012b). Outro ponto apresentado por Jannifer Lawless (2015), relacionado ao autofinanciamento, é o da auto seletividade, pois de acordo com a autora, as mulheres ainda têm maior tendência para duvidar de suas chances de serem eleitas do que seus pares masculinos.

Ainda sobre a importância dos recursos públicos de campanha na participação feminina, há evidências mostrando que em países onde existe o financiamento do Estado, as mulheres, e outras minorias no poder, têm maior sucesso em seu envolvimento com a política (BALLINGTON, 2003; CIGANE; OHMAN, 2014). Todavia, sabe-se que o acesso ao dinheiro não é o único determinante nesse processo. No entanto, as investigações mostram que quando o fardo da arrecadação de fundos é aliviado, cria-se um conjunto diferente de incentivos em relação à participação em órgãos de gestão partidária que pode ser usado como um mecanismo importante para promover um melhor equilíbrio de gênero (STRATMANN, 2009; BALLINGTON; KAHANE 2014; LA RAJA; WILTSE, 2018).

É válido salientar que a ideia não é colocar o financiamento público como a panaceia

da participação política das mulheres, porém ele figura como garantia de um maior acesso aos recursos financeiros de campanha que pode atuar como um catalizador dessa participação. Isso porque, nos pleitos em que elas competiram com mais apoio financeiro, o número de eleitas cresceu. Comparando estados e partidos políticos, estudos mostram que, em localidades e em siglas partidárias nas quais mais dinheiro foi destinado às mulheres, o desempenho eleitoral feminino foi melhor (SACCHET; SPECK, 2012a; EDUARDO, 2017).

Além disso, o maior ou menor sucesso da utilização do dinheiro público na fomentação da participação política de grupos minoritários no poder vai depender de como essa ação foi projetada. No caso brasileiro, a criação do FEFC teve como objetivo principal garantir recursos para as campanhas eleitorais partidárias, substituindo as doações empresariais. Em momento algum houve a intenção do uso desse dinheiro como um meio de diminuir a disparidade entre os gêneros dentro das casas decisórias (FERREIRA, 2021). A ação nesse sentido aconteceu posteriormente pela atuação do Poder Judiciário. Com isso, como mostra a próxima seção, o próprio desenho da medida cria brechas no sucesso de sua implementação, diminuindo os seus efeitos, assim como acontece com as cotas eleitorais (GATTO, 2016).

6.4 O QUINHÃO FEMININO NOS ESTADOS E NOS PARTIDOS

A arrecadação de recursos financeiros para campanha é apontada como um dos principais obstáculos na entrada feminina nas elites políticas (SACCHET; SPECK, 2012a; FRAGA; HASSELL, 2020; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021). Nesse sentido, muitos países têm adotado iniciativas que visam de alguma forma diminuir a desvantagem socioeconômica das mulheres, como o financiamento público de campanha (BALLINGTON; KAHANE, 2014), como é o caso brasileiro.

Nesta seção, debato sobre os valores direcionados às candidatas nos estados e nos partidos. Com isso busco observar a presença de diferenças entre as localidades e as siglas, bem como elencar possíveis motivos dessas discrepâncias. Relembrando que sendo a variável dependente de interesse desta pesquisa o montante de dinheiro público direcionado às candidatas ao cargo de deputada federal na disputa de 2018, estou analisando 5.506 candidaturas (1.931 femininas e 3.575 masculinas) consideradas aptas, que prestaram contas e utilizaram recursos financeiros públicos nas campanhas.

Iniciando a observação pelo percentual de dinheiro público destinado às candidatas por estado (Tabela 6), nota-se que, apesar de a porcentagem de competidoras ser semelhante entre as diferentes localidades, há uma grande variação no percentual de recursos destinados a

elas. Em Rondônia e Roraima, por exemplo, coube aos 37% de mulheres concorrentes, 53% e 50% do total dos recursos públicos declarados nessas unidades federativas, respectivamente. Já no Maranhão e em Pernambuco, o acesso feminino foi de apenas 11% do montante, mesmo formando um grupo de mais de 30% de candidatas.

Tabela 6 – Total de recursos públicos declarados por UF e percentual direcionado às candidatas nas eleições de 2018

Estado	Total Recursos Públicos (RP)	Total RP Mulheres	% RP mulheres	Candidatas (%)	Diferença entre os percentuais
RO	R\$ 18.418.732	R\$ 9.809.159	53	37	16
AC	R\$ 20.830.870	R\$ 9.100.708	44	31	13
RR	R\$ 16.859.264	R\$ 8.382.865	50	37	13
DF	R\$ 23.085.958	R\$ 9.854.728	43	34	11
TO	R\$ 15.306.434	R\$ 7.075.993	46	36	10
AP	R\$ 18.607.912	R\$ 6.474.917	35	29	6
PA	R\$ 27.365.400	R\$ 10.257.197	37	31	6
PI	R\$ 23.085.789	R\$ 9.515.255	41	38	3
MS	R\$ 16.615.205	R\$ 5.852.663	35	34	1
SC	R\$ 31.808.850	R\$ 10.691.211	34	34	0
CE	R\$ 36.583.450	R\$ 11.140.785	30	32,5	-2,5
RJ	R\$ 87.102.504	R\$ 25.908.161	30	36	-6
AL	R\$ 17.940.703	R\$ 4.176.529	23	30	-7
MT	R\$ 22.050.898	R\$ 5.903.149	27	36	-9
PB	R\$ 22.646.291	R\$ 5.731.681	25	34	-9
ES	R\$ 28.288.219	R\$ 7.121.603	25	35	-10
AM	R\$ 19.604.457	R\$ 3.494.316	18	30	-12
SP	R\$ 155.436.777	R\$ 35.520.443	23	35	-12
GO	R\$ 31.202.820	R\$ 8.563.894	27	40	-13
RN	R\$ 18.433.106	R\$ 4.621.334	25	39	-14
PR	R\$ 53.061.232	R\$ 11.574.850	22	37	-15
SE	R\$ 14.431.533	R\$ 2.100.125	14	31	-17
RS	R\$ 58.399.608	R\$ 9.902.961	17	35	-18
BA	R\$ 62.861.018	R\$ 11.392.940	18	37	-19
MG	R\$ 106.467.700	R\$ 16.822.661	16	35	-19
PE	R\$ 44.871.344	R\$ 5.090.738	11	33	-22
MA	R\$ 32.278.774	R\$ 3.524.272	11	35	-24
BRASIL	R\$ 1.023.644.847	R\$ 259.605.136	25	35	-10

Fonte: A autora (2022) com base no Repositório de dados do TSE (2020).

Outros estados que chamam a atenção são Acre, Piauí e Tocantins, juntamente com o Distrito Federal, onde as mulheres tiveram acesso a mais de 40% dos recursos públicos. Ainda assim, no total, em 17 unidades federativas o montante direcionado para as candidatas ficou abaixo dos 30%.

A disparidade observada entre os estados brasileiros também pode ser notada quando se analisam os percentuais de recursos públicos destinados às mulheres por cada partido⁴².

Tabela 7 – Percentual de recursos públicos direcionados às candidatas por partido nas eleições de 2018

Partido	Total Recursos Públicos (RP)	Total RP Mulheres	% RP mulheres	Candidatas (%)	Diferença entre os percentuais	Ideologia
PCB	R\$ 642.405	R\$ 347.499	54	31	23	Esquerda
PCO	R\$ 8.850	R\$ 6.300	71	50	21	Esquerda
PROS	R\$ 29.673.025	R\$ 9.980.798	34	28	6	Esquerda
PSOL	R\$ 6.774.596	R\$ 2.811.497	41	35	6	Esquerda
PPL	R\$ 553.108	R\$ 212.832	38	33	5	Esquerda
PSTU	R\$ 45.786	R\$ 25.752	56	54	2	Esquerda
PCdoB	R\$ 20.360.697	R\$ 8.787.447	43	42	1	Esquerda
PT	R\$ 84.838.661	R\$ 23.214.627	27	32	-5	Esquerda
PPS	R\$ 20.380.561	R\$ 4.574.836	22	31	-9	Esquerda
PSB	R\$ 59.388.405	R\$ 12.372.873	21	34	-13	Esquerda
PDT	R\$ 20.207.653	R\$ 4.295.500	21	36	-15	Esquerda
REDE	R\$ 3.674.304,66	R\$ 1.362.957,40	37	33	4	Centro
PV	R\$ 15.878.845,58	R\$ 4.898.781,28	31	34	-3	Centro
PSDB	R\$ 81.320.502	R\$ 25.356.348	31	38	-7	Centro
MDB	R\$ 111.918.892	R\$ 28.894.172	26	40	-14	Centro
PMB	R\$ 1.450.652	R\$ 1.304.913	90	55	35	Direita
DC	R\$ 1.500.516	R\$ 820.470	55	36	19	Direita
PMN	R\$ 6.482.508	R\$ 2.567.981	40	29	11	Direita
PSC	R\$ 22.887.001	R\$ 8.324.538	36	38	2	Direita
PODE	R\$ 22.170.826	R\$ 8.041.944	36	38	-2	Direita
PSL	R\$ 5.958.247	R\$ 2.272.519	38	40	-2	Direita
PTB	R\$ 38.343.127	R\$ 12.885.332	34	36	-2	Direita
PRB	R\$ 72.166.548	R\$ 19.383.062	27	33	-6	Direita
PATRI	R\$ 7.353.148	R\$ 2.013.388	27	34	-7	Direita
AVANTE	R\$ 13.450.863	R\$ 2.987.657	22	30	-8	Direita
DEM	R\$ 47.627.630	R\$ 10.715.389	22	30	-8	Direita
PP	R\$ 121.292.840	R\$ 21.946.398	18	27	-9	Direita
PR	R\$ 106.651.474	R\$ 22.085.028	21	31	-10	Direita
PHS	R\$ 7.637.233	R\$ 1.619.964	21	32	-11	Direita
PTC	R\$ 4.789.348,03	R\$ 1.085.622,21	23	36	-13	Direita
Solidariedade	R\$ 26.365.447,24	R\$ 3.855.680,26	15	31	-16	Direita
PSD	R\$ 56.227.551	R\$ 9.320.754	16	33	-17	Direita
PRP	R\$ 4.434.089	R\$ 1.008.158	23	46	-23	Direita
PRTB	R\$ 1.189.493	R\$ 224.108	19	44	-25	Direita

Fonte: A autora (2022) com base no Repositório de dados do TSE (2020).

Nota: Na coluna Ideologia, Esquerda se refere a Esquerda do centro e Direita a Direita do centro de acordo com a classificação de Barbieri e Ramos (2019), com base nos trabalhos de Power e Zucco Jr. (2011) e Power e Rodrigues-Silveira (2019).

⁴² Lembrando que o partido NOVO, por não receber recursos públicos, não faz parte desta análise.

Nota-se que 22 partidos direcionaram um percentual menor dos recursos públicos do que o percentual de candidatas que compuseram suas listas. Deles, 17 destinaram menos de 30% de dinheiro público às mulheres, o que não necessariamente queira dizer que tenham deixado de cumprir a exigência do percentual mínimo voltado a elas, uma vez que esse recurso poderia ser utilizado para a disputa de qualquer um dos cargos da competição, desde que a recebedora fosse uma mulher concorrente. Ou seja, esse recurso não precisaria ser investido em sua totalidade nas candidaturas femininas que competiram nas disputas proporcionais.

Dentre as siglas que apresentaram uma diferença positiva, destacam-se como mais “generosas” o PMB (+35), o PCB (+23), o PCO (+21), o DC (+19) e o PMN (+11). Nos demais casos, essa diferença ficou entre dois e seis pontos positivos. Lembrando que no total, apenas 12 partidos compõem esse grupo.

Para finalizar a exposição da Tabela 7, faço a comparação dos partidos segundo suas ideologias. Observa-se que, com exceção da REDE, os demais partidos de centro apresentaram uma diferença negativa entre o percentual de candidatas e os recursos públicos a elas destinados. Quatro das 11 siglas de esquerda também tiveram esse desempenho. Já na direita, 15 partidos possuem pontuação negativa, ou seja, mais de três quartos do total. Mais um indício da ausência de real comprometimento das lideranças e dirigentes partidários para com a questão.

Analisando as duas tabelas, pode-se notar que o acesso feminino aos recursos públicos de campanha está longe de ser homogêneo, seja entre os estados, seja entre os partidos políticos. Em relação aos primeiros, pesquisas prévias já apontaram essa diferença, porém com o foco na etapa final do processo eleitoral, ou seja, na eleição de mulheres. A busca por explicação do maior número de deputadas federais em alguns estados brasileiros e da ausência delas em outros ainda é incerta. Algumas variáveis explicativas dessa relação é o processo de modernização social, o índice de urbanização e de desenvolvimento humano e o acesso feminino ao financiamento de campanha (ÁLVARES, 2008; ARAÚJO; ALVES, 2007; ARAÚJO, 2009, 2011; EDUARDO, 2018). Porém, não é possível identificar um padrão.

Em relação às diferenças entre as siglas partidárias, nesta análise inicial, pode-se observar a melhor desenvoltura dos partidos de esquerda, no que diz respeito a proporção entre candidatas e os recursos a elas destinados. Já os partidos de centro e, principalmente de direita, em quase todos os casos, repassaram menos dinheiro público a suas candidatas do que a proporção dessas na disputa.

Devo mencionar, contudo, que essas diferenças, estaduais e partidárias, podem se

mesclar, resultando em distinções não só entre os partidos, mas também dentro deles, dependendo da localidade em que estão atuando (BOHN; PAIVA, 2009). E nesse sentido, acredito ser útil uma abordagem que trate das instâncias regionais de cada partido com o financiamento de campanha e a participação política feminina, visto que trabalhos que sigam essa linha ainda são escassos.

Além disso, é válido ressaltar que a relação entre dinheiro e política, apesar de ser um tema muito pesquisado, diz respeito a uma conexão complexa que possui vários desdobramentos. Sendo assim, quanto mais luz se colocar sobre ela, melhor é o ganho para o entendimento da influência e das consequências do uso de recursos financeiros públicos nos processos democráticos. Principalmente, com o intuito de observar como esse uso pode contribuir para uma modificação substantiva da composição dos espaços de tomada de decisão ou, pelo contrário, pode fortalecer aquela que já existe.

Mesmo com as modificações nas dinâmicas de financiamento em 2018, persiste a desvantagem feminina na distribuição de recursos para campanha. Isto evidencia, ainda mais, a tradicional dificuldade enfrentada pelas mulheres dentro dos ambientes partidários (AVELAR, 2001), os quais são moldados e propícios para a atuação masculina.

Como já mencionado, medidas que favoreçam a arrecadação de recursos por parte das candidatas, podem contribuir para que elas tenham melhores chances eleitorais, porém, tais medidas demandam mecanismos de fiscalização que propiciem o monitoramento de seu processo de execução. Nesse sentido, a próxima seção discorrerá sobre a diretriz imposta para a distribuição do dinheiro público direcionado para as campanhas de 2018.

6.5 O PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA AS CANDIDATAS

Como já pontuado anteriormente, o financiamento de campanha, um dos aspectos de cunho institucional que tem se mostrado de grande importância nas chances de sucesso eleitoral (LEMONS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010; MANCUSO; FIGUEIREDO FILHO, 2014; MANCUSO, 2015b; HOROCHOVSKI *et al.*, 2016, KRAUSE *et al.*, 2020), figura também como um dos principais obstáculos do acesso feminino aos cargos político-decisórios (SACCHET; SPECK, 2012a; FRAGA; HASSELL, 2020; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021). Nesse sentido, a ADI nº 4.650, do STF, surge como um importante catalisador da participação política feminina e do aumento no número de mulheres eleitas. Todavia, a execução dessa ação ficou a cargo das lideranças partidárias, sendo elas as responsáveis pelo

direcionamento desse dinheiro.

Dessa maneira, para que houvesse um certo controle sobre essa dinâmica de distribuição, foi mandatório⁴³ que os partidos encaminhassem resoluções ou atas ao TSE, nas quais constassem os critérios de direcionamento desse recurso. Pois só com isso teriam acesso ao FEFC. Esse documento, que foi divulgado no site do TSE, precisava ser aprovado pela maioria absoluta da direção executiva nacional de cada partido.

Ferreira (2021), analisando essa documentação, procurou, entre outros objetivos, observar a presença de informações que indicassem a quem estaria dirigida a competência de gerir esse recurso público direcionado às candidatas. Tais informações seriam um indicativo do nível de compromisso partidário para com a gestão transparente e coerente desse fundo. Em sua maioria, as resoluções pouco mencionaram quais critérios determinariam o acesso das candidatas a esse dinheiro, apenas informavam que a reserva do percentual estipulado por lei às mulheres seria cumprida. Essa análise documental, juntamente com informações conseguidas por meio de entrevistas com candidatas e dirigentes partidárias, indicaram que as resoluções não passaram de uma mera obrigação formal e que a distribuição desse fundo público teve uma execução que não é explicitada nesses textos. Como exceções, o autor cita os partidos PP e PSOL, que apresentaram um detalhamento dos critérios de distribuição. Além desses, o DEM, o PMB, o PV e o MDB também possuem alguns detalhamentos sobre esse processo em suas resoluções, sendo que nos dois últimos casos citados, os recursos em questão seriam geridos com a participação das instâncias femininas dos partidos (FERREIRA, 2021).

Sendo assim, mesmo que a lei determine que serão os órgãos nacionais de direção partidária os responsáveis pela distribuição dos recursos do FEFC (e do Fundo Partidário quando direcionado para campanhas), não houve uma definição se esse dinheiro transitaria do diretório nacional diretamente às candidatas, ou se outras esferas dos partidos, como os diretórios estaduais, poderiam intermediar essa transação.

Apesar da premissa de alta descentralização partidária ser questionável (RIBEIRO, 2013), existem muitas evidências que apontam para a importância das instâncias regionais e locais na dinâmica dos partidos. Sabe-se, por exemplo, que em relação ao processo de seleção de candidaturas, com exceção dos partidos de esquerda, as lideranças desses órgãos possuem significativo poder decisório (BRAGA, 2008). O que semelhantemente foi relatado por muitas das candidatas entrevistadas por Ferreira (2021), que mencionam os/as presidentes estaduais do partido como detentores/as da decisão na distribuição dos recursos de campanha entre as

⁴³ Lei nº 9.504/1997 e Lei nº 13.487/2017.

candidaturas.

Já em relação aos fundos públicos partidários e a sua distribuição, existem evidências de que, no geral, os partidos brasileiros tendem a centralizar os recursos provenientes do Fundo Partidário em sua esfera nacional. Porém, em anos eleitorais, foi verificada uma tendência à dispersão desse dinheiro (SCHAEFER, 2019). Esse achado colabora no sustento dessa investigação, que observa não só as instâncias nacionais partidárias, como também as instâncias estaduais no processo de direcionamento dos recursos públicos às candidatas ao cargo de deputada federal. Visto que, se o Fundo Partidário, que é voltado para a manutenção dos partidos, tem a sua distribuição mais pulverizada em períodos de disputa eleitoral, pode-se esperar que o FEFC, um fundo criado especialmente para as campanhas, siga esse mesmo padrão.

Dados os indícios do papel significativo que as lideranças partidárias estaduais também possuem na dinâmica de campanha, busco averiguar qual é o peso da presença de mulheres nesses cargos quando se analisa o acesso das candidatas aos fundos públicos. Sabe-se que a ocupação feminina de cargos nas instâncias decisórias dos partidos pode ser considerado um indicativo do compromisso e do empenho das siglas em favor de uma participação mais equilibrada (ARAÚJO, 2009). E nesse sentido, na próxima seção objetivo entender em que medida essa presença feminina, especificamente no “núcleo duro” dos partidos, pode resultar em mais recursos públicos sendo direcionados às campanhas femininas. Ou seja, ter uma mulher ocupando esse espaço, para além do fator simbólico, que também é importante, pode fazer a diferença na arrecadação feminina?

6.6 A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS PARTIDÁRIAS E A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DE CAMPANHA

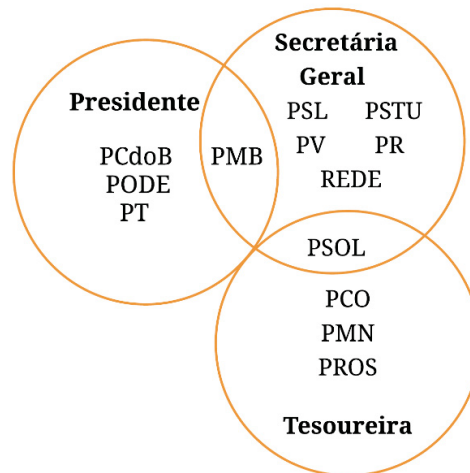
Pode-se considerar as comissões executivas como espaços centrais dos partidos políticos (RIBEIRO, 2014). Dada a sua importância, ter acesso a esse espaço de poder pode viabilizar não só a construção da agenda política, como também o ato decisório a respeito de assuntos essenciais da dinâmica partidária. Sendo assim, o aumento da presença de mulheres nesses cargos tem potencial para funcionar como uma “porta de entrada que influencia de forma direta a possibilidade de empoderamento, visibilidade e representação eleitoral feminina” (SILVA; CAMPOS, 2019, p. 70).

Como já mencionado, esta pesquisa tem como interesse principal averiguar em que medida mais mulheres nesses espaços pode levar a um maior direcionamento de recursos

públicos para as candidatas. A análise foca tanto nas instâncias nacionais, quanto nas estaduais e busca contribuir com a literatura que investiga os efeitos da organização partidária sobre a elegibilidade feminina, que ainda são escassas (BOLOGNESI; COSTA, 2015; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016; REZENDE; SILVA, 2018).

Dito isso, inicio a exposição da análise da composição das Comissão Executivas Nacionais (CEN) dos 34 partidos. Com base nos dados coletados, nota-se que apenas quatro tiveram uma mulher como presidente dessa instância, sete contaram com a presença feminina no cargo de secretária geral e quatro no cargo de tesoureira. Interessante ressaltar que apenas no PMB e no PSOL houve mais de um cargo ocupado por mulheres, o de presidente e o de secretária geral e o de secretária geral e de tesoureira, respectivamente.

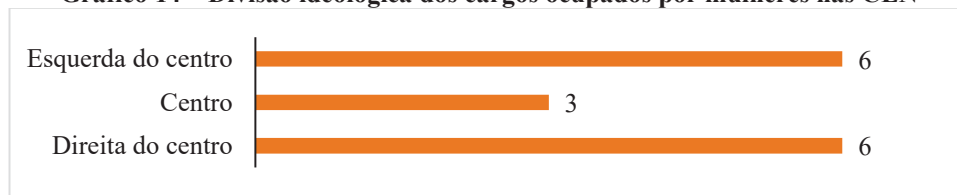
Gráfico 13 – Cargos ocupados por mulheres das CEN partidárias



Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

Considerando que estão sendo analisadas três posições para cada um dos partidos (102 cargos no total), esse levantamento mostra que as mulheres ocuparam pouco mais de 12% desse espaço. Ou seja, elas permanecem como uma minoria nas esferas decisórias partidárias. Tal fato, pode reverberar na participação política feminina, uma vez que o acesso a esses cargos pode influenciar a distribuição de recursos partidários e eleitorais (REZENDE; SILVA, 2018).

Dividindo os partidos por grupos ideológicos, não é possível notar grande diferença entre eles, sendo que as presidências nacionais femininas se dividem igualmente entre esquerda do centro e direita do centro.

Gráfico 14 – Divisão ideológica dos cargos ocupados por mulheres nas CEN

Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

A realização do teste *t* de médias indica haver uma diferença estatisticamente significativa ($t = 2,13$ e $p = 0,034$) entre a média recebida pelas candidatas nos partidos que tiveram uma mulher ocupando o cargo de presidente na CEN, em comparação com aqueles que não tiveram. As tabelas abaixo trazem as informações sobre os dados utilizados nos testes, juntamente com a mediana e o total de casos.

Tabela 8 – Cargo de presidente, secretária geral e tesoureira (nível nacional)

Presidente	média	Desvio	Mediana	N
<int>	<dbl>	<dbl>	<dbl>	<int>
0	11.7	22.2	2.23	1702
1	16.0	29.3	1.97	229
Secretária Geral				
0	12.2	23.7	2	1476
1	12.4	21.6	3.33	455
Tesoureira				
0	12.3	23.3	2.06	1698
1	11.8	22.8	3.33	233

Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

Sendo assim, esse resultado mostra indícios de que mulheres que concorrem por partido presididos por mulher tende a receber mais. Ou seja, trata-se de um indicativo de maior acesso feminino aos recursos financeiros públicos nos casos em que a presença de uma mulher na presidência foi positiva. O mesmo resultado não foi confirmado para os demais cargos (secretária geral: $t = 0,16$ e $p = 0,869$ e para tesoureira: $t = -0,270$ e $p = 0,788$).

Para apurar a relação entre as variáveis arrecadação de recursos públicos e a presença de uma mulher na presidência da CEN, fiz uma regressão linear na qual constam também os cargos de secretária geral e de tesoureira. Como controle, foram utilizadas a ideologia partidária, a reeleição e a cor/raça (se declarada branca ou não). Lembrando que para a comparação entre as diferentes localidades, os recursos públicos declarados pelas candidatas são representados pelo percentual desse dinheiro utilizado em cada estado por cada partido.

Antes da análise do modelo, devo ressaltar que o valor do R-quadrado pode ser

considerado baixo. Nesse caso em específico, as variáveis elencadas explicariam menos de 10% da variação da variável dependente, ou seja, o percentual de recursos públicos recebido pelas candidatas. Sendo assim, com base nesse teste poucas suposições podem ser tiradas.

De qualquer forma, a regressão mostra que a reeleição é a variável que mais tem relação com o montante recebido pelas candidatas. Além de relevante estatisticamente ela possui um alto coeficiente de influência (45.011), explicando quase 50% da variação do total de recursos públicos arrecadados. Achado que corrobora com demais pesquisas da área, inclusive as apresentadas no segundo capítulo.

Tabela 9 – O impacto da presença feminina nos cargos das executivas nacionais no direcionamento de recursos públicos para as candidatas

	Variável dependente Percentual de recursos públicos
Presidente	2,824 (1,723)
Ideologia direita do centro	-1,263 (1,798)
Ideologia esquerda do centro	-0,953 (2,125)
Reeleição	44,564*** (3,319)
Secretária geral	0,690 (1,420)
Tesoureira	0,177 (2,043)
Cor/raça	1,893 (1,018)
Constante	10,601*** (1,864)
Observação	1,931
R2	0,093
R2 ajustado	0,090
Erro padrão	22,127 (df = 1923)
Estatística F	28,167*** (df = 7; 1923)
Nota:	*p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

Como pode ser notado, a cor/raça e a ideologia partidária não apresentaram uma relação significativa, sendo que em ambos os espectros ideológicos o coeficiente foi negativo. Ou seja, ser de esquerda ou de direita poderia ter uma influência negativa na arrecadação. Sendo assim, no geral, a candidata concorrer por qualquer um dos grupos ideológicos não influencia o montante de recursos públicos por ela recebido, não sendo identificado um melhor

desempenho das siglas de esquerda. Em relação à ocupação dos cargos, o trabalho de Kendall D. Funk, Magda Hinojosa e Jeniffer Piscopo (2017) traz informação semelhante. A pesquisa aponta que os partidos de esquerda na América Latina não estão mais propícios a terem uma mulher nos cargos de presidente ou de secretária geral, do que aqueles que não pertencem a esse espectro.

Da mesma maneira, as variáveis independentes de interesse - a presença feminina nos cargos de presidente, secretária geral e tesoureira – não tiveram significância estatística.

Passando para a análise do nível estadual, no total foram analisados 896 órgãos partidários, 478 definitivos e 418 provisórios. A diferença numérica entre os órgãos definitivos e provisórios existe, mas é pequena, aproximadamente de 7%. Olhando mais de perto a composição dessas instâncias, nota-se que somente 97 foram presididas por uma mulher, ou seja, pouco mais de 10%; 157 tiveram mulheres como secretárias geral (17,5%) e 206 como tesoureira (23%). Como esperado, os números ficam ainda menores quando se observa os casos com mais de uma mulher nesses cargos: presidente e secretária geral: 21, presidente e tesoureira: 23 e secretária geral e tesoureira: 47. A distribuição dos casos segundo o tipo de comissão pode ser observada na Tabela 10.

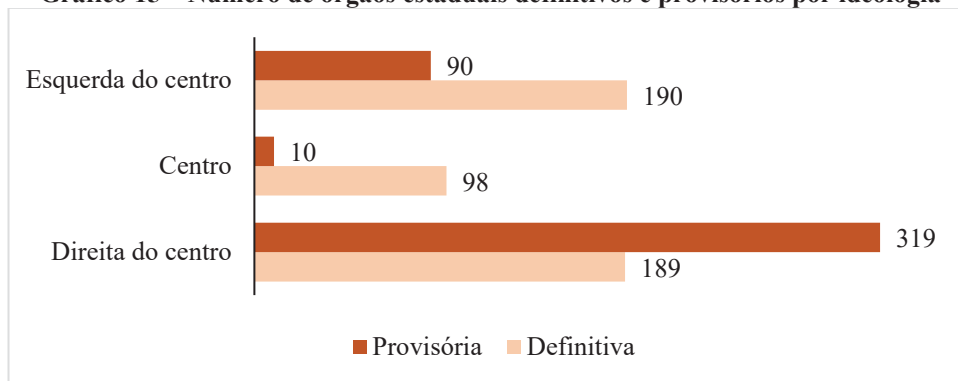
Tabela 10 – Número de mulheres por cargo nas comissões estaduais

	Total	Cargos ocupados por mulheres		
		Presidente	Secretária Geral	Tesoureira
Provisórias	418	56	81	111
Definitivas	478	41	76	95
	% do total	10,8%	17,5%	23%

Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

Com base neste levantamento, pode-se notar que as comissões provisórias (248) contaram com mais mulheres em seu “núcleo duro” do que as definitivas (212). No total, 460 órgãos estaduais tiveram ao menos uma mulher ocupando uma das três posições. Dividindo os casos pela ideologia (Gráfico 15), observa-se que os partidos de direita do centro tiveram muito mais comissões provisórias do que os demais, os percentuais foram de 63% contra 32% (esquerda do centro) e 9% (centro).

Gráfico 15 – Número de órgãos estaduais definitivos e provisórios por ideologia



Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

No geral, as candidatas que concorrem em locais com um órgão partidário definitivo, arrecadaram cerca de R\$ 74.702.287,00 a mais que o grupo de mulheres dos órgãos provisórios. Devo ressaltar, porém, que o teste de diferença de médias não foi estatisticamente significativo ($t = -0.863$ e $p = 0.389$). Ou seja, por meio dos levantamentos feitos, não se pode dizer que as comissões partidárias provisórias sejam necessariamente nocivas ao estímulo da participação política feminina, no que diz respeito ao direcionamento de recursos.

Contudo, salta aos olhos esse tipo de órgão ser majoritariamente utilizado pelas siglas de direita do centro, as quais, diferentemente das de esquerda do centro, não possuem um histórico favorável no empenho da inclusão de mulheres no campo político. Essa “preferência” pelo uso de comissões provisórias, por partidos que não são de esquerda, foi encontrada também na pesquisa de Malu Gatto e Kristin Wylie (2021). Nela, as autoras, analisando os ciclos eleitorais entre 1998 e 2018, alegam que o uso estendido desse tipo de comissão diminui a *accountability* dos processos partidários de tomada de decisão, o que tende a não beneficiar o processo de nomeação e, conseqüentemente, de eleição feminina.

Passando para a observação da distribuição dos cargos entre os partidos, a Tabela 11 aponta que as 34 legendas tiveram ao menos uma mulher, em pelo menos um dos cargos. O caso com o menor número é do MDB, com apenas três mulheres, seguidos do PCB, PCO e PSDB com cinco, AVANTE e DEM com sete, PSD com oito e PATRI e PSB com nove.

As siglas com um quarto ou mais de mulheres em seu “núcleo duro” estadual foram: PMB (39), PSOL (25), PRP (23), REDE (22), PCdoB, PMN e PSTU (20). Nesse quesito, não são constatadas diferenças entre a ideologia partidária, visto que três partidos foram de esquerda do centro, um de centro e três de direita do centro.

Focando a atenção no cargo de presidente, percebe-se que quatro siglas não tiveram ao menos uma mulher nessa posição: MDB, PHS, PTC e Solidariedade (uma de centro e as

demais de direita do centro). Nos casos de presença feminina na presidência, os números totais por grupo ideológico são 53 nos partidos de direita do centro, 27 nos de esquerda do centro e 17 nas legendas de centro. Novamente, é averiguado resultados semelhantes entre os polos ideológicos extremos e, neste caso, um melhor desempenho dos partidos de centro.

Tabela 11 – Número de mulheres por cargo, partidos e ideologia

	Presidência	Secretaria Geral	Tesouraria	Total	Ideologia
PSOL	5	10	10	25	Esquerda
PCdoB	2	5	13	20	Esquerda
PSTU	5	7	8	20	Esquerda
PT	3	9	5	17	Esquerda
PDT	1	8	7	16	Esquerda
PROS	2	5	6	13	Esquerda
PPS	3	3	6	12	Esquerda
PPL	2	4	4	10	Esquerda
PSB	1	3	5	9	Esquerda
PCB	1	3	1	5	Esquerda
PCO	2	2	1	5	Esquerda
REDE	10	8	4	22	Centro
PV	6	6	7	19	Centro
PSDB	1	0	4	5	Centro
MDB	0	1	2	3	Centro
PMB	15	8	16	39	Direita
PRP	4	9	10	23	Direita
PMN	9	2	9	20	Direita
PRTB	4	9	6	19	Direita
PTC	0	6	8	14	Direita
DC	1	4	8	13	Direita
PR	2	5	6	13	Direita
PSC	1	5	7	13	Direita
PSL	2	5	5	12	Direita
PTB	1	4	6	11	Direita
Solidariedade	0	3	8	11	Direita
PHS	0	5	5	10	Direita
PODE	1	5	4	10	Direita
PP	2	2	6	10	Direita
PRB	2	3	5	10	Direita
PATRI	1	4	4	9	Direita
PSD	2	2	4	8	Direita
AVANTE	4	2	1	7	Direita
DEM	2	0	5	7	Direita
Total	97	157	206	460	

Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

Nota: Na coluna Ideologia, Esquerda se refere a Esquerda do centro e Direita a Direita do centro de acordo com a classificação de Barbieri e Ramos (2019), com base nos trabalhos de Power e Zucco Jr. (2011) e Power e Rodrigues-Silveira (2019).

Nesse sentido, os achados destoam dos encontrados por Barbosa (2015), que em sua

análise das comissões executivas estaduais entre 2013 e 2015, notou que os partidos de centro foram os menos inclusivos, enquanto os de esquerda foram mais abertos à presença feminina nesses cargos. Essa modificação pode ser entendida como resultado do já mencionado “efeito contágio”, que faz com que atitudes em prol da participação política feminina, originárias em legendas de esquerda, sejam propagadas aos demais espectros ideológicos partidários.

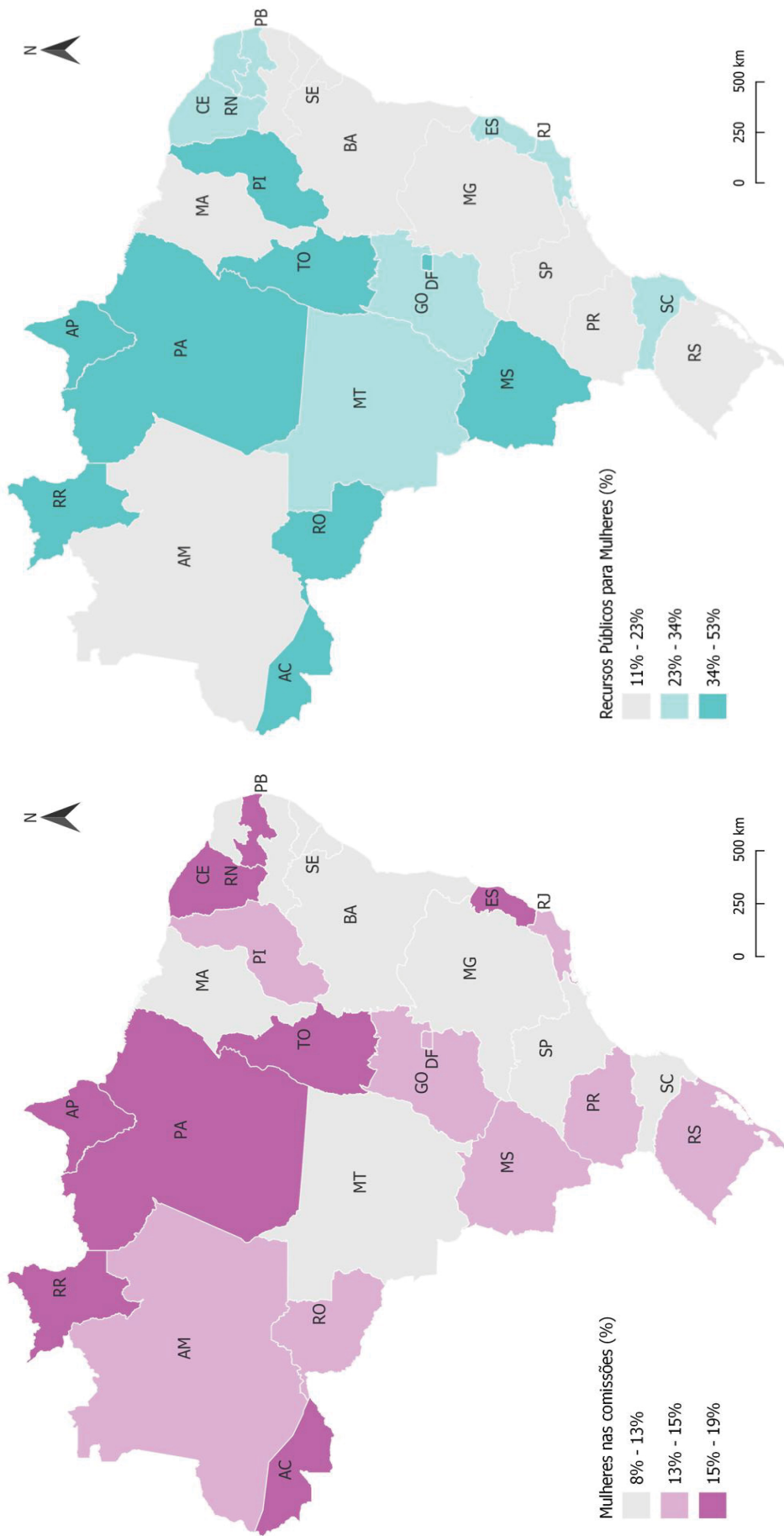
Uma última menção ainda em relação ao levantamento de Barbosa (2015) é que, assim como neste, o partido MDB apareceu como uma das siglas que não teve nenhuma mulher na presidência. Sendo assim, em quase 10 anos, esse padrão de ausência feminina no cargo de presidente estadual, se mantém em um dos maiores partidos brasileiros.

Dessa forma, tanto o levantamento nacional quanto o estadual não comprou a terceira hipótese colocada nesta pesquisa, visto que os partidos de esquerda tiveram um desempenho muito semelhante que as siglas de outros espectros ideológicos. Nesse sentido, o fato de a observação estar sendo feita somente em um recorte temporal, não possibilita a afirmação de que tenha acontecido um “efeito contágio”, como é notado no caso do aumento de mulheres eleitas por partidos de direita.

Entretanto, devo destacar que, quando se observa o percentual feminino no total de cargos analisados, nota-se que a presença de mulheres nesses espaços segue pequena, independente da ideologia. Das 2.643 posições⁴⁴, 17% foram ocupadas por elas. Percebe-se assim, que a participação feminina institucionalizada na vida partidária segue baixa, uma vez que são poucas aquelas que assumem posições dentro das executivas dos partidos (ARAÚJO, 2005; SANTOS; PAULA; SEABRA, 2012). Ou seja, a grande maioria dos partidos brasileiros seguem como oligarquias que preservam sua complexa rede de associações nativas em suas instâncias, inclusive na executiva (GUIMARÃES; RODRIGUES; BRAGA, 2019). Sendo assim, se a preferência é dada às pessoas que há mais tempo participam dessas atividades, consequentemente, as mulheres acabam por ser oneradas.

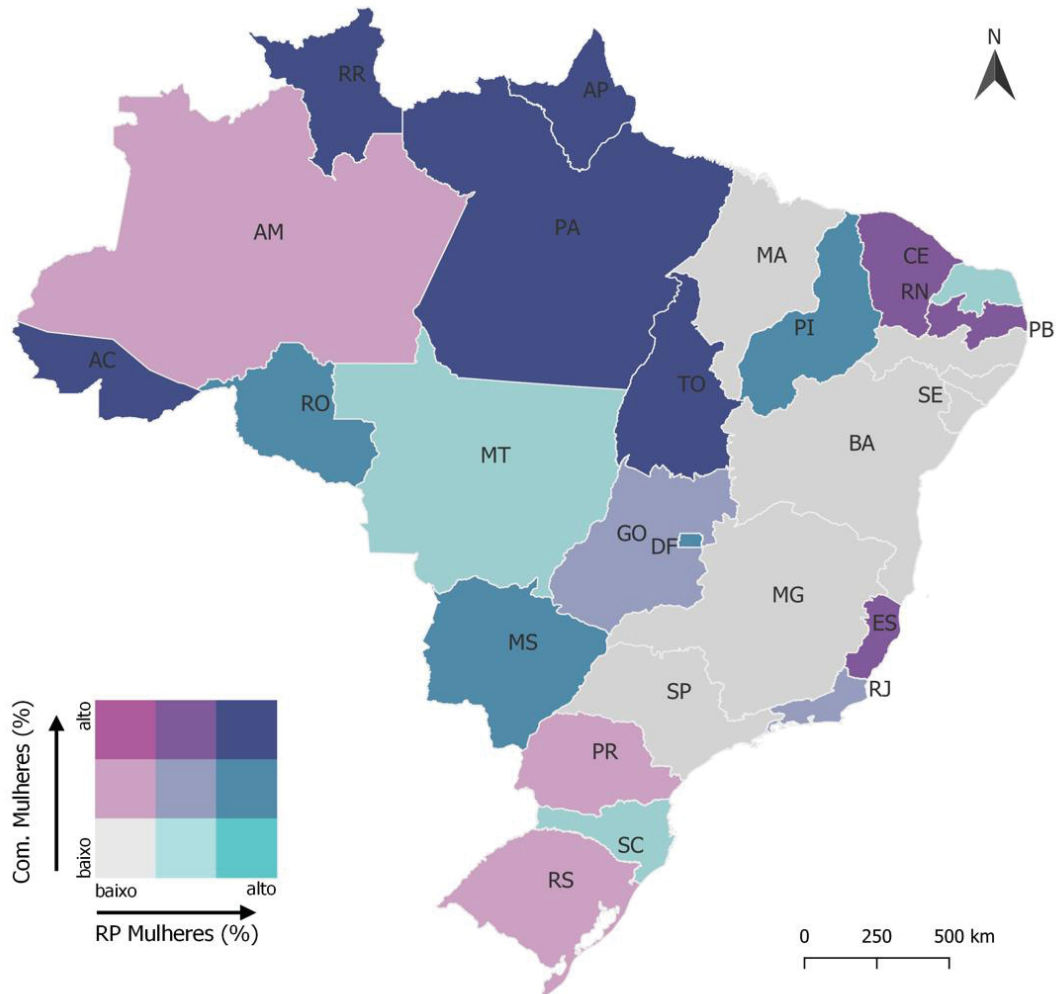
⁴⁴ Esse número é o resultado da multiplicação de três cargos por UF (81), multiplicado pelo total de siglas (81 x 34 = 2.754), subtraídas as exceções expostas na primeira seção deste capítulo.

Mapa 1 – Mapas do percentual de mulheres em cargos da comissão executiva e percentual de recursos públicos direcionados às candidatas



Fonte: A autora (2022) com base nos dados do SGIP3 (2022).

Mapa 2 – Mapa com a junção dos percentuais de mulheres em cargos da comissão executiva e de recursos públicos direcionados às candidatas



Fonte: A autora (2022) com base nos dados do SGIP3 (2022).

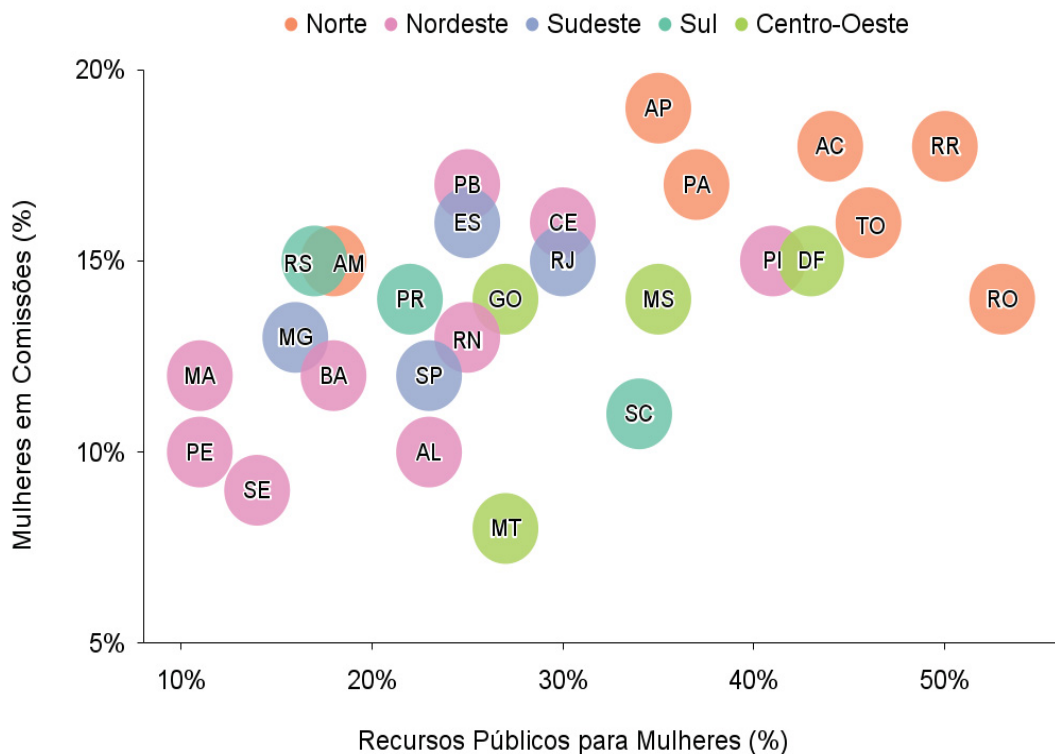
Comparando agora a distribuição desses cargos com o percentual de recursos públicos direcionados às mulheres por estado (Figuras 1 e 2), é possível notar que alguns estados mantêm um padrão com um maior percentual das duas variáveis. Vê-se que cinco unidades federativas da região Norte tiveram um alto percentual de recursos e de mulheres nas executivas partidárias (AC, AP, PA, RR e TO). Situações opostas também são encontradas, ou seja, localidades com baixos percentuais de recursos direcionado para mulheres e de presença feminina nos cargos observados. Como exemplos podem ser citados: AL, BA, MA, MG, SE, PE e SP.

Com a Figura 3, fica destacado o melhor desempenho de cinco estados da região Norte em relação ao maior percentual de recursos para as candidatas e de mulheres nas executivas. Outros três estados e o Distrito Federal também chamam a atenção com uma concentração alta de recursos e média de mulheres nas executivas, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Piauí. Observando os casos do Ceará, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, nota-se que foram

localidades com uma alta concentração de presença feminina nos cargos, porém um acesso mediano das candidatas ao dinheiro público para campanhas. Já Amazonas, Paraná e Rio Grande do Sul apresentaram um percentual mediano de mulheres nas posições-chave partidárias com um baixo percentual de recursos direcionados às campanhas femininas. No geral, são identificados cinco casos em que os percentuais de ambas as variáveis são altos: AC, AP, PA, RR e TO, e sete com a situação oposta, ou seja, baixos percentuais de mulheres na executiva e de recursos para as candidatas: AL, BA, MA, MG, SE, PE e SP.

Pela observação do gráfico abaixo, pode-se observar uma tendência na qual em estados com mais mulheres nos cargos analisados, um maior número de candidatas teve mais acesso ao financiamento público, o que dá indícios de comprovação da primeira hipótese apresentada. É interessante notar como a região Norte se destaca nesse quesito, com apenas uma de suas unidades destoando da boa desenvoltura das demais.

Gráfico 16 – Percentual de mulheres nos cargos das comissões executivas estaduais e percentual de recursos públicos destinados às candidatas por UF



Fonte: A autora (2022).

Para uma comparação mais precisa, faço o uso de testes de diferença de médias para os três cargos em questão. Com isso, averiguo se a arrecadação daquelas que contaram com a presença feminina nas instâncias decisórias estaduais pelas quais concorreram, foi melhor em

comparação com os casos em que o cenário foi outro. As tabelas abaixo mostram as informações dos dados utilizados nesses testes, bem como a mediana e o total de casos.

Tabela 12 – Cargo de presidente, secretária geral e tesoureira (nível estadual)

Presidente	Média	Desvio	Mediana	N
<int>	<dbl>	<dbl>	<dbl>	<int>
0	11.2	21.7	2.05	1725
1	21.5	31.2	4.74	200
NA	3.83	7.40	0.77	6
Secretária Geral				
0	11.5	22.5	2.01	1607
1	15.3	25.5	4.57	307
NA	18.3	34.0	0.89	17
Tesoureira				
0	11.7	22.8	2.00	1472
1	13.9	24.5	3.33	453
NA	3.83	7.40	0.77	6

Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

Dois dos cargos, o de presidente e de secretária geral foram estatisticamente significativos ($t = 4.41$ e $p = 0.000016$; $t = 2.39$ e $p = 0.0174$, respectivamente). Sendo assim, o resultado indica que existe uma diferença nas médias indicando que mulheres que concorrem por partido que tenha na presidência ou na secretaria geral uma mulher, recebem mais recursos públicos. Já para o cargo de tesoureira, esse teste não teve relevância estatística ($t = 1.66$ e $p = 0.096$), ou seja, a presença de uma mulher nessa posição não parece trazer diferenças na arrecadação feminina. Lembrando que aqui, novamente, está sendo utilizado o percentual de recursos públicos por estado e por partido.

Para o melhor entendimento dessas relações, será feito novamente o uso de uma regressão linear com as três variáveis explicativas: presença de mulheres nos cargos de presidente, secretária geral e tesoureira; e as variáveis controle: ideologia partidária, reeleição e cor/raça (se declarada branca ou não). Assim como na regressão anterior e nos testes de médias, os recursos públicos declarados pelas candidatas são representados pelo percentual desse dinheiro utilizado em cada estado por cada partido.

Nessa regressão específica para os casos estaduais, como o esperado, o fato de a candidata concorrer à reeleição novamente é o que mais se relaciona com o percentual de dinheiro público recebido (44.09). Mostrando mais uma vez a preferência partidária por mulheres que já ocupam o cargo (GATTO; THOMÉ, 2020). Novamente, o fato da candidata se autodeclarar branca, aumenta em 2,17 o percentual de sua receita. Os achados novos nesse

modelo foram as significâncias estatísticas que os cargos do “núcleo duro” apresentaram em relação ao acesso feminino ao dinheiro público para campanhas. Para os cargos de secretária geral e tesoureira os coeficientes de influência foram baixos (3,84 e 2,94, respectivamente), porém, a presença feminina nessas posições dá indício de uma melhor arrecadação das candidatas. Além disso, os baixos coeficientes não invalidam a importância da ocupação feminina desses espaços, visto que uma alternativa para superar os déficits de representação de mulheres seria um maior estímulo para que as mulheres participem mais das atividades partidárias (BARROS; NASCIMENTO, 2021).

Tabela 13 – O impacto da presença feminina nos cargos das executivas estaduais no direcionamento de recursos públicos para as candidatas

	Variável dependente Percentual de recursos públicos
Presidente	9,655***
	1,639
Ideologia direita do centro	-0,523 (1,627)
Ideologia esquerda do centro	-0,999 (1,734)
Reeleição	44,097*** (3,260)
Secretária geral	3,845*** (1,364)
Tesoureira	2,946** (1,176)
Cor/raça	2,175** (1,1009)
Constante	8,176*** (1,667)
Observação	1,914
R2	0,115
R2 ajustado	0,11
Erro padrão	21,752 (df = 1906)
Estatística F	35,377*** (df = 7; 1906)
Nota:	*p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).

Já o cargo de presidente atinge um valor razoável de aproximadamente 10 pontos. Ou seja, quando uma mulher está na presidência da instância partidária estadual, as concorrentes tendem a receber 9.65 pontos percentuais a mais de recursos públicos, em comparação com uma presidência masculina. Também nesse teste o R-quadrado possui um baixo valor, com as variáveis utilizadas explicando aproximadamente 11% da variação dos dados. Sendo assim,

pode-se colocar a segunda hipótese como confirmada, ou seja, no geral a maior presença feminina nos cargos observados teve uma influência positiva na arrecadação das candidatas.

De qualquer forma, inicialmente, duas leituras são possíveis a respeito desse efeito da presença feminina na presidência. Num primeiro momento, pode-se pensar que o baixo número de mulheres ocupando esse cargo seria uma possível causa do efeito “limitado” dessa presença, em relação à distribuição de recursos às candidatas. Todavia, o contrário também faria sentido, ou seja, pelo fato de serem poucas, as mulheres que ocupam essas posições poderiam “ter feito mais” pelas suas companheiras concorrentes. É importante lembrar, porém, que até o momento, a leitura feita se limita à presença dessas mulheres nesses cargos, sem o aprofundamento da agência que elas possuem como detentoras desse cargo. Sabe-se que as siglas têm especificidades internas que vão muito além da ocupação desses espaços.

Nesse sentido, cito como exemplo a entrevista realizada por Gerson Ferreira (2021), com uma dirigente de um partido de centro esquerda. Foi relatado que, mesmo sendo presidente estadual, que dividia o cargo com um partidário masculino, este esperava que ela cuidasse somente das funções burocráticas, enquanto a parte política ficaria sob o comando dele (FERREIRA, 2021, p. 189). Ou seja, as mulheres estarem ocupando esses espaços seria o primeiro passo de uma longa caminhada. O fato de existirem indícios de que a presença delas como lideranças partidárias pode trazer benefícios para as candidatas, é um sinal de que uma política de presença faz diferença para que ideias sejam apresentadas e colocadas em prática.

Mais especificamente em relação aos recursos financeiros de campanha, não é ignorado que outros fatores influenciam diretamente no seu menor ou maior recebimento. Dois dos mais importantes que não abordei aqui são a profissão e a experiência política prévia, que não a reeleição. Sobre a primeira, como mencionado no capítulo 5, optei por não a utilizar devido à imprecisão existente na base de dados da qual fiz uso para esta pesquisa. Já a respeito da experiência política prévia, entendo que para essa análise ela está bem representada pelo fator reeleição, que tem sido a *proxy* utilizada quando se analisa o capital político.

Em suma, os partidos precisam ser considerados como instituições nas quais a dimensão de gênero constitui um eixo de hierarquização e desigualdade no interior de suas estruturas internas, como já apontado pela literatura (LOVENDUSKI, 1993; ARAÚJO, 2005; KITTILSON, 2006; REZENDE, 2015; BARREIRA; GONÇALVES, 2012). O levantamento aqui apresentado indica que a presença feminina em cargos que tenham poder de decisão dentro dessas instituições pode sim fazer diferença, no sentido de melhorar o acesso das mulheres aos recursos públicos. Sendo assim, é necessária uma transformação das estruturas partidárias de modo que seja garantido às mulheres a inclusão política nesses espaços, pois só dessa forma

poderá ser desenvolvido e aplicado um projeto que atenua a desigualdade no acesso aos cargos de poder e tomada de decisão.

6.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, iniciei a exposição falando sobre o uso do financiamento público, mais especificamente voltado às campanhas eleitorais, comentando alguns de seus principais benefícios como: a diminuição da influência de interesses particulares de grupos com mais dinheiro nas dinâmicas partidárias; a maior transparência na prestação de contas e a possibilidade de competições mais equilibradas (ponto questionável, principalmente no caso brasileiro). Por outro lado, o uso dessa fonte pode levar à uma relação de grande dependência entre os partidos e os recursos estatais, o que por sua vez pode resultar num enfraquecimento da conexão entre as siglas e a sociedade. Além disso, argumenta-se que o uso de dinheiro público não garante que atos ilícitos aconteçam e ainda joga os custos das dinâmicas partidárias para a sociedade. Por fim, a proibição das doações empresárias pode ser encarada como um cerceamento da liberdade de expressão dessas organizações.

Dito isso, para o bem ou para o mal, o financiamento público é largamente utilizado nas democracias contemporâneas, como é o caso do Brasil, onde os recursos públicos têm sido a principal fonte financeira declarada nas disputas eleitorais. No pleito de 2018, esse dinheiro equivaleu a mais de 77% do total das receitas na disputa para o cargo de deputado/a federal. E nesse sentido, essa fonte foi de grande importância para as mulheres, uma vez que equivaleu a quase 90% do montante mobilizado por elas. Em relação as demais fontes (recursos próprios e doações de pessoa física), as candidatas receberam menos dinheiro de ambas, em comparação com seus pares masculinos.

Em relação ao total arrecadado pelas mulheres, analisando por estados e por partidos, percebeu-se que em ambos houve disparidades, no sentido de elas receberem menos dinheiro. Na comparação entre o percentual de candidatas e de recursos públicos a elas destinados, nota-se que em 17 estados o montante financeiro feminino ficou abaixo dos 30%. Já nos partidos, 22 deles (mais de dois terços do total) direcionaram um percentual menor dos recursos públicos do que o percentual de candidatas que compuseram suas listas. Quando comparadas as diferenças entre as siglas nesse quesito, pode-se observar uma melhor desenvoltura dos partidos de esquerda do centro em comparação com os demais.

Já a análise da composição do “núcleo duro” das Comissões Executivas partidárias, nos níveis nacional e estadual, mostrou que a presença feminina continua baixa nesses espaços.

Nas CEN as mulheres ocuparam somente 15% dos cargos e nas instâncias estaduais esse valor foi de 17%, não sendo encontrada diferença significativa entre as ideologias partidárias. Porém, pode-se notar uma pior desenvoltura das siglas de direita do centro.

Por fim, os testes estatísticos, apesar de suas limitações, indicaram que a presença de mulheres nos “núcleos duro” estaduais pode estar relacionada de maneira positiva com o total arrecadado pelas candidatas. Ou seja, é um indicativo que mais mulheres ocupando cargos-chave dentro das instâncias partidárias pode ser um fator que beneficie a participação política feminina, por meio do direcionamento de dinheiro público às candidatas, um dos recursos mais essenciais nas disputas eleitorais.

Com isso, nota-se um indicativo que o acesso feminino a espaços de poder nos quais as mulheres possam efetivamente atuar, pode fazer diferença positiva a esse grupo, por mais diversos que ele e seus interesses sejam.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa foi possível a identificação de alguns achados que considero importantes. De saída, deve-se apontar que a produção científica sobre a relação entre o financiamento eleitoral e a participação política feminina vem aumentando, mas ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. A observação do *mainstream* da publicação desse tema mostra que, apesar da crescente presença feminina, mantém-se um *status quo* masculino de autorias e as questões relacionadas a gênero nos processos políticos continuam como periféricas no debate. Isso leva a pensar como a área de pesquisa da Ciência Política reflete o campo que estuda.

Dentre as lacunas identificadas pelo levantamento sistemático no segundo capítulo, a quase ausência de investigações que relacionassem a presença de mulheres nos cargos internos dos partidos com o financiamento de campanha foi escolhida como o foco desta pesquisa. Isso porque, dada a centralidade que os partidos ocupam nos processos eleitorais, observar a inserção feminina dentro dessas instâncias pode trazer indícios do real comprometimento partidário com o fomento da participação política das mulheres.

As pesquisas sobre recrutamento partidário e a análise de alguns aspectos das três últimas eleições mostraram que persiste uma preferência das siglas por candidaturas masculinas, a qual é muitas vezes justificada pela ausência de determinadas características nas candidaturas femininas. Porém, tais características são baseadas em relações estruturais assimétricas de poder entre os gêneros, que colocam as mulheres em desvantagem material e cultural em relação aos homens.

Esta investigação mostrou que a distribuição de recursos financeiros para campanhas eleitorais continua díspar entre os gêneros. Seja observando por estados ou por partidos, os homens seguem arrecadando mais que as mulheres. Nesse sentido, buscou-se averiguar se mais mulheres ocupando cargos decisórios intrapartidários amenizaria esse desequilíbrio.

Em relação a isso, foi visto que a composição do “núcleo duro” das comissões executivas partidárias, nos níveis nacional e estadual, permanecem com uma limitada presença de mulheres. Menos de um quinto desses cargos são ocupados por elas. Apesar disso, foi possível identificar indícios de diferenças nas arrecadações das candidatas quando a composição dos “núcleos duros” partidários é mais feminina. Além disso, pode-se observar uma tendência a melhor arrecadação das candidatas em estados que concentraram um percentual maior de mulheres nas executivas.

Sendo assim, apresento indicativos que mais mulheres ocupando cargos-chave dentro

das instâncias partidárias pode ser um fator que beneficie a participação política feminina, por meio do direcionamento de dinheiro público às candidatas, um dos recursos mais essenciais nas disputas eleitorais.

Com isso, nota-se um indício que o acesso feminino a espaços de poder nos quais as mulheres possam efetivamente atuar, pode fazer diferença positiva a esse grupo, por mais diverso que ele e seus interesses sejam. Sendo assim, pode-se pensar na presença de mulheres nos ambientes intrapartidários de tomada de decisão, como requisito base para o empoderamento feminino, que por sua vez, pode resultar em ganhos para as mulheres no geral.

Acredito ser importante ressaltar que quando se percebe um avanço no número de mulheres dentro dessas instâncias decisória, observa-se uma reorganização da distribuição do poder dentro dos partidos. Isso é importante porque é somente a partir do momento que mais mulheres tenham acesso a cargos com real poder decisório, que se pode avaliar os resultados da participação desse grupo.

Lembrando que acesso ao financiamento eleitoral é uma das peças de uma grande engrenagem que possibilita que mulheres cidadãs se tornem candidatas e, posteriormente, eleitas. Outros fatores que foram mencionados no decorrer deste texto também influenciam esse resultado. Todavia acredito que o enfoque no uso do dinheiro público nas campanhas eleitorais ganha relevância devido ao debate que levanta. Isso porque, ao mesmo tempo que a sua mobilização tem o potencial de estimular a inclusão de grupos ainda não devidamente inseridos nos espaços políticos, o mau uso desse recurso estimula a descredibilidade da medida.

Como mencionado na introdução, a falta de comprometimento dos partidos em investir esse dinheiro no fomento da participação feminina, incita a dúvida sobre o quão benéfica essa garantia de recursos financeiros para as candidatas pode ser. Enquanto essas organizações não vestirem, de fato, a camisa em prol de ambientes políticos mais equilibrados pouca mudança acontecerá. Fato é que meios para esses projetos existem, tanto para aqueles direcionados às campanhas quanto para estágios anteriores a elas, o que falta é a vontade que se concretizem, ou seja, que mais mulheres sejam empoderadas nesses espaços.

Não é ignorado que este levantamento se atém a aspectos quantitativos dessa arrecadação. O real acesso a esse recurso e a distribuição feita entre as mulheres que concorreram deixam de aparecer nesta discussão. Ou seja, quando e como o dinheiro chegou até as concorrentes enriqueceriam estes achados. Da mesma forma, para melhor entendimento do real poder de decisão feminino dentro das comissões executivas seriam necessárias pesquisas de campo, com entrevistas às dirigentes e observação das dinâmicas durante os períodos importantes como as convenções partidárias. Outras variáveis partidárias, como o índice de

democracia interna, também contribuiriam para uma maior robustez dos resultados. Passos que podem ser enxergados como próximas etapas no aprofundamento deste debate.

Por fim, dada a disparidade no número de mulheres eleitas nos estados brasileiros, esta pesquisa apresenta inferências de que a análise das dinâmicas partidárias regionais poderia ajudar no entendimento dessa questão.

REFERÊNCIAS

- ABRIZAH, Abdullah; ZAINAB, A. N.; KIRAN, K.; RAJ, R. G. LIS journals scientific impact and subject categorization: A comparison between Web of Science and Scopus. *Scientometrics*, Budapest, v. 94, p. 721-740, 2013.
- ADAMS, Brian E.; SCHREIBER, Ronnee. Gender, Campaign Finance, and Electoral Success in Municipal Elections. *Journal of Urban Affairs*, v. 33, n. 1, p. 83-97, 2010.
- ALLES, Santiago. Ideología partidaria, competencia electoral y elección de legisladoras en cinco democracias latinoamericanas: Argentina, Brasil, Chile, Perú y Uruguay, 1980–2013. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 66, p. 69-94, 2014.
- ÁLVARES, Maria L. M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, 2008.
- ALVES, José. E. D.; ARAÚJO, Clara. Participation of women in the elections 2002, 2006, and 2010. *In: PIATTI- CROCKER, Adriana (ed.). Diffusion of gender quotas in Latin America and beyond: advances and setbacks in the last two decades.* New York: Peter Lang, 2011.
- ARAÚJO, Clara. Participação Política e Gênero: algumas tendências analíticas recentes. *BIB*, São Paulo, n. 52, p. 45-77, 2001.
- ARAÚJO, Clara. As Mulheres e o Poder Político – desafios para a democracia nas próximas décadas. *In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTEDO, Leila Linhares. Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010.* Rio de Janeiro: CEPIA, 2011. p. 90-136.
- ARAÚJO, Clara. **Cidadania Incompleta:** o Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres no Brasil. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 1999, Rio de Janeiro, 1999.
- ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 23-59, jul.-dez. 2009.
- ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: mediações das rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, p. 193-215, 2005.
- ARAÚJO, Clara; ALVES, José E. D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.
- ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 69-91, 2013.
- ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51-70, 2011.

ARKSEY, Hilary.; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.

ATMOR, Nir; HARSGOR, Liran; KENIG, Ofer. Campaign expenditures and electoral outcomes in Israeli legislative primaries – A financial gender gap? **International Political Science Review**, p. 1-16, 2022.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Konrad Adenauer; Unesp, 2001.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BALLINGTON, Julie. **Gender equality in political party funding. Handbook on Funding of Political Parties and Election Campaign**. Sweden: International IDEA, 2003.

BALLINGTON, Julie; KAHANE, Muriel. Women in Politics: Financing for Gender Equality. *In*: FALGUERA, Elin; JONES, Samuel; OHMAN, Magnus (Eds.). **Funding of Political Parties and Election Campaigns**. Sweden: International IDEA, 2014.

BARBER, Michael; BUTLER, Daniel M.; PREECE, Jessica. Gender Inequalities in Campaign Finance. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 11, p. 219-248, 2016.

BARBIERI, Catarina Helena Cortada; RAMOS, Luciana de Oliveira. **Democracia e Representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero: relatório final (2018-2019)**. São Paulo: FGV Direito SP, São Paulo, 2019.

BARBOSA, Tiago A. L. Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das Comissões Executivas estaduais. **Newsletter – Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**, Curitiba, v. 2, n. 10, p. 1-13, 2015.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; GONÇALVES, Dannyelle Nilin. Presença e ausência de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. *In*: ALVES, José E. D.; PINTO, Céli R. J.; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

BARROS, Antonio T.; NASCIMENTO, Willber da Silva. Mulheres partidárias: atuação militante e participação nas atividades dos partidos. **Agenda Política**, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 186-225, 2021.

BEAMAN, Lori; DUFLO, Esther; PANDE, Rohini; TOPALOVA, Petia. Female Leadership Raises Aspirations and Educational Attainment for Girls: A Policy Experiment in India. **Science**, v. 335, n. 6068, p. 582-586, 2012.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. Gênero e Política no Noticiário das Revistas Semanais Brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 34, p. 269-299, 2009.

BITTAR, Paula. Aprovada admissibilidade de PEC que anistia partidos que não aplicaram o mínimo em campanhas femininas. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 14 dez. 2021. Política e Administração Pública. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/838495-aprovada-admissibilidade-de-pec-que-anistia-partidos-que-nao-aplicaram-o-minimo-em-campanhas-femininas/>. Acesso em 15 jan. 2022.

BJARNEGÅRD, Elin. **Gender, Informal Institutions and Political Recruitment: Explaining Male Dominance in Parliamentary Representation**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

BJARNEGÅRD, Elin; KENNY, Meryl. Comparing candidate selection: a feminist institutionalist approach. **Government and Opposition**, v. 51, n. 3, p. 370-392, 2016.

BJARNEGÅRD, Elin; ZETTERBERG, Pär. Political Parties, Formal Selection Criteria, and Gendered Parliamentary Representation. **Party Politics**, Newbury Park, v. 25, n. 3, p. 325-335, 2019.

BLONDEL, Jean; MÜLLER-ROMMEL, Ferdinandi. Political Elites. In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. (org.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 819-832.

BOHN, Simone R.; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 187-208, 2009.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 113-129, 2012.

BOLOGNESI, Bruno. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 45-68, 2013.

BOLOGNESI, Bruno; COSTA, Luiz D. Estruturação social e enquadramento institucional no processo de formação das elites políticas: o caso da eleição de mulheres para a Câmara dos Deputados em 2006. In: SEMINÁRIO INTERMEDIÁRIO DA ABCP, 1, 2009, São Carlos. **Paper...** São Carlos: Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2009.

BOLOGNESI, Bruno; COSTA, Luiz D. Fronteiras sociais fortes e padrões organizacionais fracos? Seleção de candidatos e composição social nos principais partidos brasileiros em 2010. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 1, p. 43-63, 2015.

BOLOGNESI, Bruno; PERISSINOTTO, Renato M; CODATO, Adriano N. Recrutamiento político em Brasil Mujeres, negros y partidos em las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Ciudad de México, v. 61, n. 226, p. 247-278, 2016.

BOURDOUKAN, Adla. **O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 454-485, 2008.

BRASIL, 1995. Presidência da República. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Disponível em <https://bit.ly/3j4aOeU>. Acesso em 10 jul. de 2021.

BRASIL, 2015. Presidência da República. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Disponível em <https://bit.ly/36iuvtP>. Acesso em 10 jul. de 2021.

BRASIL, 2017. Presidência da República. Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113448.htm. Acesso em 10 jul. de 2021.

BROOKS, Deborah Jordan; HAYES, Danny. How Messages About Gender Bias Can Both Help and Hurt Women's Representation. **American Politics Research**, v. 47, n. 3, p. 601-627, 2018.

BUCKLEY, Fiona; MARIANI, Mack. Money matters: The impact of gender quotas on campaign spending for women candidates. **International Political Science Review**, p. 1-18, 2021.

BURRELL, Barbara C. Women's and men's campaigns for the U.S. house of representatives, 1972-1982 A Finance Gap? **American Politics Quarterly**, v. 13, n. 3, p. 251-272, 1985.

BUTLER, Daniel M.; PREECE, Jessica R. Recruitment and Perceptions of Gender Bias in Party Leader Support. **Political Research Quarterly**, v. 69, n. 4, p. 842-851, 2016.

CAMPOS, Ligia Fabris. Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 593-629, 2019.

CAMPOS, Luiz A.; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.

CARLOMAGNO, Márcio; CODATO, Adriano. Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. **Colombia Internacional**, v. 95, p. 79-107, 2018.

CAUL, Miki. Political parties and the adoption of candidate gender quotas: A cross-national analysis. **Journal of Politics**, Chicago, v. 63, n. 4, p. 1214-1229, 2001.

CAUL, Miki. Women's Representation in National Legislatures: Explaining Differences Across Advanced Industrial Democracies. *In: WESTERN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION MEETING*, 1997, Tucson. **Paper...** Tucson: Political Science Association, 1997.

CAUL, Miki. Women's Representation in Parliament the Role of Political Parties. **Party Politics**, Newbury Park, v. 5, n. 1, p. 79-98, 1999.

CERVI, Emerson U. **Análise de Dados Categóricos em Ciência Política**. Curitiba: Programa de Pós-graduação em Comunicação e Pós-graduação em Ciência Política – UFPR, 2014.

CHAPPELL, Louise. Comparing political institutions: revealing the gendered ‘logic of appropriateness’. **Politics & Gender**, v. 2, n. 2, p. 223-235, 2006.

CHENG, Christine; TAVITS, Margit. Informal Influences in Selecting Female Political Candidates. **Political Research Quarterly**, v. 64, n. 2, p. 460-471, 2011.

CIGANE, Lolita; OHMAN, Magnuns. **Political Finance and Gender Equality**. Washington: International Foundation for Electoral Systems, 2014.

CODATO, Adriano; HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MASSIMO, Lucas. A colaboração na Ciência Política brasileira: um estudo exploratório do padrão de coautorias em periódicos nacionais. *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 9, 2017, Montevideo. **Paper...** Montevideo: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), 2017.

COSTA, Luiz D.; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano N. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. *In*: SALGADO, Eneida D.; DANTAS, Ivo (Coords.). **Partidos políticos e seu regime jurídico: o desenho constitucional dos partidos políticos**. Curitiba: Juruá, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *In*: FINEMAN, Martha.; MYKITIUK, Roxanne. (Org.). **The public nature of private violence**. New York: Routledge, 1994. p. 93-118.

CRESPIN, Michael H.; DEITZ, Janna L. If You Can’t Join ‘Em, Beat ‘Em: The Gender Gap in Individual Donations to Congressional Candidates. **Political Research Quarterly**, v. 63, n. 3, p. 581-593, 2010.

CROWDER-MEYER, Melody. Gendered Recruitment without Trying: How Local Party Recruiters Affect Women’s Representation. **Politics & Gender**, v. 9, n. 4, p. 390-413, 2013.

DABELKO, Kirsten L; Herrnson, Paul S. Women’s and men’s campaigns for the US House of Representatives. **Political Research Quarterly**, v. 50, n. 1, p. 121-135, 1997.

DACOMBE, Rod. Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research? **Political Studies Review**, v. 16, n. 2, p. 148-157, 2018.

DAHLERUP, Drude. The story of the theory of critical mass. **Politics & Gender**, v. 2, n. 4, p. 511-522, 2006.

DARCY, Robert; WELCH, Susan; CLARCK, Janet. **Women, Elections and Representation**. Lincoln: University of Nebraska, 1994.

DIAZ, Mercedes. M. **Are Women in Parliament Representing Women?** Louvain: Université Catholique de Louvain, 2002.

DOSS, Cheryl; GROWN, Caren; DEERE, Carmen D. **Gender and Asset Ownership: a Guide to Collecting Individual Level Data**. Washington: World Bank, 2008.

DOWLING, Conor M.; MILLER, Michael G. **Super PAC! Money, Elections, and Voters After Citizens United**. New York: Routledge, 2015.

DUQUESNE UNIVERSITY. **Systematic vs. Scoping vs. Integrative Review**. Disponível em <https://guides.library.duq.edu/c.php?g=1055475&p=7725920>. Acesso em 05 maio 2021.

EDUARDO, Maria C. **Gênero financiado: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014**. 2017. 125 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

EDUARDO, Maria C. Mulheres em campanha: uma análise da distribuição de recursos financeiros nos estados brasileiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014. **Guaju Revista Brasileira de Desenvolvimento territorial sustentável**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 187-208, 2018.

EDUARDO, Maria C.; SOUZA, Juliana I. L. de; ANGELI, Alzira E. Cotas eleitorais para mulheres: análise bibliográfica da pesquisa científica nas Ciências Sociais. **BIB**, São Paulo, v. 90, p. 1-22, 2019.

ESMERALDO, Elmana V. L. **Manual dos Candidatos e Partidos Políticos**. Leme: J. H. Mizuno, 2013.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. *In*: ALVES, José E. D.; PINTO, Céli R. J.; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. p. 139-166.

FEO, Francesca; FIORELLI, Chiara; PICCIO, Daniela R. Gendered patterns in candidates' campaign fundraising: The case of Italy. **International Political Science Review**, p. 1-16, 2021.

FEO, Francesca; PICCIO, Daniela R. Promoting Gender Equality through Party Funding: Symbolic Policies at Work in Italy. **Politics & Gender**, v. 16, n. 3, p. 903-929, 2019.

FERRARI, Rossella. Writing narrative style literature reviews. **Medical Writing**, v. 24, n. 4, p. 230-235, 2015.

FERREIRA, Gerson Luiz Scheidweiler. **O direito à comunicação e as mulheres na política: ações de redistribuição e reconhecimento para o incentivo à eleição de mulheres no Brasil**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação e Sociedade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; NUNES, Felipe; ROCHA, Enivaldo C. da; SANTOS, Manoel L.; BATISTA, Mariana; SILVA JÚNIOR, José A. O que Fazer e o que Não Fazer com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 20, n. 1, p. 44-99, 2011.

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. “Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p.129-163, 2012.

FRAGA, Bernard L.; HASSELL, Hans J. G. Are Minority and Women Candidates Penalized by Party Politics? Race, Gender, and Access to Party Support. **Political Research Quarterly**, Newbury Park, p. 1-16, 2020.

FRANCESCHET, Susan. Disrupting Informal Institutions? Cabinet Formation in Chile in 2006 and 2014. *In* WAYLEN, Georgina (ed). **Gender, Institutions, and Change in Bachelet’s Chile**, New York: Palgrave Macmillan, 2016.

FRANCIA, Peter L. Early Fundraising by Nonincumbent Female Congressional Candidates: The Importance of Women’s PACs. **Women & Politics**, v. 23, n. 1, p. 7-20, 2001.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. *In*: CALHOUN, Craig. (Ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992.

FREIDENBERG, Flávia. Selección de Candidatos y Democracia Interna en los Partidos de la América Latina. **Biblioteca de La Reforma Política**, v. 1, p. 1-26, 2003.

FUNK, Kendall D.; HINOJOSA, Magda; PISCOPO, Jennifer M. Still Left Behind: Gender, Political Parties, and Latin America’s Pink Tide. **Social Politics**, v. 24, n. 4, p. 399-424, 2017.

GAMBOA, Ricardo; MORALES, Mauricio. Candidate Gender Quotas and Campaign Spending in Open-List Proportional Representation Systems: The Case of Chile. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 42, n. 3, p. 260-271, 2021.

GATTO, Malu A. C. **Endogenous institutionalism and the puzzle of gender quotas: insights from Latin America**. 2016. Tese (Doutorado em Política e Relações Internacionais – University of Oxford, Oxford, 2016.

GATTO, Malu A. C; THOMÉ, Débora. Resilient aspirants: women’s candidacies and election in times of Covid-19. **Politics & Gender**, v. 16, n. 4, p. 1001–1008, 2020.

GATTO, Malu A. C; WYLIE, Kristin N. Informal institutions and gendered candidate selection in Brazilian parties. **Party Politics**, Newbury Park, p. 727-738, 2021.

GONÇALVES, Ricardo Dantas. **Geografia eleitoral: tendências e indicações para o desenvolvimento da Ciência Política**. 2021. 165 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GRUMBACH, Jacob M.; SAHN, Alexander; STASZAK, Sarah. Gender, Race, and Intersectionality in Campaign Finance. **Political Behavior**, v. 44, p. 319-34, 2020.

GUADAGNINI, Marila. A “Partitocrazia” without Women: The Case of Italian Party System. *In*: LOVENDUSKI, Joni.; NORRIS, Pippa (Eds.). **Gender and Party Politics**. Londres: Sage, 1993.

GUARNIERI, Fernando. A Força dos Partidos “Fracos”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

GUIMARÃES, Andre R. S.; RODRIGUES, Malena R.; BRAGA, Ricardo de J. Oligarquia desvendada: Organização e estrutura dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p.1-34, 2019.

HEBERLIG, Eric; LARSON, Bruce. Gender and Small Contributions: Fundraising by the Democratic Freshman Class of 2018 in the 2020 Election Symposium: The 2020 US Elections. **Society**, v. 57, p. 534-539, 2020.

HEERWIG, Jennifer A.; GORDON, Katie M. Buying a Voice: Gendered Contribution Careers among Affluent Political Donors to Federal Elections, 1980-2008. **Sociological Forum**, v. 33, n. 3, p. 805-825, 2018.

HERRICK, Rebeka. Is there a gender gap in the value of campaign resources? **American Politics Quarterly**, v. 24, n. 1, p. 68-80, 1996.

HERRNISON, Paul S.; HUNT, Charles; KETTLER, Jaclyn J. Vive la Différence? Is There a Gender Gap in Campaign Strategy and Spending, and Does It Matter? **Journal of Women, Politics & Policy**, p. 1-20, 2022.

HILLMAN, Ben. The Limits of Gender Quotas: Women's Parliamentary Representation in Indonesia. **Journal of Contemporary Asia**, v. 48, n. 2, p. 322-338, 2017.

HINOJOSA, Magda. **Selecting Women, Electing Women: Political Representation and Candidate Selection in Latin America**. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

HINOJOSA, Magda; PISCOPO, Jennifer M. **Promoting women’s right to be elected: twenty-five years of quotas in Latin America**. Prepared for the Electoral Tribunal (Sala Electoral) of the Federal Judicial Branch of Mexico, ago. 2013. Disponível em <https://jenniferpiscopo.files.wordpress.com/2013/09/hinojosa-piscopo-final-english.pdf>. Acesso em 29 maio 2021.

HOGAN, Robert E. Candidate Gender and Voter Support in State Legislative Elections. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 31, p. 44-66, 2010.

HOGAN, Robert E. The effects of candidate gender on campaign spending in state legislative elections. **Social Science Quarterly**, v. 88, n. 5, p. 1092-1105, 2007.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; JUNCKES, Ivan J.; SILVA, Edson A.; CAMARGO, Neilor F. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 28-55, 2016.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MANCUSO, Wagner P.; JUNCKES, Ivan J. How to examine populist claims? A social network analysis. In: MENDILOW, Jonathan; PHÉLIPPEAU, Éric (Ed.) **Populism and Corruption the Other Side of the Coin**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2021. p. 269-285.

HTUN, Mala; JONES, Mark. Engendering the Right to Participate in Decision-Making: Electoral Gender and Women's Leadership in Latin America. *In*: CRASKE, Nikki; MOLYNEUX, Maxine (Eds). **Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America**. New York: Palgrave, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jan. 2022.

IDEA, International Institute for Democracy and Electoral Assistance. **Gender Quotas Database**. Disponível em <https://bit.ly/3h4vxzI>. Acesso em 04 nov. 2021.

INGALLS, Gerald L.; ARRINGTON, Theodore S. The role of gender in local campaign financing: The case of Charlotte, North Carolina. **Women & Politics**, v. 11, n. 2, p. 61-80, 1991.

IPU, Inter Parliamentary Union. **Parline - Global data on national parliaments**. Disponível em <https://data.ipu.org/>. Acesso em 29 maio 2022.

JALALZAI, Farida; KROOK, Mona L. Beyond Hillary and Benazir: Women's Political Leadership Worldwide. **International Political Science Review**, v. 31, n. 1, p. 5-23, 2010.

JAMES, Heather. There's No Women's Mafia: Women's Donor Groups in State Legislative Elections. **Journal of Women, Politics & Policy**, p. 1-16, 2022.

JANUSZ, Andrew; BARREIRO, Sofi-Nicole; CINTRON, Erika. Political Parties and Campaign Resource Allocation: Gender Gaps in Brazilian Elections. **Party Politics**, Newbury Park, p. 1-11, 2021.

JENKINS, Shannon. A woman's work is never done? Fund-raising perception and effort among female state legislative candidates. **Political Research Quarterly**, v. 60, n. 2, p. 230-239, 2007.

JONES, Mark P. Quota Legislation and the Election of Women: Learning from the Costa Rican Experience. **Journal of Politics**, Chicago, v. 66, n. 4, p. 1203-1223, 2004.

JONES, Mark P., ALLES, Santiago e TCHINTIAN, Carolina. Cuotas de género, leyes electorales y elección de legisladoras en América Latina. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 32, n. 2, p. 331-357, 2012.

JUNCKES, Ivan J.; HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; CAMARGO, Neilor F.; SILVA, Joseli M; SILVA, Edson A.; ALMEIDA, Leandro B. de. Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil: A dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 25-47, 2015.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. **Democracy and the cartelization of political parties**. Inglaterra: Oxford University Press, 2018.

KENNEY, Sally J. New research on gendered political institutions. **Political Research Quarterly**, v. 49, n. 2, p. 445-466, 1996.

KENNY, Meryl; VERGE, Tània. Opening up the black box: gender and candidate selection in a new era. **Government and Opposition**, v. 51, n. 3, p. 351-369, 2016.

KING, Gary. Replication, replication. **PS: Political Science and Politics**, v. 28, n. 3, p. 444-452, 1995.

KITSCHOLT, Hebert P. **The transformation of European Social Democracy**. New York: Cambridge University Press, 1994.

KITTILSON, Miki C. **Challenging parties, changing parliaments: Women and elected office in contemporary Western Europe**. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

KITTILSON, Miki C. Women, parties and platforms in post-industrial democracies. **Party Politics**, Newbury Park, v. 17, n. 1, p. 66-92, 2011.

KITTILSON, Miki C. **Women's Representation in Parliament: The Role of Political Parties**. Bulgária: Center for the Study of Democracy, 1997.

KRAUSE, Silvana; SCHAEFER, Bruno M.; BARBOSA, Tiago A. L.; CORRÊA, Carolina P.; TELLES, Helcimara. La elección brasileña de 2018: nuevos patrones de financiación, desafección política y redes sociales. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, Salamanca, v. 9, n. 1, p. 91-117, 2020.

KROOK, Mona L. Beyond supply and demand: a feminist-institutionalist theory of candidate selection. **Political Research Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 707-720, 2010.

KROOK, Mona L. The impact of gender quotas: a research agenda. *In: The First European Conference on Politics and Gender*. Northern Ireland: Queen's University Belfast, 2009.

KROOK, Mona L.; MACKAY, Fiona (Eds). **Gender, Politics and Institution: Towards a Feminist Institutionalism**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

KROOK, Mona L.; O'BRIEN, Diana Z. All the President's Men? The Appointment of Female Cabinet Ministers Worldwide. **Journal of Politics**, v. 74, n. 3, p. 840-55, 2012.

KUNOVICH, Sheri L.; PAXTON, Pamela. Pathways to Power: The Role of Political Parties in Women's National Political Representation. **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 2, p. 505-552, 2005.

KUSHNER, Joseph; SIEGEL, David; STANWICK, Hannah. Ontario municipal elections: Voting trends and determinants of electoral success in a Canadian province. **Canadian Journal of Political Science**, v. 30, n. 3, p. 539-553, 1997.

LA RAJA, Raymond J.; WILTSE, David L. Money That Draws No Interest: Public Financing of Legislative Elections and Candidate Emergence. **Election Law Journal**, v. 14, n. 4, p. 392-410, 2015.

LAWLESS, Jannifer L. Female candidates and legislators. **Annual Review of Political Science**, v. 18, p. 349-366, 2015.

LAWLESS, Jannifer L.; FOX, Richard L. It Still Takes a Candidate: **Why Women Don't Run for Office**. Revised Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEITE, Fernando. **Ciência Política**: da antiguidade aos dias de hoje. Curitiba: InterSaberes, 2016.

LEMOS, Leany B.; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 366-393, 2010.

LENINE, Enzo; MÖRSCHBÄCHER, Melina. Pesquisa bibliométrica e hierarquias do conhecimento em Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 31, p. 123-160, 2020.

LIMA, Enzo; MÖRSCHBÄCHER, Melina; PERES, Paulo. Three decades of the International Political Science Review (IPSR): A map of the methodological preferences in IPSR articles. **International Political Science Review**, v. 39, n. 5, p. 679-689, 2018.

LIMA, Juliana Domingos de. A sanção de Bolsonaro à anistia aos partidos. E o que representa. **Nexo Jornal**, São Paulo, 21 maio 2019. Disponível em <https://bit.ly/361I6oT>. Acesso em 20 maio 2020.

LOVENDUSKI, Joni. Sex, Gender and British Politics. *In*: LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa (Eds.). **Women & Politics**. Oxford: Oxford University, 1993.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa (Eds.). **Women & Politics**. Oxford: Oxford University, 1993.

MACKAY, Fiona; KENNY, Meryl; CHAPPELL, Louise. New Institutionalism Through a Gender Lens: Towards a Feminist Institutionalism? **International Political Science Review**, v. 31, n. 5, p. 573-588, 2010.

MANCUSO, Wagner P. A reforma política e o financiamento das campanhas eleitorais. *In*: IANONI, Marcus (Org). **Reforma Política Democrática**: temas, atores e desafios. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015a. p. 83-104.

MANCUSO, Wagner P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015b.

MANCUSO, Wagner P.; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. Financiamento empresarial nas campanhas para deputado federal no Brasil (2002-2010): determinantes e consequências. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014, Caxambu. **Paper...** Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em <https://bit.ly/2TmsfPb>. Acesso em 05 maio 2020.

MANCUSO, Wagner P.; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B.; SPECK, Bruno Wilhelm; SILVA, Lucas E. O.; ROCHA, Enivaldo C. da. Corporate Dependence in Brazil's 2010 Elections for Federal Deputy. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 1-24, 2016.

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent 'yes'. **Journal of Politics**, Chicago, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. **BIB**, São Paulo, n. 95, p. 1-20, 2021.

MARQUES, Danusa; CELINI, Túlio Pustrelo; SANTOS, Laura Freire dos. Carreiras políticas de mulheres no Brasil: aprofundando o debate a partir da nova bancada feminina da câmara dos deputados (2019-2022). **Revista Feminismos**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 24-55, 2021.

MATLAND, Richard E. Enhancing Women's Political Participation: legislative recruitment and electoral systems. *In*: BALLINGTON, Julie; KARAM, Azza (Eds.). **Women in parliament: Beyond numbers**. Stockholm: International Idea, 2005.

MATLAND, Richard E. Estrategias para ampliar la participación femenina en el parlamento. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales. *In*: MENDEZ-MONTALVO, Myrian; BALLINGTON, Julie (Orgs). **Mujeres en el Parlamento - más allá de los números**. Stockholm: Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2002.

MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira. *In*: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria D. S. **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

MCELROY, Gail; MARSH, Michael. Candidate Gender and Voter Choice: Analysis from a Multimember Preferential Voting System. **Political Research Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 822-833, 2010.

MENDES, Marcos Vinícius Isaias; FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder. Women's Scientific Participation in Political Science and International Relations in Brazil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-13, 2019.

MENDONÇA, Beatriz Gomes; MARRÉGA, Talissa Montalvão; CORREA, Crishna Mirella de Andrade. Análise da participação feminina na Assembleia Legislativa do estado do Paraná: leis, dados quantitativos e análise histórica. *In*: SOUZA, Izaque Pereira de; GONÇALVES, Gislaíne; JORGE, Welington Junior. **Políticas públicas, ações afirmativas e desenvolvimento social**. Maringá: Uniedusul Editora, 2021. p. 121-135.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MÖRSCHBÄCHER, Melina. **A ciência e a política da ciência: pluralismo intelectual e diversidade profissional na ciência política norte-americana**. 2018. 246 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. *In*: SOUZA, Amauri (org.). **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 51-69.

MUNN, Zachary; PETERS, Micah D. J.; STERN, Cindy; TUFANARU, Catalin; McARTHUR, Alexa; AROMATARIS, Edoardo. Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC Medical Research Methodology**, v. 18, n. 1, p. 1-7, 2018.

MURRAY, Rainbow. It's a rich man's world: How class and glass ceilings intersect for UK parliamentary candidates. **International Political Science Review**, p. 1-14, 2021.

MURRAY, Rainbow; MURIAAS, Ragnhild L.; WANG, Vibeke. Editorial introduction: Gender and political financing. **International Political Science Review**, p. 1-10, 2021.

NASSMACHER, Karl-Heinz. Introduction: Political Parties, Funding and Democracy. *In*: AUSTIN, R.; TJERNSTRÖM, M. (orgs.). **Handbook on funding of political parties and election Campaigns**. Suécia: International IDEA, 2003.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. Political Science in Brazil: an analysis of academic articles (1966-2015). **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 371-393, 2017.

NORRIS, Pippa. Comparing Legislative Recruitment. *In*: LOVENDUSKI, Joni.; NORRIS, Pippa (Eds.). **Gender and Party Politics**. Londres: Sage, 1993.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013.

NORRIS, Pippa. The Impact of Electoral Reform on Women's Representation. **Acta Politica**, v. 41, n. 2, p. 197-213, 2006.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior. Preliminary version. **Pippa Norris**, 2003. Disponível em <http://www.pippanorris.com>, 2003. Acesso em 10 mar. 2017.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political recruitment: Gender, race and class in the British Parliament**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

O'BRIEN, Dary Znebel's. Gender and select committee elections in the British House of Commons. **Politics & Gender**, n. 8, p. 178-204, 2012.

OLIVEIRA, Otávio José de, SILVA, Fabio Francisco da, JULIANI, Fernando, BARBOSA; MOTTA, Luis C. Ferreira; NUNHES, Thaís Vieira. Bibliometric Method for Mapping the State-of-the Art and Identifying Research Gaps and Trends in Literature: An Essential Instrument to Support the Development of Scientific Projects. *In*: KUNOSIC, Suad; ZEREM, Enver (Eds.). **Scientometrics Recent Advances**. London: IntechOpen, 2019. p. 47-66.

PACKER, Abel L.; BIOJONE, Mariana R., ANTONIO, Irati; TAKENAKA, Roberta M.; GARCÍA, Alberto P.; SILVA, Asael C. da; MURASAKI, Renato T.; MYLEK, Cristina; REIS, Odila C.; DELBUCIO, Hálida C. Rocha F. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 109-121, 1998.

PARETO, Vilfredo. **Vilfredo Pareto: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. **The disorder of women**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

PERISSINOTTO, Renato M.; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009.

PHILLIPS, Anne. Defending equality of outcome. **Journal of Political Philosophy**, v. 12, n. 1, p. 1-19, 2004.

PHILLIPS, Anne. **Democracy and Difference**. Cambridge: Polity Press, 1993.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

PHILLIPS, Anne. **Which Equalities Matter?** Cambridge: Polity Press, 1999.

PINHO, Tassia R. de. As mulheres dirigentes do Partido dos Trabalhadores: perfil e desafios à representação substantiva. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 65-93, 2016.

PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova proposta que inclui na Constituição regras para candidaturas femininas. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 30 mar. 2022. Política e Administração Pública. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/862738-camara-aprova-proposta-que-inclui-na-constituicao-regras-para-candidaturas-femininas/>. Acesso em 10 abr. 2022.

PISCOPO, Jennifer M.; HINOJOSA, Magda; THOMAS, Gwynn; SIAVELIS, Peter M. Follow the Money: Gender, Incumbency, and Campaign Funding in Chile. **Comparative Political Studies**, v. 55, n. 2, p. 222-253, 2021.

PITKIN, Hanna F. **The Concept of Representation**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1967.

POWER, Timothy J., ZUCCO JR., Cesar (Orgs.). **O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 13, n. 1, e0001, 2019.

RAHAT, Gideon. Which Candidate Selection Method is the Most Democratic? **Government and Opposition**, v. 44, n. 1, p. 68-90, 2009.

RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven. Candidate selection methods: an analytical framework. **Party Politics**, Newbury Park, v. 7, n. 3, p. 297-322, 2001.

REKKAS, Marie. Gender and Elections: an Examination of the 2006 Canadian Federal Election. **Canadian Journal of Political Science**, v. 41, n. 4, p. 987-1001, 2008.

REYES-HOUSHOLDER, Catherine. Presidentas Rise: Consequences for Women in Cabinets? **Latin American Politics and Society**, v. 58, n. 3, p. 3–25, 2016.

REYNOLDS, Andrew. Women in the legislatures and executives of the world: Knocking at the highest glass ceiling. **World Politics**, v. 51, n. 4, p. 547-572, 1999.

REZENDE, Daniela L. **Qual o lugar reservado às mulheres?** Uma análise generificada de comissões legislativas na Argentina, no Brasil e no Uruguai. 2015. 186 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

REZENDE, Daniela L.; ELIAS, Maria Ligia G. G. R. O feminismo mudou a ciência política brasileira? Uma reflexão sobre os estudos feministas e de gênero na produção acadêmica recente. *In*: BATISTA, Mariana; RIBEIRO, Ednaldo; ARANTES, Rogério, **As teorias e o caso**. Santo André: EdUFABC, 2021.

REZENDE, Daniela L.; SILVA, Brenda R. B. Gênero e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para a representação política de mulheres. *In*: ENCONTRO DA ABCP, 11, 2018, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABCP, 2018. p. 1-19.

RIBEIRO, Pedro F. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 52, p. 121-158, 2014.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, p. 225-265, 2013.

ROHRSCHEIDER, Robert. New Party versus Old Left Realignment: environmental attitudes, party policies and partisan in four West European countries. **Journal of Politics**, Chicago, v. 55, n. 3, p. 682-701, 1993.

RUF, Florian. Does Non-Quota Strategy Matter? A Comparative Study on Candidate Selection and Women's Representation at the Local Level in Germany. **Politics & Gender**, v. 17, n. 1, p. 74-103, 2021.

RULE, Wilma. Parliament of, by, and for the People: Except for Women? *In*: RULE, Wilma; ZIMMERMAN, Joseph (Eds.). **Electoral Systems in Comparative Perspective: Their Impact on Women and Minorities**. Westport: Greenwood, 1994.

RULE, Wilma; ZIMMERMAN, Joseph. (Eds.). **Electoral Systems in Comparative Perspective: Their Impact on Women and Minorities**. Westport: Greenwood, 1994.

SACCHET, Teresa. A Culpa é dos Partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. *In*: BIROLI, Flávia *et al.* (Orgs.). **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, p. 306-332, 2009.

SACCHET, Teresa. Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 2, p. 85-107, 2013.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. *In*: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cãnone Editoração, 2011. p. 158-186.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012.

SACCHET, Teresa. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 95, p. 25-54, 2018.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno W. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. *In*: ALVES, José E. D.; PINTO, Céli R. J.; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012b. p. 417-452.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno W. Financiamento Eleitoral, Representação Política e Gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, p. 177-197, 2012a.

SAINSBURY, Diane. The Politics of Increased Women's Representation: the Swedish Case. *In*: LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa (Eds.). **Gender and Party Politics**. London: Sage, 1993.

SAMPAIO, Daniel; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **BIB**, São Paulo, n. 88, p. 1-25, 2019.

SANBONMATSU, Kira. Political Parties and the Recruitment of Women to State Legislatures. **Journal of Politics**, Chicago, v. 64, p. 791-809, 2002.

SANBONMATSU, Kira. State Elections: Where do Women Run? Where do Women Win?. *In*: CARROLL, Susan J.; FOX, Richard L. (Eds.). **Gender and Elections: Shaping the Future of American Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SANBONMATSU, Kira; ROGERS, Kathleen. Advancing Research on Gender and Gubernatorial Campaign Finance. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 41, n. 3, p. 351-359, 2020.

SANCHEZ, Beatriz R. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, André M. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 87-101, 1997.

SANTOS, Fabiano; PAULA, Carolina Almeida de; SEABRA, Joana. Cotas e movimentos sociais nas estratégias partidárias de inserção das mulheres na vida parlamentar: os casos do Rio de Janeiro e Ceará nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados. *In*: ALVES, José E. D.; PINTO, Celi R. J.; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. Associação Brasileira de Ciência Política, 2012.

SANTOS, Pedro A. G. dos; JALALZAI, Farida. **Women's Empowerment and Disempowerment in Brazil**. Temple University Press, Philadelphia, 2021.

SCHAEFER, Bruno M. Centralização nos partidos brasileiros: evidências a partir da distribuição do fundo partidário (2010-2016). **Revista Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 47-70, 2019.

SCHMIDT, Gregory. **Cuotas efectivas, magnitud relativa del partido, y el éxito de las candidatas mujeres**: una evaluación comparativa de las elecciones municipales peruanas. Lima: Movimiento Manuela Ramos, 2003.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Making Quotas Work: The Effect of Gender Quotas Laws on the Election of Women. **Legislative Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 5-28, 2009.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. The incumbency disadvantage and women's election to legislative office. **Electoral Studies**, v. 24, p. 227-244, 2005.

SCIELO, Scientific Electronic Library Online. **SciELO Brasil**. Disponível em <https://www.scielo.br>. Acesso em 04 fev. 2022.

SCOPUS, Elsevier. **Pesquisas no dia 04 fev. 2022**. Disponível em <https://www.scopus.com>. Acesso em 04 fev. 2022.

SGIP3, Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias. **Pesquisa de Orgão Partidário**. Disponível em <https://sgip3.tse.jus.br/sgip3-consulta/#!/orgao-partidario/selecao-partido-abrangencia>. Acesso em 10 jan. 2022.

SHIN, Ki-young; KWON, Soo Hyun. 'Above all, it will boil down to money problems': The impact of gender-targeted public financing on political parties and women candidates in South Korea. **International Political Science Review**, p. 1-16, 2022.

SILVA, Bruno F. **Os efeitos recíprocos entre dinheiro e voto em eleições para o Senado no Brasil**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Gabriela M. da; CAMPOS, Rosana S. Participação e representação política das mulheres nas comissões executivas do PP e PT no município de Santa Maria/RS. **Agenda Política**, São Carlos, v. 7, n. 3, p. 63-91, 2019.

SMULDERS, Jef; PUT, Gert-Jan; MADDENS, Bart. How legislative gender quotas affect the gender gap in campaign spending: an analysis of the federal and regional elections in Belgium. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, v. 29, n. 1, p. 41-60, 2018.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 104, p. 333-339, 2019.

SONG, Byong Kwon. The effect of public financing on candidate reemergence and success in elections. **European Journal of Political Economy**, v. 65, p. 1-50, 2020.

SORENSEN, Ashley; CHEN, Philip. Identity in Campaign Finance and Elections: The Impact of Gender and Race on Money Raised in 2010–2018 U.S. House Elections. **Political Research Quarterly**, p. 1–16, 2021.

SPECK, Bruno W.; MANCUSO, Wagner P. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 34-57, 2014.

SPOHR, Alexandre P.; MAGLIA, Cristiana; MACHADO, Gabriel; OLIVEIRA, Joana O. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 417-441, 2016.

STRATMANN, Thomas. The Effect of Public Financing on the Competitiveness of Elections. **SSRN**, Working Paper, 2009. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1400809>. Acesso em 19 out. 2021.

TAVARES, José A. G. Sistemas eleitorais e federação no Brasil: as lições da Alemanha. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL “REFORMA POLÍTICA NO BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA”, 2002, Rio de Janeiro. **Texto apresentado...** Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2002.

THOMSEN, Danielle M. Why so few (Republican) women? Explaining the partisan imbalance of women in the US Congress. **Legislative Studies Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 295-323, 2015.

THOMSEN, Danielle M.; SWERS, Michele L. Which Women Can Run? Gender, Partisanship, and Candidate Donor Networks. **Political Research Quarterly**, v. 70, n. 2, p. 449-463, 2017.

TOLLEY, Erin; BESCO, Randy; SEVI, Semra. Who Controls the Purse Strings? A Longitudinal Study of Gender and Donations in Canadian Politics. **Politics & Gender**, v. 18, n. 1, p. 244-272, 2020.

TRIPP, Aili; KANG, Alice. The Global Impact of Quotas: On the Fast Track to Increased Female Legislative Representation. **Comparative Political Studies**, v. 41, p. 338-361, 2008.

VARIKAS, Eleni. Une représentation en tant que femme? Réflexions critiques sur la demande de la parité des sexes. **Nouvelles Questions Feministes**, v. 16, n. 2, p. 81-127, 1995.

VERGE, Tània. Institutionalising gender equality in Spain: From party quotas to electoral gender quotas. **West European Politics**, v. 35, n. 2, p. 395-414, 2012.

VERGE, Tània. Political party gender action plans: Pushing gender change forward beyond quotas. **Party Politics**, Newbury Park, v. 26, n. 2, p. 238-248, 2020.

VIDAL, Camila F. Polarização política e partidária nos Estados Unidos (1936-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 412-450, 2021.

WALBY, Sylvia. **Gender transformations**. London: Routledge, 1997.

WALBY, Sylvia. **The future of feminism**. London: Polity Press, 2011.

WANG, Vibeke; MURIAAS, Ragnhild L.; BAUER, Gretchen. Funding demands and gender in political recruitment: What parties do in Cabo Verde and Ghana. **International Political Science Review**, p. 1–14, 2021.

WAYLEN, Georgina. **Engendering Transitions: Women's Mobilization, Institutions and Gender Outcomes**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WAYLEN, Georgina. Gendered institutionalist analysis: understanding democratic transitions. *In*: KROOK, Mona L; MACKAY, Fiona (Eds). **Gender, Politics and Institutions**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

WEB OF SCIENCE, Clarivate. Pesquisas no dia 04 fev. 2022. Disponível em <https://www-webofscience.ez22.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/basic-search>. Acesso em 04 fev. 2022.

WERNER, Brian L. Financing the campaigns of women candidates and their opponents: Evidence from three states, 1982-1990. **Women & Politics**, v. 18, n. 1, p. 81-97, 1997.

WILTSE, David L. Subsidizing Equality: Female Candidate Emergence and Clean Elections. **Election Law Journal**, v. 17, n. 2, p. 85-99, 2018.

WYLIE, Kristin. Taking bread off the table: Race, gender, resource and political ambition in Brazil. **European Journal of Politics and Gender**, v. 3, n. 1, p. 121-142, 2020.

WYLIE, Kristin; SANTOS, Pedro dos. A Law on Paper Only: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures. **Politics & Gender**, v. 12, n. 3, p. 415-442, 2016.

YOUNG, Iris M. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris M. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

ZIMMERMAN, Joseph. Equity in Representation for Women and Minorities. *In*: RULE, Wilma; ZIMMERMAN, Joseph (Eds.). **Electoral Systems in Comparative Perspective: Their Impact on Women and Minorities**. Westport: Greenwood, 1994.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 287- 336, 2005.

APÊNDICE 1 – A REVISÃO DE ESCOPO (RE) COMO UM INSTRUMENTO DA ELABORAÇÃO DO ESTADO DA ARTE

As revisões de escopo são úteis para examinar evidências emergentes quando ainda não está claro quais questões mais específicas podem ser colocadas e abordadas por uma revisão sistemática. Num nível geral, elas têm como objetivo mapear os conceitos-chave de uma área de pesquisa, as principais fontes e os tipos de evidências disponíveis.

O trabalho clássico de Hilary Arskey e Lisa O'Malley (2005) sobre essa técnica elenca quatro motivos para a realização de uma RE. São eles:

- 1) Identificar os tipos de evidências disponíveis em um determinado campo;
- 2) Determinar se uma revisão sistemática é viável e necessária;
- 3) Resumir e divulgar os resultados de pesquisas realizadas e
- 4) Identificar lacunas existentes na literatura.

As mesmas autoras sugerem cinco estágios para a condução de uma RE. Na sequência apresento quais são esses estágios e como foram conduzidos na revisão apresentada neste trabalho.

Estágio 1 – Identificação da questão de pesquisa

O processo é iniciado com a colocação de uma pergunta que guiará o desenvolvimento da pesquisa. No caso, a questão principal que move essa RE é: até agora, o que a literatura sobre financiamento de campanha e a participação das mulheres tem nos mostrado? Com base nela, busco realizar uma revisão quantitativa, descritiva e substantiva dos artigos.

Estágio 2 – Levantamento dos estudos relevantes

O passo seguinte é elucidar de que maneira os dados foram obtidos, com a explicação detalhada dos critérios de inclusão e exclusão aplicados. Nesta investigação, o levantamento da literatura utilizada foi realizado no dia 07 de junho de 2021, com uma atualização da busca no dia 05 de março de 2022, nos sites da Coleção Principal da *Web of Science (WoS)* e da *Scopus*.

Os termos de busca empregados na *WoS*, tendo os campos de preenchimento conectados pelo termo “AND”, foram:

PRIMEIRA LINHA: *"campaign funding" OR "campaign finance" OR "financiamento de campanha" OR "financiamento eleitoral" OR "financiación de la campaña" OR "financiamiento electoral" OR "political finance" OR "financiamento político" OR "financiamiento politico" OR "campaign spending" OR "fundraising" OR "fund-raising" OR "campaign contributions" OR "electoral spending" OR "gastos de campanha" OR "gastos eleitorais" OR "gastos de campaña" OR "gastos electorales" OR "campaign donations" OR "contribuições de campanha" OR "doações de campanha" OR "contribuciones de campaña" OR "donaciones de campaña" OR "campaign fundraising" OR "electoral financing"*

SEGUNDA LINHA: *wom* OR mulher* OR mujer* OR female OR feminin* OR feminine*

Já nos campos de busca da *Scopus*, devido a limitações da plataforma, os termos relacionados ao financiamento foram divididos em duas linhas. Ressalto que entre as duas primeiras o termo de ligação selecionado foi “OR” e entre elas e a terceira foi “AND”:

PRIMEIRA LINHA: *"campaign funding" OR "campaign finance" OR "campaign spending" OR "political finance" OR "financiamento de campanha" OR "financiamento eleitoral" OR "financiación de la campaña" OR "gasto de campaña" OR "financiación política" OR "campaign contributions" OR "contribuições de campanha" OR "contribuciones de campaña"*

SEGUNDA LINHA: *"financiamento político" OR "financiamiento politico" OR "fundraising" OR "fund-raising" OR "electoral spending" OR "gastos eleitorais" OR "gastos electorales" OR "campaign donations" OR "doações de campanha" OR "donaciones de campaña" OR "campaign fundraising" OR "electoral financing"*

TERCEIRA LINHA: *wom* OR mulher* OR mujer* OR female OR feminin* OR feminine*

Estágio 3 – Seleção dos estudos

Feitas as buscas, foram aplicados os critérios que estipulei para a inclusão ou exclusão dos textos. O primeiro deles diz respeito a área de publicação, que delimitei como Ciências Sociais. O segundo foi o tipo da publicação, considerei somente os documentos classificados como artigos. Por último, foram incluídos todos os trabalhos que abordavam a temática do financiamento de campanha voltada à participação feminina, e os demais excluídos.

Detalhando a primeira busca na *WoS*, encontrei um total de 434 documentos, destes 363 foram classificados como da área de Ciências Sociais (*Social Science*), sendo 341 deles considerados artigos. Já a primeira pesquisa realizada na *Scopus* resultou em 49 documentos, com 42 deles classificados na área de Ciências Sociais (*Social Science*) e dentre esses, 33 artigos.

Pela leitura dos resumos dos 341 artigos obtidos na *WoS*, verificamos que 303 trabalhos não atendiam aos critérios de inclusão, ou seja, não abordavam a temática do financiamento de campanha voltada à participação política feminina. Retirados esses casos, ficamos com um total de 38 artigos. Também nessa etapa, constatamos que o artigo “Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas” aparece duas vezes, uma com o título em português e outra com o título em inglês (“*Strategic litigation for gender equality: The case of campaign funding for women*”). Por se tratar do mesmo texto publicado no mesmo exemplar da revista, a versão inglesa foi desconsiderada, deixando um total de 37 produções.

Dos 33 artigos encontrados na *Scopus*, seis deles foram desconsiderados após a leitura de seus resumos por não estarem enquadrados nos critérios de inclusão, no caso, não tratam da temática investigada. Com isso, o total dessa base foi de 27 documentos.

Comparando os resultados das duas plataformas de busca, observa-se que 23 artigos estavam presentes em ambas. Quatro trabalhos apresentados na *Scopus* não aparecem na coletânea da *WoS*. Já esta, possui 14 documentos encontrados somente nela. Sendo assim, num primeiro momento, ficamos com um total de 41 artigos.

Dada a rápida divulgação de novos artigos, no dia 05 de março, refiz a busca utilizando os mesmos termos, no site da *WoS*. Com isso, tive acesso a novos textos que se encaixavam nos critérios propostos e foram incluídos na análise. São eles:

- *Candidate Gender Quotas and Campaign Spending in Open-List Proportional Representation Systems: The Case of Chile;*
- *Funding demands and gender in political recruitment: What parties do in Cabo Verde and Ghana;*
- *Vive la Difference? Is There a Gender Gap in Campaign Strategy and Spending, and Does It Matter?;*
- *There's No Women's Mafia: Women's Donor Groups in State Legislative Elections;*
- *Identity in Campaign Finance and Elections: The Impact of Gender and Race on Money Raised in 2010-2018 US House Elections;*
- *Follow the Money: Gender, Incumbency, and Campaign Funding in Chile;*
- *Money matters: The impact of gender quotas on campaign spending for women candidates;*

- *Editorial introduction: Gender and political financing e*
- *Gendered patterns in candidates' campaign fundraising: The case of Italy.*

O texto “*Editorial introduction: Gender and political financing*” (MURRAY; MURIAAS; WANG, 2021), por se tratar de uma apresentação de um número especial da revista *International Political Science Review*, foi retirado do *corpus* e foram incluídos os três artigos nele mencionados que não haviam aparecido na busca de atualização e que preenchiam todos os critérios de inclusão:

- *'Above all, it will boil down to money problems': The impact of gender- targeted public financing on political parties and women candidates in South Korea;*
- *It's a rich man's world: How class and glass ceilings intersect for UK parliamentary candidates e*
- *Campaign expenditures and electoral outcomes in Israeli legislative primaries – A financial gender gap?*

Além dessa inclusão, três trabalhos foram acrescentados na análise porque os considero de relevância para a temática que está sendo analisada. São eles:

- Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres, de Teresa Sacchet (2013);
- Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010, de Clara Araújo e Doriam Borges (2013);
- Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político, de Ivan J. Junckes, Rodrigo R. Horochovski, Neilor F. Camargo, Joseli M. Silva, Edson A. Silva e Leandro B. de Almeida (2015).

Com isso cheguei a um total de 54 artigos para a realização da RE que apresento no segundo capítulo desta tese.

Estágio 4 – Mapeamento dos dados

A próxima etapa do trabalho envolveu elencar os principais itens de informações obtidas dos artigos revisados. Nesta etapa, o objetivo é sintetizar e interpretar os dados encontrados e para isso é necessário que sejam definidos quais elementos serão registrados. No caso que apresento, levantei as seguintes informações:

- 1) Quando acontecem as publicações sobre financiamento de campanha e participação feminina e quem as escreve?
- 2) Onde essa agenda de pesquisa tem se mostrado mais ativa?
- 3) Quais revistas científicas publicam sobre essa temática?
- 4) Os casos estudados abordam as dinâmicas do financiamento em quais países?
- 5) Qual tipo de pesquisa é feita?
- 6) Qual o nível de competição analisado?
- 7) Quais as variáveis elencadas na dinâmica do financiamento de campanha para mulheres e quais são as relações entre elas?

Estágio 5 – Recolher, resumir e relatar os resultados

Por fim, nesta etapa é apresentada uma visão geral de todo o material revisado, a qual pode ser feita de forma narrativa e/ou com o uso de tabelas e gráficos. O texto deve conter: um resumo dos principais achados e a interpretação dos mesmos, além da indicação de propostas para pesquisas futuras com base nas lacunas encontradas.

APÊNDICE 2 – ASPECTOS FORMAIS DOS ARTIGOS ANALISADOS

<i>ID</i>	<i>Autoria, Ano da publicação</i>	<i>Gênero autora(s)</i>	<i>Instituição</i>	<i>País da instituição</i>	<i>Revista publicada</i>	<i>Artigo</i>	<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>País de análise</i>	<i>Nível da competição eleitoral</i>
1	Barbara C. Burrell, 1985	Feminino	State University of New York	EUA	American Politics Quarterly	Women's and men's campaigns for the U.S. house of representatives, 1972-1982 A Finance Gap?	Quantitativa	EUA	Nacional
2	Gerald L. Ingalls; Theodore Arrington, 1991	Masculino; Masculino	University of North Carolina	EUA	Women & Politics	The role of gender in local campaign financing: The case of Charlotte, North Carolina	Quantitativa	EUA	Local
3	Rebekah Herrick, 1996	Feminino	Oklahoma State University	EUA	American Politics Quarterly	Is there a gender gap in the value of campaign resources? Financing the campaigns of women candidates and their opponents: Evidence from three states, 1982-1990	Quantitativa	EUA	Nacional
4	Brian L. Werner, 1997	Masculino	Não encontrada	EUA	Women & Politics		Quantitativa	EUA	Regional
5	Kirsten L Dabelko; Paul S. Herrinson, 1997	Feminino; Masculino	University of Maryland	EUA	Political Research Quarterly	Women's and men's campaigns for the US House of Representatives	Quantitativa	EUA	Nacional
6	Peter L Francia, 2001	Masculino	University of Maryland	EUA	Women & Politics	Early fundraising by nonincumbent female congressional candidates: The importance of women's PACs	Quantitativa	EUA	Nacional
7	Robert E. Hogan, 2007	Masculino	Louisiana State University	EUA	Social Science Quarterly	The effects of candidate gender on campaign spending in state legislative elections	Quantitativa	EUA	Regional
8	Shannon Jenkins, 2007	Feminino	University of Massachusetts	EUA	Political Research Quarterly	A woman's work is never done? Fund-raising perception and effort among female state legislative candidates	Quantitativa	EUA	Regional
9	Christine L. Day; Charles D. Hadley, 2002	Feminino; Masculino	University of New Orleans	EUA	Women & Politics	Who contributes? Similarities and differences between contributors to EMILY's list and WISH list	Quantitativa	EUA	Não específica
10	Michael H. Crespin; Janna L. Deitz, 2010	Masculino; Feminino	University of Georgia; Illinois University	EUA	Political Research Quarterly	If You Can't Join 'Em, Beat 'Em: The Gender Gap in Individual Donations to Congressional Candidates	Quantitativa	EUA	Nacional

<i>ID</i>	<i>Autoria, Ano da publicação</i>	<i>Gênero autoria(s)</i>	<i>Instituição</i>	<i>País da instituição</i>	<i>Revista publicada</i>	<i>Artigo</i>	<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>País de análise</i>	<i>Nível da competição eleitoral</i>
11	Brian E. Adams; Ronnee Schreiber, 2010	Masculino; Masculino	Sandiego State University	EUA	Journal of Urban Affairs	Gender, campaign finance, and electoral success in municipal elections	Quantitativa	EUA	Local
12	Robert E. Hogan, 2010	Masculino	Louisiana State University	EUA	Journal of Women Politics & Policy	Candidate Gender and Voter Support in State Legislative Elections	Quantitativa	EUA	Regional
13	Michael Barber; Daniel M. Butler; Jessica Preece, 2016	Masculino; Masculino; Feminino	Brigham Young University; Washington University	EUA	Quarterly Journal of Political Science	Gender Inequalities in Campaign Finance	Quantitativa	EUA	Regional
14	Karin E. Kitchens; Michele L. Swers, 2016	Feminino; Feminino	Georgetown University	EUA	Politics & Gender	Why Aren't There More Republican Women in Congress? Gender, Partisanship, and Fundraising Support in the 2010 and 2012 Elections	Quantitativa	EUA	Nacional
15	Danielle Thomsen; Michele L. Swers, 2017	Feminino; Feminino	Syracuse University; Georgetown University	EUA	Political Research Quarterly	Which Women Can Run? Gender, Partisanship, and Candidate Donor Networks	Quantitativa	EUA	Nacional
16	Jennifer A Heerwig; Katie M. Gordon, 2018	Feminino; Feminino	State University of New York	EUA	Sociological Forum	Buying a Voice: Gendered Contribution Careers among Affluent Political Donors to Federal Elections, 1980-2008	Quantitativa	EUA	Nacional
17	David L. Wiltse, 2018	Masculino	South Dakota State University	EUA	Election Law Journal	Subsidizing Equality: Female Candidate Emergence and Clean Elections	Quantitativa	EUA	Regional
18	Deborah J. Brooks; Danny Hayes, 2018	Feminino; Masculino	Dartmouth College; George Washington University	EUA	American Politics Research	How Messages About Gender Bias Can Both Help and Hurt Women's Representation	Quantitativa	EUA	Nacional
19	Bernard L. Fraga; Hans J. G. Hassell, 2020	Masculino; Masculino	Emory University; Florida State University	EUA	Political Research Quarterly	Are Minority and Women Candidates Penalized by Party Politics? Race, Gender, and Access to Party Support	Quantitativa	EUA	Nacional

<i>ID</i>	<i>Autoria, Ano da publicação</i>	<i>Gênero autoria(s)</i>	<i>Instituição</i>	<i>País da instituição</i>	<i>Revista publicada</i>	<i>Artigo</i>	<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>País de análise</i>	<i>Nível da competição eleitoral</i>
20	Jacob M. Grumbach; Alexander Sahn; Sarah Staszak, 2020	Masculino; Masculino; Feminino	University of Washington; University of California; Princeton University	EUA	Political Behavior	Gender, Race, and Intersectionality in Campaign Finance	Quantitativa	EUA	Nacional
21	Kira Sanbonmatsu; Kathleen Rogers, 2020	Feminino; Feminino	Rutgers University	EUA	Journal of Women Politics & Policy	Advancing Research on Gender and Gubernatorial Campaign Finance	Quantitativa	EUA	Regional
22	Eric Heberlig; Bruce Larson, 2020	Masculino; Masculino	University of North Carolina; Gettysburg College	EUA	Society	Gender and Small Contributions: Fundraising by the Democratic Freshman Class of 2018 in the 2020 Election Symposium: The 2020 US Elections	Quantitativa	EUA	Nacional
23	Ashley Sorensen; Philip Chen, 2021	Feminino; Masculino	University of Minnesota; Beloit College	EUA	Political Research Quarterly	Identity in Campaign Finance and Elections: The Impact of Gender and Race on Money Raised in 2010-2018 US House Elections	Quantitativa	EUA	Nacional
24	Jennifer M. Piscopo; Magda Hinojosa; Gwynn Thomas; Peter M. Siavelis, 2021	Feminino; Feminino; Masculino; Masculino	Occidental College Arizona State University; University at Buffalo; Wake Forest University	EUA	Comparative Political Studies	Follow the Money: Gender, Incumbency, and Campaign Funding in Chile	Mista	Chile	Nacional
25	Paul S. Herrson; Charles Hunt; Jaclyn J. Kettler, 2022	Masculino; Masculino; Feminino	University of Connecticut; Boise State University	EUA	Journal of Women Politics & Policy	Vive la Difference? Is There a Gender Gap in Campaign Strategy and Spending, and Does It Matter?	Quantitativa	EUA	Nacional
26	Heather James, 2022	Feminino	Borough of Manhattan Community College	EUA	Journal of Women Politics & Policy	There's No Women's Mafia: Women's Donor Groups in State Legislative Elections	Qualitativa	EUA	Regional
27	Kristin Wylie, 2020	Feminino	James Madison University	EUA	European Journal of Politics and Gender	Taking bread off the table: Race, gender, resource and political ambition in Brazil	Quantitativa	Brasil	Nacional

<i>ID</i>	<i>Autoria, Ano da publicação</i>	<i>Gênero autoria(s)</i>	<i>Instituição</i>	<i>País da instituição</i>	<i>Revista publicada</i>	<i>Artigo</i>	<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>País de análise</i>	<i>Nível da competição eleitoral</i>
28	Andrew Janusz; Sofi-Nicole Barreiro; Erika Cintron, 2021	Masculino; Feminino; Feminino	University of Florida	EUA	Party Politics	Political parties and campaign resource allocation: Gender gaps in Brazilian elections	Quantitativa	Brasil	Nacional
29	Teresa Sacchet; Bruno W. Speck, 2012	Feminino; Masculino	Universidade de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas	Brasil	Opinião Pública	Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006	Quantitativa	Brasil	Nacional e Regional
30	Bruno W. Speck; Wagner P. Mancuso, 2014	Masculino; Masculino	Universidade de São Paulo	Brasil	Brazilian Political Science Review	A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance	Quantitativa	Brasil	Nacional e Regional
31	Wagner P. Mancuso; Dalson B. Figueiredo Filho; Bruno W. Speck; Lucas E. O. Rocha; Enivaldo C. da Silva, 2016	Masculino; Masculino; Masculino; Masculino; Masculino	Universidade de São Paulo; Universidade Federal de Pernambuco	Brasil	Brazilian Political Science Review	Corporate Dependence in Brazil's 2010 Elections for Federal Deputy	Quantitativa	Brasil	Nacional
32	Fernanda Brollo; Ugo Troiano, 2016	Feminino; Masculino	University of Warwick; University of Michigan	Inglaterra; EUA	Journal of Development Economics	What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil	Quantitativa	Brasil	Local
33	Márcio Carlomagno; Adriano Codato, 2018	Masculino; Masculino	Universidade Federal do Paraná	Brasil	Colombia Internacional	Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira	Quantitativa	Brasil	Regional
34	Teresa Sacchet, 2018	Feminino	Universidade Federal da Bahia	Brasil	Colombia Internacional	Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance	Quantitativa	Brasil	Nacional
35	Lígia F. Campos, 2019	Feminino	Fundação Getúlio Vargas	Brasil	Revista Direito e Práxis	Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas	Qualitativa	Brasil	Nacional
36	Joseph Kushner; David Siegel; Hannah Stanwick, 1997	Masculino; Masculino; Feminino	Brock University; University of Toronto	Canadá	Canadian Journal of Political Science	Ontario municipal elections: Voting trends and determinants of electoral success in a Canadian province	Quantitativa	Canadá	Local

<i>ID</i>	<i>Autoria, Ano da publicação</i>	<i>Gênero autoria(s)</i>	<i>Instituição</i>	<i>País da instituição</i>	<i>Revista publicada</i>	<i>Artigo</i>	<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>País de análise</i>	<i>Nível da competição eleitoral</i>
37	Marie Rekkas, 2008	Feminino	Simon Fraser University	Canadá	Canadian Journal of Political Science	Gender and Elections: An Examination of the 2006 Canadian Federal Election	Quantitativa	Canadá	Nacional
38	Erin Tolley; Randy Besco; Semra Sevi, 2020	Feminino; Masculino; Feminino	University of Toronto; Université de Montréal	Canadá	Politics & Gender	Who Controls the Purse Strings? A Longitudinal Study of Gender and Donations in Canadian Politics	Quantitativa	Canadá	Nacional
39	Gail McElroy; Michael Marsh, 2010	Feminino; Masculino	Trinity College	Irlanda	Political Research Quarterly	Candidate Gender and Voter Choice: Analysis from a Multimember Preferential Voting System	Quantitativa	Irlanda	Nacional
40	Fiona Buckley; Mack Mariani, 2021	Feminino; Masculino	University College Cork; Xavier University	Irlanda; EUA	International Political Science Review	Money matters: The impact of gender quotas on campaign spending for women candidates	Quantitativa	Irlanda	Nacional
41	Francesca Feo; Daniela R. Piccio, 2020	Feminino; Feminino	Scuola Normale Superiore; University of Turin	Itália	Politics & Gender	Promoting Gender Equality through Party Funding: Symbolic Policies at Work in Italy	Qualitativa	Itália	Nacional
42	Francesca Feo; Chiara Fiorelli; Daniela R. Piccio, 2021	Feminino; Feminino; Feminino	Scuola Normale Superiore; University of Rome La Sapienza; University of Turin	Itália	International Political Science Review	Gendered patterns in candidates' campaign fundraising: The case of Italy	Mista	Itália	Nacional
43	B. K. Song, 2020	Masculino	Sogang University	Coreia do Sul	European Journal of Political Economy	The effect of public financing on candidate reemergence and success in elections	Quantitativa	Coreia do Sul	Local
44	Ki-young Shin; Soo Hyun Kwon, 2022	Feminino; Masculino	Ochanomizu University; Sogang University	Japão; Coreia do Sul	International Political Science Review	'Above all, it will boil down to money problems': The impact of gender-targeted public financing on political parties and women candidates in South Korea	Mista	Coreia do Sul	Nacional

<i>ID</i>	<i>Autoria, Ano da publicação</i>	<i>Gênero autoria(s)</i>	<i>Instituição</i>	<i>País da instituição</i>	<i>Revista publicada</i>	<i>Artigo</i>	<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>País de análise</i>	<i>Nível da competição eleitoral</i>
45	Florian Ruf, 2021	Masculino	Albert Ludwig University of Freiburg	Alemanha	Politics & Gender	Does Non-Quota Strategy Matter? A Comparative Study on Candidate Selection and Women's Representation at the Local Level in Germany	Quantitativa	Alemanha	Local
46	Bem Hillman, 2018	Masculino	Australian National University	Austrália	Journal of Contemporary Asia	The Limits of Gender Quotas: Women's Parliamentary Representation in Indonesia	Qualitativa	Indonésia	Nacional
47	Jef Smulders; Gert-Jan Put; Bart Maddens, 2018	Masculino; Masculino; Masculino	Public Governance Institute	Bélgica	Journal of Elections Public Opinion and Parties	How legislative gender quotas affect the gender gap in campaign spending: an analysis of the federal and regional elections in Belgium	Quantitativa	Bélgica	Nacional e Regional
48	Ricardo Gamboa; Mauricio Morales, 2021	Masculino; Masculino	Universidad de Chile; Universidad de Talca	Chile	Journal of Women Politics & Policy	Candidate Gender Quotas and Campaign Spending in Open-List Proportional Representation Systems: The Case of Chile	Quantitativa	Chile	Nacional
49	Rainbow Murray, 2021	Feminino	Queen Mary University of London	Inglaterra	International Political Science Review	It's a rich man's world: How class and glass ceilings intersect for UK parliamentary candidates	Qualitativa	Reino Unido	Nacional
50	Nir Atmor; Liran Harsgor; Ofer Kenig, 2021	Masculino; Feminino; Masculino	Zefat Academic; College University of Haifa; Ashkelon Academic College e The Israel Democracy Institute	Israel	International Political Science Review	Campaign expenditures and electoral outcomes in Israeli legislative primaries – A financial gender gap?	Quantitativa	Israel	Nacional
51	Vibeke Wang; Ragnhild Muriaas; Gretchen Bauer, 2021	Feminino; Feminino; Feminino	Chr. Michelsen Institute; University of Bergen; University of Delaware	Noruega; EUA	International Political Science Review	Funding demands and gender in political recruitment: What parties do in Cabo Verde and Ghana	Qualitativa	Gana e Cabo Verde	Nacional

ID	Autoria, Ano da publicação	Gênero autoria(s)	Instituição	País da instituição	Revista publicada	Artigo	Tipo de pesquisa	País de análise	Nível da competição eleitoral
52	Teresa Sacchet, 2013	Feminino	Universidade de São Paulo	Brasil	Cadernos Adenauer	Democracia pela Metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres.	Quantitativa	Brasil	Local
53	Clara Araújo; Doriam Borge, 2013	Feminino; Masculino	Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	Brasil	Revista de Sociologia e Política	Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010	Quantitativa	Brasil	Nacional
54	Ivan J. Junckes; Rodrigo R. Horochovski; Neilor F. Camargo; Joseli M. Silva; Edson A. Silva; Leandro B. Almeida, 2015	Masculino; Masculino; Masculino; Feminino; Masculino; Masculino	Universidade Federal do Paraná; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Tecnológica do Paraná	Brasil	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero	Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político	Quantitativa	Brasil	Nacional e Regional

Nota: Os artigos 52, 53 e 54 não foram considerados na primeira parte da análise da Revisão de Escopo.
 Fonte: A autora (2022) com base nas buscas na *Web of Science* e na *Scopus*.

APÊNDICE 3 – LEVANTAMENTO DO OBJETIVO E PRINCIPAIS ACHADOS DAS PESQUISAS

<i>ID</i>	<i>Autoria, ano</i>	<i>Objetivo principal</i>	<i>Eleições; Período</i>	<i>Principais achados</i>
1	Burrell, 1985	Explorar o financiamento de campanha de homens e mulheres que concorreram às eleições da Câmara Baixa dos EUA.	6; 1972-1982	Os achados sugerem que a disparidade de gênero na representação da Câmara Baixa estadunidense não é resultado de uma disparidade de gênero no financiamento de campanhas. Uma vez que as mulheres sejam nomeadas pelos grandes partidos, a arrecadação de fundos não é uma restrição estrutural. Embora as mulheres tenham em média menos receitas do que os homens, esta disparidade é explicada mais pelo seu status de candidata do que pelo seu gênero.
2	Ingalls; Arrington, 1991	Explorar o papel do gênero no financiamento de campanhas em uma localidade - Mecklenburg County (Charlotte), Carolina do Norte.	1; 1975-1980	As mulheres conseguem arrecadar dinheiro tanto quanto os homens para as campanhas das Eleições Gerais e mais do que eles nas primárias. Em relação ao perfil da arrecadação, as mulheres dependem menos de seus recursos próprios e recebem mais doações de pequenas contribuições, fato que as fazem trabalhar mais para obter a mesma quantia que os homens.
3	Herrick, 1996	Comparar os efeitos dos gastos de campanha, força partidária, identificação partidária e experiência política no percentual de votos recebidos por mulheres e homens a fim de verificar se existe uma diferença entre esses grupos.	3; 1988-1992	Quanto competem como desafiantes, os gastos de campanha e a força partidária ajudam mais aos homens do às mulheres, porém em disputas para <i>open seats</i> , as mulheres são mais beneficiadas pela força partidária. Mesmo assim, elas receberam cerca de 15% a menos de votos do que os candidatos do sexo masculino nessas competições. Embora ter experiência política ajude as candidatas, mesmo aquelas com esse atributo precisam concorrer em distritos onde seu partido é forte para tenham chances de vitória. Em suma, notou-se que os recursos analisados possuem diferentes valores para homens e mulheres.
4	Werner, 1997	Contrastar os padrões e tendências de angariação de fundos de candidatos e candidatas ao Legislativo dos estados do Missouri, Pensilvânia e Washington, durante a década de 1980.	13; 1982-1990	No geral, os resultados sugerem que as mulheres levantam mais recursos do que os candidatos do sexo masculino em situação semelhante, mas isso não resulta em uma vantagem real, uma vez que elas muitas vezes enfrentam oposição mais bem financiada do que os candidatos do sexo masculino em situação semelhante. Homens que concorreram contra mulheres arrecadaram consideravelmente mais do que outros homens na maioria dos casos. Sendo assim, a vantagem feminina na arrecadação de fundos acaba por ter seu efeito reduzido ou anulado.
5	Dabelko; Herrnson, 1997	Analisar os tipos de campanhas eleitorais feitas por homens e mulheres.	1; 1992	Foram encontradas mais semelhanças do que diferenças nas campanhas de homens e mulheres. Ambos os grupos apresentam razões semelhantes para concorrer ao Congresso, reuniram recursos de campanha comparáveis e empregaram estratégias e técnicas de comunicação semelhantes. Além disso, dão avaliações semelhantes dos pontos fortes e fracos de suas próprias campanhas e das campanhas de seus oponentes e mantêm percepções semelhantes de como o processo eleitoral funciona. Porém, as mulheres são mais propensas do que os homens a usarem em sua agenda de campanha questões sociais.

<i>ID</i>	<i>Autoria, ano</i>	<i>Objetivo principal</i>	<i>Eleições; Período</i>	<i>Principais achados</i>
6	Francia, 2001	Investigar os efeitos das contribuições iniciais dos Comitês de ação política (Political Action Committee – PACs), voltados às mulheres, nas campanhas das candidatas à Câmara Baixa dos EUA.	1; 1994	É visto que a capacidade de arrecadar dinheiro inicial dos PACs voltados às mulheres é um dos fatores mais importantes no processo de arrecadação de fundos e o sucesso eleitoral das candidatas. Foi detectado que esses PACs dão dinheiro de maneira desproporcional às candidatas Democratas, o que coloca as mulheres Republicanas em desvantagem.
7	Hogan, 2007	Investigar se o gênero do candidato afeta os níveis de gastos de campanha nas eleições legislativas estaduais.	2; 1996-1998	Embora as mulheres possam sofrer dificuldades em outras partes do processo eleitoral, elas não estão em desvantagem em relação aos homens quando se observa quanto dinheiro é usado em suas campanhas com o propósito de ganhar o apoio dos eleitores.
8	Jenkins, 2007	Examina se as diferenças nas percepções de esforços na de fundos entre os candidatos e candidatas aos Legislativos estaduais contribuem para a falta de mulheres nesses cargos.	1; 1996	Os resultados indicam que as mulheres tendem a se preocupar mais com a arrecadação de fundos devido ao seu maior esforço nessa função, em comparação com os homens. Elas usam mais técnicas e contam com mais fontes para garantir recursos de campanhas. Isso sugere que parte da razão pela qual as mulheres relutam em se candidatar pode ser devido ao fato de terem que dedicar mais esforço a essa tarefa.
9	Day; Hadley, 2002	Traçar um perfil das pessoas doadoras dos PACs EMILY List e WISH List.	1; 1996	Foi descoberto que as pessoas que contribuem para essas organizações são predominantemente mulheres. Examinando as tendências partidárias e ideológicas das colaboradoras, bem como suas preferências e prioridades políticas, encontramos que no caso da EMILY List as colaboradoras apoiam a igualdade e os direitos reprodutivos das mulheres de uma perspectiva feminista liberal, enquanto as colaboradoras da WISH List abordam essas questões de uma perspectiva conservadora.
10	Crespin; Deitz, 2010	Examinar a composição das redes femininas de doação às candidaturas à Câmara Baixa dos EUA, bem como sua ação sobre a arrecadação das mulheres concorrentes.	3; 1998-2002	Mulheres apoiadas por redes de doação femininas, especialmente mulheres Democratas, recebem um impulso na arrecadação de fundos de campanha em comparação com seus pares masculinos, enquanto as mulheres que não são apoiadas por essas redes recebem significativamente menos. As inclinações ideológicas das pessoas doadoras também beneficiam as mulheres Democratas. Alerta para a crescente lacuna partidária de gênero na composição do Congresso dos EUA.
11	Adams; Schreiber, 2010	Explorar os padrões eleitorais e de captação de recursos nas eleições para prefeito e para o Conselho em sete cidades estadunidenses, buscando identificar fatores que contribuem para a escassez de candidaturas femininas.	600; 1993-2006	É mostrado que, semelhante às eleições estaduais e federais, as mulheres se saem tão bem quanto os homens quando concorrem a um cargo político, mas o número de mulheres é muito inferior. Além disso, as mulheres que fizeram campanhas têm origens bastante semelhantes às dos seus pares masculino, arrecadam quantias comparáveis de fundos de campanha e recebem contribuições das mesmas fontes.

ID	Autoria, ano	Objetivo principal	Eleições; Período	Principais achados
12	Hogan, 2010	Isolar os efeitos diretos do gênero do candidato na porcentagem de votos recebidos. Além disso, avaliar os efeitos indiretos que o gênero pode ter nos gastos de campanha.	2; 1996-1998	<p>Mostrou-se que as mulheres recebem uma porcentagem maior de votos, embora esses efeitos não sejam suficientemente grandes para influenciar sua probabilidade de vitória. Considerando as características dos distritos, notou-se que essa vantagem feminina acontece em locais onde os níveis de educação são mais altos e onde há uma proporção maior de afro-americanos. Em resumo, as mulheres têm uma ligeira vantagem sobre os homens na obtenção de apoio eleitoral, mas fatores como status de candidatura, partidário do distrito e gastos de campanha têm uma influência muito mais forte nos resultados das eleições.</p> <p>Descobrimos que os candidatos do sexo masculino arrecadam substancialmente mais dinheiro do que as candidatas do sexo feminino. Além disso, doadores do sexo masculino dão mais dinheiro a candidatos do sexo masculino, enquanto doadores do sexo feminino, partidos políticos e PACs doam aproximadamente igualmente a homens e mulheres. Ao mesmo tempo, os homens enfrentam oponentes que arrecadam mais dinheiro. Esses resultados sugerem que existe uma desigualdade de gênero no financiamento da campanha, mas essa pode não trazer consequências imediatas para a representação das mulheres.</p>
13	Barber; Butler; Preece, 2016	Identificar se existe uma desvantagem feminina na arrecadação de recursos para campanhas.	9; 1990-2010	<p>Foram encontradas diferenças claras na experiência de captação de recursos de homens e mulheres Republicanos e Democratas. Embora a <i>incumbency</i>, a competitividade do distrito e a qualidade dos candidatos impulsionem o sucesso da arrecadação de fundos nas eleições gerais, descobrimos que as mulheres, particularmente as mulheres Democratas, são mais bem-sucedidas do que homens Democratas nas primárias. No entanto, as mulheres Republicanas não desfrutam de maior sucesso na arrecadação de fundos em comparação com candidatos do sexo masculino em situação semelhante e, em algumas circunstâncias, ser uma mulher Republicana pode ser um impedimento para arrecadar dinheiro nas primárias.</p>
14	Kitchens; Swers, 2016	Fornecer uma análise abrangente do impacto do gênero e do partidário na captação de recursos das candidaturas nas eleições de 2010 e 2012.	2; 2010-2012	<p>É mostrado que as visões ideológicas dos/as candidatos/as são muito importantes para as/os contribuintes. Os/as doadores/as, particularmente Democratas, também exibem um efeito de afinidade de gênero no qual os homens doam mais aos candidatos do sexo masculino e as mulheres favorecem as candidatas do sexo feminino. Além disso, as doadoras Democratas parecem valorizar a eleição de mulheres, especialmente mulheres Democratas liberais. Enquanto isso, doadores/as Republicanos/as não se concentram no gênero do/a candidato/a, e doadoras Republicanas preferem candidatas conservadoras.</p>
15	Thomsen; Swers, 2017	Oferecer o primeiro exame aprofundado do gênero das pessoas doadoras de campanha para a Câmara Baixa dos EUA em 2010 e 2012.	2; 2010-2012	<p>É mostrado que as visões ideológicas dos/as candidatos/as são muito importantes para as/os contribuintes. Os/as doadores/as, particularmente Democratas, também exibem um efeito de afinidade de gênero no qual os homens doam mais aos candidatos do sexo masculino e as mulheres favorecem as candidatas do sexo feminino. Além disso, as doadoras Democratas parecem valorizar a eleição de mulheres, especialmente mulheres Democratas liberais. Enquanto isso, doadores/as Republicanos/as não se concentram no gênero do/a candidato/a, e doadoras Republicanas preferem candidatas conservadoras.</p>

<i>ID</i>	<i>Autoria, ano</i>	<i>Objetivo principal</i>	<i>Eleições; Período</i>	<i>Principais achados</i>
16	Heerwig; Gordon, 2018	Examinar a desigualdade de gênero para um tipo cada vez mais importante de ativista político – contribuintes individuais de campanha.	15; 1980-2008	Foi detectado que as mulheres permanecem significativamente sub-representadas entre os financiadores das eleições Federais, apesar dos grandes ganhos desde 1980. Notou-se evidências de uma lacuna de gênero muito grande e significativa nas estratégias de doação de mulheres e homens. Enquanto elas são significativamente mais propensas a direcionar suas doações apenas para candidatos/as, os homens são mais frequentemente “onivotos” políticos que doam para candidatos/as, partidos políticos e PACs. As mulheres são muito mais propensas a doar apenas para candidatos/as presidenciais, enquanto os homens são mais propensos a doar apenas para os candidatos/as à Câmara. Em conjunto, essas diferenças refletem profundas clivagens nas estratégias de doação de mulheres e homens que participam do sistema de financiamento de campanha. Além disso, sugere-se que as mulheres, assim como suas preferências, interesses e questões, têm sido incorporadas desigualmente dentro do sistema de financiamento de campanha.
17	Wiltse, 2018	Detectar se a adoção de subsídios públicos de campanha tem um impacto significativo no surgimento de candidaturas femininas em comparação às masculinas.	Não se aplica; 2007-2009	Usando dados de painel de potenciais candidatos de Connecticut e Massachusetts, concluiu-se que o Programa de Eleição dos Cidadãos pode ter levado a algum progresso em direção a esse objetivo (incentivar mais mulheres a concorrer a cargos). No entanto, as decisões e atitudes que levam ao surgimento da candidatura das mulheres dependem mais do recrutamento ativo por organizações da sociedade civil e partidos políticos, do que da captação de recursos.
18	Brooks; Hayes, 2018	Buscar entender como a exposição ao discurso sobre preconceito de gênero pode afetar atitudes e comportamentos políticos de certos grupos sociais.	1; 2014	É mostrado experimentalmente que a exposição acaba por ajudar as mulheres a ganhar votos adicionais e mobiliza as pessoas para se engajarem no ativismo de campanha em nome delas, além de não as prejudicar nos esforços para angariar dinheiro. Porém, notou-se um efeito negativo no sentido de incentivar mais mulheres a se candidatarem, prejudicando assim o fechamento da lacuna de gênero na ambição política.
19	Fraga; Hassell, 2020	Examinar se os partidos agem para impedir (ou encorajar) as candidaturas de minorias e mulheres nas eleições gerais para a Câmara Baixa dos EUA.	5; 2006-2014	Foi detectado que, tudo o mais igual, os/as nomeados/as de minorias Democratas e Republicanas não recebem menos apoio do que seus colegas brancos. Também descobrimos que as mulheres brancas recebem mais apoio partidário dos Democratas do que os homens Democratas ou mulheres minoritárias e que esse apoio é mais sensível às mudanças na competitividade eleitoral.
20	Grumbach; Sahn; Staszak, 2020	Testar se a raça e o gênero da candidatura têm efeitos nas contribuições de indivíduos doadores que possuem as mesmas identidades.	16; 1980-2010	Em geral, as mulheres negras estão mais sub-representadas no financiamento da campanha do que o previsto apenas pelas análises existentes de raça ou gênero. Além disso, foi constatado que o efeito da etnia compartilhada é muitas vezes maior do que o do gênero compartilhado ou sua interação, ou seja, raça explica mais do que o gênero o perfil das doações. Os resultados sugerem a necessidade de maior atenção à interseccionalidade na pesquisa sobre participação política.

<i>ID</i>	<i>Autoria, ano</i>	<i>Objetivo principal</i>	<i>Eleições; Período</i>	<i>Principais achados</i>
21	Sanbonmatsu; Rogers, 2020	Explorar a relação entre o gênero e o valor arrecadado de contribuintes individuais, proporção de receitas de autofinanciamento e proporção de receitas compostas por pequenas contribuições nas primárias para o cargo de governador/a nos EUA.	5; 2010-2018	Evidências iniciais mostram diferenças de gênero nas receitas dos/as candidatos/as, bem como taxas mais baixas de autofinanciamento para as mulheres. Além disso, é visto que as candidatas Democratas são mais dependentes de pequenos contribuintes do que os homens. No exame de raça/etnia é sugerido que mulheres de cor podem não conseguir acessar recursos nos mesmos níveis que suas contrapartes brancas.
22	Heberlig; Larson, 2020	Realizar um levantamento das fontes de fundos de campanha que financiam homens e mulheres candidatas à Câmara dos EUA, buscando averiguar se há mudanças de um ciclo eleitoral para o outro.	2; 2018-2020	O exame dos dados preliminares para o ciclo 2019-20, mostram que as candidaturas eleitas em 2018, sustentam os seus esforços de captação de pequenas contribuições, com mulheres superando os homens nesse quesito.
23	Sorensen; Chen, 2021	Analisar o acesso desigual a receitas de campanha, levando em consideração considerar como candidatos/as com múltiplas identidades marginalizadas estão posicionados/as nas redes de financiamento.	5; 2010-2018	São ressaltadas as limitações das abordagens unitárias que concluem que as mulheres não enfrentam mais uma desvantagem na captação de recursos de campanha. O posicionamento social das mulheres brancas deturpa os resultados da relação entre gênero e financiamento de campanha, deixando de apontar que as mulheres de cor têm uma experiência distintamente negativa na captação de recursos.
24	Piscopo; Hinojosa; Thomas; Siavelis, 2021	Examinar o acesso das mulheres aos recursos da campanha usando dados das candidaturas às eleições legislativas nacionais de 2017 no Chile.	1; 2017	É constatado que as mulheres permanecem em desvantagem no acesso ao financiamento de campanha. Elas recebem menos dinheiro em transferências partidárias, obtiveram menos dinheiro em empréstimos bancários, obtiveram menos doações e contribuíram com menos fundos pessoais para suas campanhas. Os resultados dão credibilidade às alegações de que as mulheres candidatas têm menos financiamento de campanha do que os homens, mas sugerem que a desvantagem é mais pronunciada entre o grupo dos/as candidatos/as sem experiência política.
25	Herrnson; Hunt; Kettler, 2022	Averiguar se existe um impacto do gênero na estratégia e nos gastos da campanha e, caso haja, verificar se isso tem impacto nos resultados das eleições.	5; 2012-2020	Foram encontradas poucas evidências de uma diferença entre os gêneros no orçamento de campanha. No entanto, há alguns indícios de que as desafiadas do sexo feminino devem gastar mais para ter um desempenho tão bom quanto seus colegas do sexo masculino. Não se observa grandes diferenças nas estratégias de gastos de candidatos e candidatas, mesmo quando controlados por outras características do/a candidato/a, qualidades do oponente e contexto eleitoral. No geral, esses resultados confirmam os achados de outros estudos que indicam muita uniformidade no orçamento de campanha.

ID	Autoria, ano	Objetivo principal	Eleições; Período	Principais achados
26	James, 2022	Questionar como os grupos de doadores de mulheres estão envolvidos nas eleições legislativas estaduais e entender como atores partidários e candidatas vencedoras e perdedoras percebe o papel dos mesmos.	Não se aplica; 2016	Concluiu-se que os grupos de doadores de mulheres estão mais envolvidos nas eleições legislativas estaduais do que se supunha, fornecendo outros recursos além de dinheiro e impactando nas percepções das candidatas.
27	Wylie, 2020	Investigar os fatores sociais e políticos que restringem a decisão feminina de concorrer a um cargo eletivo e, por sua vez, reproduzem a super-representação dos homens brancos.	1; 2018	É dito que a resistência dos partidos a destinarem recursos para as mulheres – o que constitui um bloqueio-chave do lado da demanda no processo de recrutamento – pode ser compensado por intervenções como financiamento de campanha e o uso de mandatos distributivos que afetam tanto a oferta quanto a demanda por mulheres candidatas.
28	Janusz; Barreiro; Cintron, 2021	Averiguar como as lideranças partidárias distribuem os recursos partidários de campanhas entre candidatos e candidatas.	1; 2014	Constata-se que as elites partidárias fornecem às mulheres números de identificação de candidaturas menos vantajosos do que os homens, menos recursos de campanha e menos tempo de televisão nas propagandas partidárias. Isso sugere que as diferenças de gênero no acesso aos recursos provavelmente persistiram por causa das elites partidárias que continuaram a favorecer os homens.
29	Sacchet; Speck, 2012	Considerar se mulheres e homens têm arrecadações distintas de financiamento de campanha, e entender em que medida isso pode ser um fator explicativo para o baixo desempenho eleitoral delas (p. 177).	1; 2006	É verificado que as mulheres recebem menos recursos em todas as situações analisadas. Além disso, “a diferença permanece na medida em que os valores se aproximam de um patamar que viabiliza o sucesso das campanhas”. A dupla análise sobre a importância do dinheiro e a desvantagem financeira das mulheres, mostra que “o financiamento eleitoral é um dos principais fatores que explica o baixo desempenho eleitoral das mulheres.” (p. 195)
30	Speck; Mancuso, 2014	Analisar a associação entre financiamento político e desempenho nas eleições brasileiras de 2010 para deputados estaduais e federais, além de investigar o efeito da interação de <i>incumbency</i> e gênero nessa associação. (p. 34)	1; 2010	Concluiu-se que (i) há um resultado positivo e estatisticamente significativo entre financiamento político e desempenho eleitoral, mas a intensidade desta associação varia de acordo com o tipo de candidato; (ii) a associação é mais forte para os desafiados do que para os/as <i>incumbents</i> e (iii) a associação é mais forte para mulheres do que para os homens. (p. 34)
31	Mancuso; et al., 2016	Identificar fatores que ajudem a explicar o nível de dependência corporativa entre os/as candidatos/as que concorreram às eleições de 2010 para deputado/a federal no Brasil. (p. 1)	1; 2010	Em suma, foi identificado que os/as candidatos/as a deputado/a federal cujas campanhas dependem mais de doações empresariais pertencem à direita, fazem parte do bloco de oposição na Câmara dos Deputados, já atuam na Câmara e atuam no mundo dos negócios. Ser homem ou mulher aparentemente não afeta a dependência dos recursos dessa fonte. (p. 19)

<i>ID</i>	<i>Autoria, ano</i>	<i>Objetivo principal</i>	<i>Eleições; Período</i>	<i>Principais achados</i>
32	Brollo; Troiano, 2016	Fornecer novas evidências rigorosas sobre como o gênero do formulador de políticas afeta o grau de corrupção.	2; 2001-2008	É mostrado que as prefeitas são menos propensas a se envolverem em corrupção. Foi constatado também que os prefeitos são mais propensos a aumentar o emprego público temporário, especialmente durante o ano eleitoral, um sinal de clientelismo eleitoral. Além disso, eles atraem mais contribuições de campanha quando concorrem à reeleição. Em comparação com os homens na mesma situação, as prefeitas têm menos probabilidade de serem reeleitas para o cargo. Por fim, é visto que, apesar de serem mais corruptos, os prefeitos são mais propensos a serem reeleitos devido ao seu envolvimento em atividades estratégicas para obter a reeleição.
33	Carlomagno; Codato, 2018	“Avaliar, empiricamente, se, como e em que intensidade atributos sociais interferem na política institucional.” (p. 81)	4; 2002-2010	Pelo modelo nota-se que há uma transposição da hierarquia social para a hierarquia política. Além disso, confirmou também que os mandatários são competidores quase imbatíveis quando se trata de reunir dinheiro para disputar uma cadeira legislativa. Parece haver um direcionamento das receitas de campanha que discrimina os postulantes por sexo, priorizando candidatos homens em relação às mulheres. Porém, essa diferença entre os sexos, quando comparado no mesmo nível de ocupação profissional, caem drasticamente. “Quando disputam dentro do mesmo nível de hierarquia social, homens e mulheres obtêm valores em patamares equivalentes de financiamento eleitoral, quando não as mulheres superam os homens. Significa dizer que a variável de posição social é o grande marcador da distinção existente entre candidatos(as) e o fator explicativo de alguns terem acesso a redes de financiamento ao passo que outros não. (p. 99-100)
34	Sacchet, 2018	“Explicar por que o Brasil, apesar de implementar uma política de cotas de gênero há quase 20 anos, tem o menor número de mulheres nas legislaturas nacionais de todos os países das Américas... comparando “as principais variáveis institucionais consideradas centrais para explicar o sucesso ou fracasso das cotas nos países latino-americanos.” (p. 25)	4; 2002, 2006, 2010 e 2014	É sugerido que, no caso brasileiro, “a combinação de dois fatores é crucial para explicar as desvantagens que as candidatas enfrentam. São eles: o sistema eleitoral de lista aberta e regras excessivamente permissivas sobre gastos de campanha.” A análise mostra que apesar do aumento no número de candidatas, as chances dessas mulheres se elegerem diminuíram. (p. 50)
35	Campos, 2019	Descrever o recente litígio estratégico que culminou com a transformação jurídica ocorrida no Brasil em relação à obrigatoriedade de financiamento de campanhas políticas de mulheres.	NA; NA	Aponta algumas reflexões a respeito dos desafios do uso de litígio estratégico para o avanço de direitos humanos em geral, e de direitos políticos de mulheres no Brasil em especial.

<i>ID</i>	<i>Autoria, ano</i>	<i>Objetivo principal</i>	<i>Eleições; Período</i>	<i>Principais achados</i>
36	Kushner; Siegel; Stanwick, 1997	Discutir as taxas de participação eleitoral em municípios de diferentes tamanhos, sugerindo possíveis consequências políticas. Além disso, examinar os efeitos do mandato, gênero, níveis de gastos de campanha e número de candidatos por vaga na chance de sucesso eleitoral de um/a candidato/a.	3; 1982, 1988 e 1994	O estudo mostra que nas eleições municipais de Ontário, a participação dos eleitores é consistentemente menor em municípios maiores; o número de candidatas continua a aumentar, assim como sua representação nos conselhos; no que diz respeito aos determinantes do sucesso eleitoral, nas cidades de médio e grande porte a incumbency é de longe a maior vantagem para o sucesso eleitoral; e o número de candidatos/as e o nível de gastos com campanha também são determinantes importantes, enquanto o gênero não.
37	Rekkas, 2008	Examinar o efeito do gênero no número de votos das candidaturas nomeadas em competições eleitorais locais no Canadá.	1; 2006	Mostra-se que, para a eleição federal canadense de 2006, uma vez que os gastos de campanha são introduzidos no modelo, diferenças significativas são encontradas entre os candidatos e as candidatas. Os resultados sugerem que, para níveis iguais de gastos, os titulares do sexo masculino têm uma vantagem de votos em relação às mulheres, embora essa vantagem diminua com o aumento dos gastos. Candidatas não titulares, por outro lado, têm uma vantagem no número de votos sobre seus pares masculinos em níveis mais altos de gastos.
38	Tolley; Besco; Sevi, 2020	Averiguar se existe uma diferença de gênero nas doações de campanha, realizando um levantamento que mostre quem doa para quem.	N.A; 1993- 2018	É apontada uma lacuna de gênero nas doações, com homens contribuindo com mais dinheiro para candidatos e partidos políticos. Essa lacuna diminuiu com o tempo, mas continua grande e persistente. Esse padrão se mantém apesar das mudanças nas leis de financiamento eleitoral, que foram em parte destinadas a nivelar as desigualdades entre os/as doadores/as políticos/as. Foi constatado também que mulheres votantes não são mais propensas do que homens a apoiarem mulheres candidatas, porém foram observados claros efeitos de afinidade de gênero entre as mulheres doadoras.
39	McElroy; Marsh, 2010	Explorar a interação do gênero do/a candidato/a, partidatismo, incumbency e gastos de campanha no recebimento de votos.	1; 2002	Afirma que as ações do eleitorado não parecem ser responsáveis pelo baixo número de mulheres no Legislativo Federal irlandês. Sugere que o aumento da representação política das mulheres depende de iniciativas estratégicas dos partidos políticos em prol da promoção feminina.
40	Buckley; Mariani, 2021	Examinar o efeito da cota de gênero no financiamento e no sucesso eleitoral de mulheres candidatas na Irlanda.	4; 2002, 2007, 2011 e 2016	A análise do impacto da cota de gênero no financiamento de campanha para homens e mulheres na Irlanda mostrou que após a implementação da cota, os gastos declarados de candidatos/as e partidos diminuíram em vez de aumentar. Além disso, os partidos gastaram mais com candidatas do que com candidatos. Ainda as mulheres relataram gastos de campanha mais baixos do que os homens. Foi constatado também que as mulheres desafiadas eram menos propensas do que os homens a terem experiência prévia em cargos públicos. Por fim, notou-se que tanto para homens quanto para mulheres, a experiência política prévia e os gastos foram associados à conquista de votos antes e depois da implementação da cota.

ID	Autoria, ano	Objetivo principal	Eleições; Período	Principais achados
41	Feo; Piccio, 2020	Entender por que e como variações na atribuição de financiamento público, que incentivem os partidos a promoverem a participação feminina nas atividades políticas, foram adotadas em diferentes países, examinando a evolução da regulamentação italiana do financiamento eleitoral de gênero e verificando até que ponto os partidos italianos cumpriram as regras ao longo do tempo.	2; 2013 e 2018	Nota-se que apesar do compromisso simbólico com a igualdade de gênero expresso através da introdução desta política, o impacto que teve nos partidos políticos e no debate italiano sobre a igualdade de gênero ao longo de todo o período, desde sua introdução em 1999, foi pequeno. Fica mostrado que esse conjunto de instrumentos políticos, quando mal desenhados, nada mais são do que uma política simbólica.
42	Feo; Fiorelli; Piccio, 2021	Analisar os padrões de financiamento privado para candidatos na Itália a partir de uma perspectiva de gênero.	4; 1996, 2001, 2013 e 2018	O levantamento mostra que, de uma perspectiva de gênero, a mudança para o financiamento privado pode refletir, ou mesmo expandir, a estrutura de desigualdades enraizada na competição política, tornando mais difícil para as candidatas concorrerem efetivamente a cargos.
43	Song, 2020	Investigar se o financiamento público de campanhas é eficaz para incentivar candidatos/as a concorrerem a cargos públicos e ajudá-los/as a vencerem.	4; 2006-2018	Foi encontrado que o financiamento público não teve um efeito geral sobre o ressurgimento de candidatos/as e seu sucesso na eleição subsequente. No entanto, o reembolso de despesas de campanha teve um efeito positivo sobre grupos sub-representados na política, especialmente as mulheres. Também foram encontradas algumas evidências sugestivas de que o reembolso de despesas de campanha pode ajudar as candidatas a se tornarem políticas de carreira.
44	Shin; Kwon, 2022	Analisar as condições sob as quais o financiamento público direcionado às mulheres pode melhorar a igualdade de gênero na política tomando, estudando o caso da Coreia do Sul.	NA; 2004-2015	No geral, foi concluído que as medidas em prol das mulheres no financiamento de campanha, na Coreia, tiveram um impacto limitado no aumento da representação numérica das mulheres. Não foram encontradas correlações descritivas entre a quantidade de subsídios e a proporção de mulheres. No entanto, as entrevistas sugerem que esse subsídio tem impactos potencialmente positivos em termos de motivar mais mulheres a concorrerem a cargos, uma vez que é distribuído diretamente às candidatas.
45	Ruf, 2021	Explicar a representação das mulheres em partidos locais, combinando abordagens sobre seleção de candidatos e as estratégias para promover a igualdade de gênero.	1; 2014	A análise mostra que as estratégias que vão além das cotas e o gênero dos/as <i>gatekeepers</i> dos partidos são fatores explicativos centrais para a seleção de candidatas do sexo feminino.
46	Hillman, 2018	Argumentar que os fatores institucionais, mais que os culturais, tiveram um efeito significativo nas chances eleitorais das mulheres na Indonésia.	3; 2004, 2009 e 2014	É dito que embora as normas culturais continuem sendo uma restrição significativa à entrada de mulheres em cargos políticos na Indonésia, elas não explicam o declínio na representação das mulheres nas eleições de 2014. Notadamente as mudanças nas regras da competição eleitoral, tiveram um impacto mais significativo na representação das mulheres.

<i>ID</i>	<i>Autoria, ano</i>	<i>Objetivo principal</i>	<i>Eleições; Período</i>	<i>Principais achados</i>
47	Smulders; Put; Maddens, 2018	Examinar se a introdução de cotas de gênero legislativas aumentou a desigualdade em termos de gastos individuais de campanha entre candidatos parlamentares femininos e masculinos.	5; 1991-2014	Os resultados mostram que, entre os candidatos que não têm chances de eleição, a disparidade de gênero nos gastos de campanha aumentou após a introdução de cotas de gênero mais severas. No que diz respeito às posições de lista com chances de eleição, a diferença significativa entre candidatos homens e mulheres na fase de cotas mais restrita desapareceu, indicando que as candidatas com chances eleitorais conseguiram alcançar financeiramente seus colegas homens.
48	Gamboa; Morales, 2021	Analisar a interação entre leis de cotas e gastos de campanha no contexto de Sistemas Proporcionais de Lista Aberta (OLPR) no Chile.	1; 2017	As evidências do caso chileno mostram, em primeiro lugar, que a lei de cotas produziu um aumento significativo na representação parlamentar das mulheres. Porém, os homens tiveram mais sucesso eleitoral do que as mulheres porque comandaram mais recursos de campanha. Não foi encontrada grandes diferenças entre os gêneros no grupo dos/as incumbents, ambos gastam mais e são igualmente bem-sucedidos nas eleições. Sendo assim, se as condições econômicas de competição fossem iguais, o resultado eleitoral de homens e mulheres seria semelhante.
49	Murray, 2021	Investigar por que a política é dominada por homens ricos e como as barreiras de gênero e classe para concorrer a cargos públicos se cruzam.	NA; 2017 e 2018	Mostra que a interseção dos tetos de classe e as barreiras de gênero criam obstáculos cumulativos que são particularmente piores para as mulheres da classe trabalhadora. As descobertas ampliam a compreensão das diferenças de classe e gênero dentro da política e, crucialmente, a interseção entre elas, destacando como o acesso a recursos financeiros e a disponibilidade de tempo são vitais para a atividade política. Ambos escassos a maioria das mulheres.
50	Atmor; Harsgor; Kenig, 2021	Examinar a diferença de gênero nos gastos de campanha e suas implicações para o sucesso das candidatas nas primárias legislativas em Israel.	3 primárias; 2008-2015	É colocado que os candidatos do sexo masculino gastam mais do que as candidatas. No entanto, ser um titular pode anular a desvantagem de gênero para as mulheres. Assim, as novas candidatas são duplamente desfavorecidas tanto por seu gênero quanto por seu status de recém-chegada. Além disso, foi descoberto que os homens se saem melhor do que as mulheres em termos de sucesso eleitoral e que as diferenças nas despesas de campanha e a proporção de titulares entre mulheres e homens explicam essa vantagem eleitoral.
51	Wang; Muriaas; Bauer, 2021	Averiguar quais são as atitudes partidárias tomadas para mitigar as desigualdades de gênero no acesso ao financiamento em contextos institucionais específicos.	NA; 2016-2018 p. 2	As descobertas mostram que os partidos em ambos os contextos veem o financiamento como uma fonte de desigualdade e têm ações que visam beneficiar suas candidatas. Porém, a depender do contexto institucional essas ações podem ser mais ou menos efetivas.

<i>ID</i>	<i>Autoria, ano</i>	<i>Objetivo principal</i>	<i>Eleições; Período</i>	<i>Principais achados</i>
52	Sacchet, 2013	Debater sobre a representação política das mulheres a partir de uma análise da participação e desempenho delas no processo eleitoral de 2012 (p. 87)	1; 2012	Ficou mostrado que “mesmo com o recente cumprimento das cotas pelos partidos, o número de mulheres eleitas não aumentou de forma significativa. Dois elementos da engenharia eleitoral ajudam a entender o baixo desempenho eleitoral das mulheres no Brasil, eles são: o sistema eleitoral e o financiamento de campanhas.” (p. 104)
53	Araújo; Borges, 2013	Identificar as principais barreiras e estímulos que acompanham o percurso entre as potenciais candidatas e o “pool” de elegíveis até a eleição efetiva.	1; 2010	Os resultados mostram que há várias dimensões nas quais a categoria gênero faz-se presente, de maneira direta ou indireta, em geral, antes do momento eleitoral em si. “Conclui-se que os perfis de eleitos, homens ou mulheres, são semelhantes, mas, considerando que os homens são amplamente majoritários entre os eleitos, pode-se dizer que tais perfis são fruto de uma estrutura ainda marcada por desigualdades e por valores diferenciados por gênero.” (p. 69)
54	Junckes, et al., 2015	Compreender a relação entre o posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil. (p. 27)	1; 2010	“A análise da rede de financiamento das eleições de 2010 evidencia que a estrutura das relações expressa nas doações de campanha é bastante assimétrica no tocante ao gênero das candidaturas e apresenta forte incidência sobre o desempenho eleitoral das(os) candidatas(os).” (p. 42)

Fonte: A autora (2022) com base nas buscas na *Web of Science* e na *Scopus*.

APÊNDICE 4 – PERFIL DAS CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES DE 2010, 2014 E 2018

GRAU DE INSTRUÇÃO	2010		2014		2018					
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens				
Lê e escreve	5	0,5%	23	1,3%	29	1,2%	26	0,5%		
Ensino Fundamental incompleto	24	2,6%	38	2,2%	56	2,3%	129	2,5%		
Ensino Fundamental completo	54	5,8%	98	5,7%	100	4,1%	261	5,0%		
Ensino Médio incompleto	35	3,8%	53	3,1%	88	2,1%	137	2,6%		
Ensino Médio completo	248	26,7%	522	30,5%	1011	24,5%	1221	23,3%		
Superior incompleto	133	14,3%	208	12,2%	440	10,6%	468	8,9%		
Superior completo	431	46,3%	769	44,9%	2222	53,7%	2993	57,2%		
Total	930	100,0%	3952	100,0%	1711	100,0%	2423	100,0%	5235	100,0%

FAIXA ETÁRIA	2010		2014		2018							
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens						
18 a 20	0	0,03%	5	0,3%	0	0,05%	0	0				
21 a 24	28	3,0%	32	0,8%	77	4,5%	47	1,1%				
25 a 34	137	14,7%	373	9,4%	284	16,6%	438	10,6%				
35 a 44	211	22,7%	1030	26,1%	414	24,2%	1031	24,9%				
45 a 59	440	47,3%	1879	47,5%	726	42,4%	1912	46,3%				
60 a 69	100	10,8%	508	12,9%	174	10,2%	560	13,5%				
70 a 79	13	1,4%	115	2,9%	31	1,8%	125	3,0%				
Mais de 79	1	0,1%	14	0,4%	0	0	19	0,5%				
Total	930	100,0%	3952	100,0%	1711	100,0%	4134	100,0%	2423	100,0%	5235	100,0%

ESTADO CIVIL	2010		2014		2018	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Casada/o	387	2549	665	2616	999	3191
Divorciada/o	123	393	237	416	372	542
Separada/o judicialmente	28	151	34	88	30	62
Solteira/o	344	810	698	973	941	1398
Viúva/o	48	49	77	41	81	42
Total	930	3952	1711	4134	2423	5235
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

COR/RAÇA	2014		2018	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Branca	956	2519	1342	3097
Parda	534	1227	704	1594
Negra	201	357	339	490
Amarela	11	21	24	30
Indígena	9	10	14	24
Total	1711	4134	2423	5235
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: A autora (2022) com base nos dados do TSE (2015, 2020).

APÊNDICE 5 – PERFIL DAS PESSOAS ELEITAS NAS ELEIÇÕES DE 2010, 2014 E 2018

GRAU DE INSTRUÇÃO	2010		2014		2018	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Lê e escreve	0	1 0,2%	0 0,0%	1 0,2%	0	1 0,2%
Ensino Fundamental incompleto	0	2 0,4%	1 2,0%	3 0,6%	1 1,3%	4 0,9%
Ensino Fundamental completo	2 4,4%	16 3,4%	0 0,0%	10 2,2%	0	10 2,3%
Ensino Médio incompleto	0	3 0,6%	0 0,0%	4 0,9%	0	2 0,5%
Ensino Médio completo	3 6,7%	42 9,0%	4 7,8%	41 8,9%	3 3,9%	41 9,4%
Superior incompleto	6 13,3%	38 8,1%	3 5,9%	37 8,0%	3 3,9%	34 7,8%
Superior completo	34 75,6%	366 78,2%	43 84,3%	366 79,2%	70 90,9%	344 78,9%
Total	45 100,0%	468 100,0%	51 100,0%	462 100,0%	77 100,0%	436 100,0%

FAIXA ETÁRIA	2010		2014		2018	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
21 a 24	0	5 1,1%	0	2 0,4%	1 1,3%	3 0,7%
25 a 34	2 4,4%	34 7,3%	7 13,7%	46 10,0%	11 14,3%	46 10,6%
35 a 44	11 24,4%	75 16,0%	8 15,7%	98 21,2%	21 27,3%	106 24,3%
45 a 59	22 48,9%	250 53,4%	25 49,0%	215 46,5%	30 39,0%	193 44,3%
60 a 69	8 17,8%	81 17,3%	8 15,7%	85 18,4%	10 13,0%	74 17,0%
70 a 79	2 4,4%	19 4,1%	3 5,9%	14 3,0%	3 3,9%	13 3,0%
Mais de 79	0	4 0,9%	0	2 0,4%	1 1,3%	1 0,2%
Total	45 100,0%	468 100,0%	51 100,0%	462 100,0%	77 100,0%	436 100,0%

ESTADO CIVIL	2010		2014		2018	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Casada/o	21 46,7%	361 77,1%	27 52,9%	345 74,7%	43 55,8%	314 72,0%
Divorciada/o	11 24,4%	44 9,4%	7 13,7%	47 10,2%	9 11,7%	32 7,3%
Separada/o judicialmente	2 4,4%	10 2,1%	2 3,9%	5 1,1%	0 0,0%	2 0,5%
Solteira/o	11 24,4%	49 10,5%	13 25,5%	64 13,9%	23 29,9%	87 20,0%
Viúva/o	0	4 0,9%	2 3,9%	1 0,2%	2 2,6%	1 0,2%
Total	45 100,0%	468 100,0%	51 100,0%	462 100,0%	77 100,0%	436 100,0%

COR/RAÇA	2014		2018	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Branca	41 80,4%	368 79,7%	63 81,8%	322 73,9%
Parda	7 13,7%	75 16,2%	9 11,7%	95 21,8%
Negra	3 5,9%	19 4,1%	4 5,2%	17 3,9%
Amarela	0	0	0	2 0,5%
Indígena	0	0	1 1,3%	0
Total	51 100,0%	462 100,0%	77 100,0%	436 100,0%

Fonte: A autora (2022) com base nos dados do TSE (2015, 2020).

APÊNDICE 6 – CARGOS OCUPADOS POR MULHERES NAS COMISSÕES ESTADUAIS

	Total de comissões por UF	Total de cargos por comissão	Total mulheres nos cargos	%
AP	33	99	19	19
AC	32	96	17	18
RR	32	96	17	18
PA	34	102	17	17
PB	32	96	16	17
CE	34	102	16	16
ES	34	102	16	16
TO	31	93	15	16
AM	33	99	15	15
DF	33	99	15	15
PI	34	102	15	15
RJ	34	102	15	15
RS	33	99	15	15
GO	33	99	14	14
MS	33	99	14	14
PR	34	102	14	14
RO	32	96	14	14
MG	34	102	13	13
RN	34	102	13	13
BA	34	102	12	12
MA	34	102	12	12
SP	34	102	12	12
SC	33	99	11	11
AL	33	99	10	10
PE	34	102	10	10
SE	33	99	9	9
MT	32	96	8	8

Fonte: A autora (2022) com base no SGIP3 do TSE (2022).